

Universidade de Brasília (UNB) - Faculdade de Educação Física

Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Mestrado em Educação Física

**SUBJETIVIDADE E LAZER: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

Bruno Assis de Oliveira

BRASÍLIA 2016

BRUNO ASSIS DE OLIVEIRA

**SUBJETIVIDADE E LAZER: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), na área de Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer, vinculada à área de Atividade Física e Esporte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro.

BRASÍLIA 2016

BRUNO ASSIS DE OLIVEIRA

**SUBJETIVIDADE E LAZER: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), na área de Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer, vinculada à área de Atividade Física e Esporte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro.

Defendida e aprovada em: 14 de julho de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro (Presidente) - Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Maria do Carmo Morales Pinheiro (Titular) - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves (Titular) - Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Jonatas Costa Maia (Suplente) - Universidade de Brasília (UnB)

“Trabalhamos em empregos que odiamos para comprar as porcarias que não precisamos.”

Trecho do filme *Clube da luta*

Agradecimentos

Compartilho a alegria do trabalho realizado com aqueles que, de algum modo, contribuíram para a minha formação humana e acadêmica. Trata-se de um esforço por retribuir com palavras a imensidão de generosidade daqueles com os quais partilhei a vida nessa trajetória.

Agradeço a disponibilidade e as contribuições dos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Lino Castellani, Prof. Dr. Fernando Mascarenhas e Profa. Dra. Maria do Carmo Morales Pinheiro que, somadas às indicações dos companheiros do AVANTE/UNB, Ms. Mariana Lopes Custódio e Ms. Tiago Oliveira Nunes apontaram as possibilidades de desenvolvimento do trabalho.

Não fosse a solidariedade dos camaradas Vitor Hungaro, Eldernan dos Santos Dias e Wagner Matias, dificilmente teria suportado as idas e vindas para Brasília e as dificuldades de estudar a tantos quilômetros de casa e do trabalho.

Dedico um agradecimento especial àquele que não cansou de me encorajar aos estudos e a militância, desde a graduação. Não fosse o respeito, confiança e solidariedade do camarada e amigo Marcelo Hungaro, jamais teria havido sequer os primeiros passos dessa jornada. Sou muito grato pelas longas conversas, a acolhida e a paciência. Os anos de GEPOSEF/USCS foram decisivos para a constituição de um novo horizonte individual (visando um projeto histórico coletivo). Como se não bastasse tamanha contribuição, considero impossível expressar com a devida justiça o apoio para a conclusão do mestrado, uma vez que, passados tantos anos da primeira tentativa frustrada, considerava o projeto descartado. Acima de tudo, tenho orgulho de tê-lo como referência para exercer cotidianamente o trabalho de PROFESSOR do único modo que lhe dá coerência: comprometido com as lutas dos trabalhadores e da juventude e engajado na construção da sociedade comunista.

Durante os dois anos da pós-graduação tive o privilégio de contar com extraordinários companheiros de trabalho na EMEF Padre Gregório Westrup. Em tempos de sucateamento da escola pública, encontrei uma gestão que compreendeu as circunstâncias do curso e verdadeiros mestres na arte de formar sujeitos sensíveis às grandes tensões do mundo e que não poupam esforços para oferecer por meio das artes, da literatura, da ciência e da cultura corporal o que de melhor a humanidade foi capaz de acumular.

Aos meus pais, Doro e Dalva, brado o reconhecimento pelos inúmeros sacrifícios para, ao seu modo, assegurarem a criação dos filhos no melhor caminho

possível. Por mais absurdo que possa parecer para a lógica dominante, deram tudo o que estava ao alcance e ainda multiplicaram carinho, paciência e amor através dos filhos e netos.

Manifesto o carinho pelo meu irmão Leandro, sua esposa Juliana e seus lindos filhos, Léo e Lili. Meus primos Thiago e Tiko e suas famílias que compartilharam, há tempos, momentos preciosos dessa trajetória. Aos meus sogros, Dna. Francisca e Seu Agenor, pessoas espetaculares que me adotaram como filho e aos meus cunhados, Elaine e Anderson, pela certeza de sempre poder contar e pelos inúmeros momentos de alegria. Aos amigos que a dedicação ao trabalho e à família distanciou, agradeço toda compreensão e paciência.

Nos últimos oito anos tenho compartilhado a vida com um grande amor. Regiane, ao reunir em si as virtudes de companheira, namorada, esposa, amante e mulher, se traduz numa fortaleza de amor para enfrentar os desafios que a vida nos impõe. Sem dúvida, a vida ganhou outra intensidade contigo. Alegrias, prazeres, angústias e anseios. Cada sensação, ao seu modo, compõe o privilégio que é tê-la em mim. Cada segundo compartilhado carrega em si aquilo que de melhor a humanidade gerou. Te amo cada dia mais! Tomo emprestado alguns versos para melhor traduzir esse sentimento:

“Ser o que serve e é servido
Só o amor é tão bonito
Ser o que planta e sentar à mesa
Amor é dom da natureza
Água que limpa e mata a nossa sede
Sede de viver
De deixar viver
De fazer viver
E de ser feliz¹”

A renovação da esperança num mundo melhor se faz presente no fruto desse amor. Carlinhos, nosso filho amado e lindo. Observá-lo soa como poesia de Drummond. É a sua imagem que recorro nos momentos de aflição e é a confiança nesse amor infinito que move as engrenagens para uma vida plena de sentido e que produz o desejo profundo de partilhá-lo com o mundo.

¹ Trecho da canção *Coisas da vida*, composição de Milton Nascimento.

RESUMO

Em nosso trabalho partimos do seguinte problema: *Quais as relações entre lazer e subjetividade? Como estas são constituídas?* Constatada a pouca ocorrência e mesmo os limites dos estudos que abordaram tal relação, identificamos na análise dos estudos do lazer vinculados a tradição marxista a possibilidade de desenvolvimento do tema por assumirem a mútua determinação entre sujeito e objeto. Nesse caso, a subjetividade se apresenta como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. Não há objeto sem sujeito e nem sujeito sem objeto. Ao constituírem uma relação, o indivíduo não pode ser considerado apenas no seu caráter objetivo, determinado pela base econômica, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. Sendo assim, a subjetividade não corresponde a um dado natural, imediato ao indivíduo, mas é construída historicamente, atravessada pelas contradições de classe e representa elemento essencial na construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real. Diante destas considerações e com o objetivo de aprofundar as relações entre lazer e subjetividade, foram estabelecidos outros eixos de investigação: *Como as transformações realizadas na relação tempo livre/tempo de trabalho nas últimas décadas impactaram o modo de ser dos trabalhadores? Considerando o lazer ser a forma predominante de ocupação do tempo livre na contemporaneidade, quais são os seus determinantes? São possíveis trabalho e lazer plenos de sentido sob o modo de produção capitalista? Assumindo a perspectiva da emancipação humana, qual deve ser o lugar do lazer no projeto emancipatório?* Como importante elemento nas disputas entre capital e trabalho, reconhecemos no lazer tanto um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada, quanto possibilidade de questionamento dos limites da “liberdade” e “felicidade” por ele prometidos. A *refuncionalização* do lazer operada no Brasil durante a década de 1990, no entanto, ao conferir nova vida às concepções subjetivistas pela afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado, opera como simulacro de emancipação do capital. Ciente dos inúmeros limites de nossa pesquisa e de que a produção de um conhecimento verdadeiro sobre o lazer ou qualquer outro complexo é sempre resultado de sucessivas aproximações e do trabalho coletivo, apresentamos nossa modesta contribuição ao debate.

Palavras-chave: Lazer; Subjetividade; Emancipação Humana.

ABSTRACT

In our work we start from the following problem: *What are the relations between leisure and subjectivity? As these are established?* Given the low occurrence and even the limitations of the studies that have addressed this relation, we have identified in the analysis of leisure studies linked with the Marxist tradition the possibility of developing the issue by taking the mutual determination between subject and object. In this case, the subjectivity is presented as an inseparable component of the processes of human life. There is no object without a subject or subject and no object. In forming a relation, the individual cannot be considered only in its objective character, determined by the economic base, but in their self-determination process. It is in this self-determination process that are created new forms of objectification, which allow, in turn, new forms of subjectivity. Thus, subjectivity does not correspond to a natural condition, immediate to the individual, but it is historically constructed, crossed by the class contradictions and is essential in the building, the transformation, the seizure and cognitive interpretation of the reality. In view of these considerations and in order to deepen relations between leisure and subjectivity, other research areas were established: *How the changes made in the relation free time / work time in recent decades affected the way of being of workers? Considering the leisure to be the predominant form of free time occupation nowadays, what are its determinants? It is possible to achieve meaningful work and leisure under the capitalist mode of production? Assuming the perspective of human emancipation, what should be the place of leisure in the emancipatory project?* As an important element in disputes between capital and labor, we recognize in leisure as both, the possible ground for obliteration / inversion of exacerbated subjectivity, or the possibility of questioning the limits of "freedom" and "happiness" that it promised. The leisure *refunctionalization* operated in Brazil during the 1990's, however, in giving new life to the subjectivist conceptions for the individual pleasure affirmation and his freedom of choice in the market, operates as the capital emancipation simulacrum. Aware of the numerous limitations of our research and also of the fact that the production of a true knowledge of the leisure or any other social complex is always the result of successive approximations and collective work, we present our modest contribution to the debate.

Keywords: Leisure; Subjectivity; Human Emancipation.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
 CAPÍTULO I – O sociometabolismo do capital	7
1. Autorreprodução e o sociometabolismo do capital.....	7
2. Os anos dourados: Do fim da II Guerra Mundial ao início dos anos 1970	10
3. O capitalismo contemporâneo: Da década de 1970 aos dias atuais	14
3.1 Ideologia neoliberal e financeirização.....	14
3.2 O “novo” complexo de reestruturação produtiva e a gestão do trabalho vivo	20
3.3 O caráter conservador da pós-modernidade	26
 CAPÍTULO II - O Capitalismo manipulatório.....	32
1. A decadência ideológica da burguesia: entre a “destruição da razão” e a “razão miserável”	32
2. A teoria da alienação em Marx: capitalismo contemporâneo e reificação	39
3. A subjetividade do homem que trabalha sob o “novo” complexo de reestruturação produtiva.....	50
 CAPÍTULO III: O complexo do lazer	58
1. Ser social, trabalho e liberdade	58
2. As determinações gerais do complexo do lazer	73
3. O processo histórico dos estudos do lazer no Brasil	88
 CAPÍTULO IV: Apontamentos sobre o lazer e a exacerbação da subjetividade (estranhada)	98
1. Subjetividade e lazer	98
2. Implicações políticas do lazer sob o domínio da subjetividade estranhada	113
3. Lazer, projeto histórico e emancipação humana	119
 V. Considerações finais.....	126
 VI. Referências Bibliográficas	136

Introdução

O reconhecimento dos fundamentos políticos, econômicos e culturais essenciais para a investigação do *complexo do lazer* não é uma tarefa das mais tranquilas. Estudos baseados em perspectivas historicamente limitadas, teoricamente frágeis e inconsistentes procuram fugir desse problema encurtando o caminho. Em geral, abandonam o recurso às teorias de longo alcance em favor das teorias pós-modernas, supostamente mais adequadas para explicar uma realidade “multifacetada”.

O pensamento limitado ao imediatismo e o espontaneísmo é incapaz de reproduzir idealmente a essência do fenômeno lazer, convertendo sua forma aparente em fetiche. Submetida aos limites impostos pela economia de mercado que fetichiza as relações humanas, se aceita como eterna a divisão social do trabalho, a alienação entre vida pública e vida privada, subjetividade individual e objetividade social.

Nos estudos do lazer, a mera reprodução dos fenômenos superficiais (imediatos), opera em conjunto com a apologia consciente e venal da economia capitalista. Buscando libertar-se da economia e da história (a totalidade social), é elaborado um pensamento especializado e fragmentado que pressupõe a negação das categorias fundamentais do pensamento moderno e de seu legado para a humanidade: a razão dialética, o historicismo e o humanismo. Enquanto tendência geral, abordagens preocupadas com o progresso e o futuro, assim como a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social (herança do iluminismo) parecem caminhar para o esgotamento.

Contrariando essa tendência geral, a partir de uma revisão sistemática de literatura, encontramos um conjunto de trabalhos recentes vinculados aos estudos do lazer que, se apoiando na tradição marxista e retomando o movimento de crítica iniciado na década de 1980, procuraram analisar esse complexo em suas relações com a totalidade social. Ainda que tal perspectiva esteja longe de ser hegemônica, pelo contrário, é a mediação dialética entre essência e aparência que possibilita a representação científica do real e uma correspondente práxis ampla e eficaz.

Para nossa pesquisa teórica selecionamos três teses produzidas nos últimos 10 anos por professores vinculados aos programas de Educação Física²: *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer* (MASCARENHAS, 2005); *Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels* (PEIXOTO, 2007) e; *Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer* (HUNGARO, 2008).

Na primeira das teses, Mascarenhas (2005, p. 18) buscou aprofundar os “estudos sobre o fenômeno do lazer na sociedade brasileira contemporânea, tendo em vista as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas ao longo dos últimos anos”. Nesse sentido, considerou o avanço de sua mercantilização, as contradições inerentes a este processo e suas possibilidades superadoras.

Peixoto (2007, p. 04), numa incursão histórica que procurou compreender a relação entre a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer e a realidade brasileira, investigou como se dá a apropriação da “obra matriz do marxismo” (Marx e Engels), as motivações desta apropriação e o contexto que a explica. Para isso, realizou um amplo levantamento dos estudos do lazer no Brasil para reconhecer quando esta produção começou a acontecer no país, suas motivações, temáticas e problemáticas.

Na terceira e última tese, Hungaro (2008, p. 18) resgatou a teoria social de Marx verificando o seu legado para se pensar a ação política, cotejando suas ideias com os problemas contemporâneos, observando a funcionalidade do lazer ao capital, suas potencialidades como política social, fundamentos ontológicos e possibilidades num projeto de emancipação humana.

Conforme desenvolvíamos as leituras fomos observando com maior atenção o tema da subjetividade³ e suas relações com o complexo do lazer. No entanto, em nossa busca por estudos que declaradamente se propunham a estabelecer essa mediação

² Como veremos a seguir, a Educação Física é a área com o maior número de publicações vinculadas aos estudos do lazer.

³ Para a explicitação e distinção dos conceitos de subjetividade, individualidade, personalidade e identidade, recomendamos a leitura do artigo *Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural* (SILVA, 2009). Em linhas gerais, “o fato de a subjetividade referir-se àquilo que é único e singular do sujeito não significa que sua gênese esteja no interior do indivíduo. A gênese dessa parcialidade está justamente nas relações sociais do indivíduo, quando ele se apropria (ou subjetiva) de tais relações de forma única (da mesma maneira ocorre o processo de objetivação.”.

encontramos poucos registros⁴. Cabem também algumas breves observações quanto ao conteúdo desses estudos para demonstrar como o problema tem sido abordado.

Sob influência da chamada hipermodernidade (PINHEIRO ET AL., 2010) ou da corrente pós-moderna (RHODEN, 2009), a partir da Psicologia Social⁵ são superestimados os “poderes” do ócio ao afirmar que “as mesmas atividades podem ter significados variados, para pessoas diferentes, assim como as mesmas pessoas em diferentes situações têm experiências distintas”. A vivência do ócio é em-si tratada como “experiência positiva e transformadora de natureza subjetiva”, ocupação desejada, expressão de sua “identidade”, resultado da “escolha livre”, “conectando-se com o mundo da emotividade individual” (MARTINS, 2008). Sendo assim, atividades consumistas e esvaziadas são “fruto da ausência de uma educação para o ócio”.

Outro conjunto de estudos, pautado nos referenciais e lógicas das ciências naturais, buscam estabelecer a relação entre qualidade de vida de diversos públicos e a perspectiva subjetiva, aqui entendida como percepção pessoal dos aspectos da vida, no qual está inserido o lazer (VIANA, 2004; DALLA VECHIA ET AL., 2005). Em geral, consideram o sujeito enquanto uma variável entre outras, dependente do nível sociocultural, da faixa etária e das aspirações pessoais.

Ambas não consideram as mediações e distinções no processo histórico entre tempo livre, ócio e lazer em sua concreticidade. Na medida em que o trabalho aparenta perder a centralidade, as classes sociais e suas contradições são contornadas, bem como a perspectiva da totalidade social. Subaproveitam a ideia de que o ócio cultiva “acesa a possibilidade de um tempo e espaço em que o homem possa reconciliar-se consigo e com a natureza” e entregar-se “integralmente ao desenvolvimento multilateral de suas capacidades físicas e intelectuais” (MASCARENHAS, 2005, p. 233), enquanto ocultam a colonização contemporânea do tempo livre pelo tempo de trabalho e não denunciam o pouco tempo livre que dispõem os trabalhadores em geral, inclusive aqueles envolvidos em ocupações de maior dimensão intelectual.

⁴ Em pesquisa realizada no *Google Scholar*, encontramos uma dissertação (FREITAS, 2000), algumas dezenas de artigos e um capítulo de livro (ALVES, 2006).

⁵ “Neulinger (1981), um dos pioneiros em estudar o ócio a partir da Psicologia Social, definiu o ócio como “um estado particular da mente que ocorre em condições de liberdade percebida e motivação intrínseca ou extrínseca e se caracteriza por orientar-se para uma meta ou significado”. Segundo ele: ‘O ócio, então, tem somente um critério essencial, que é a condição da liberdade percebida (...) O ócio supõe estar dedicado a uma atividade representada como livre e de escolha própria’”. (NEULINGER apud RHODEN, 2009).

De modo geral, entendemos que nenhuma das duas abordagens possui condições de estabelecer uma análise concreta das relações entre subjetividade e lazer. Diferentemente, no ensaio intitulado *Trabalho, Subjetividade e Lazer: Estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global*, Giovani Alves (2006) sugeriu algumas possibilidades de investigação crítica sobre os impactos do capitalismo global e do sociometabolismo da barbárie sobre o trabalho e do lazer. Como sugerido pelo autor, “o esclarecimento de categorias indispensáveis da socioreprodutibilidade e da produção capitalista, tais como a categoria de subjetividade, e principalmente das categorias de estranhamento, fetichismo e reificação” possibilitam a crítica do cotidiano e do lazer nas sociedades capitalistas nas condições históricas da mundialização do capital e de sua crise estrutural.

Na medida em que tanto as três teses com as quais trabalhávamos inicialmente quanto o capítulo acima citado estabeleciam uma relação de mútua determinação entre sujeito e objeto - tão cara ao método do Materialismo Histórico e Dialético e que norteou nosso estudo -, foi preciso nos apropriar do debate sobre a subjetividade no interior do marxismo. Naquela concepção, a subjetividade se apresenta como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. Não há objeto sem sujeito e nem sujeito sem objeto. Ao constituírem uma relação, o indivíduo não pode ser considerado apenas no seu caráter objetivo, determinado pela base econômica, mas em seu processo de autodeterminação. É nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. Sendo assim, a subjetividade não corresponde a um dado natural, imediato ao indivíduo, mas é construída historicamente, atravessada pelas contradições de classe e representa elemento essencial na construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real.

Diante das considerações apresentadas, formulamos nosso problema de pesquisa: *Quais as relações entre lazer e subjetividade? Como estas são constituídas?* Pautado pelo objetivo geral de investigar a subjetividade e suas relações com o complexo do lazer, foram estabelecidos outros eixos de investigação: *Como as transformações realizadas na relação tempo livre/tempo de trabalho nas últimas décadas impactaram o modo de ser dos trabalhadores? Considerando o lazer ser a forma predominante de ocupação do tempo livre na contemporaneidade, quais são os seus determinantes? São possíveis trabalho e lazer plenos de sentido sob o modo de*

produção capitalista? Assumindo a perspectiva da emancipação humana, qual deve ser o lugar do lazer no projeto emancipatório?

Como importante elemento nas disputas entre capital e trabalho, reconhecemos no lazer tanto um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada, quanto a possibilidade de questionamento dos limites da “liberdade” e “felicidade” por ele prometidos. No entanto, a *refuncionalização* do lazer operada no Brasil durante a década de 1990, ao conferir nova vida às concepções subjetivistas pela afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado, opera como simulacro de emancipação do capital.

Ciente dos inúmeros limites de nossa pesquisa e de que a produção de um conhecimento verdadeiro sobre o lazer ou qualquer outro complexo é sempre resultado de sucessivas aproximações e do trabalho coletivo, apresentamos nossa modesta contribuição para o estabelecimento das relações entre lazer e a subjetividade. Os resultados de nossa investigação compõe a estrutura do trabalho que será exposto a seguir.

No Capítulo I, com o objetivo de caracterizarmos as transformações políticas, sociais e culturais ocorridas durante o “breve século XX”, fizemos um apanhado geral do sociometabolismo do capital, complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho e que subordina suas funções vitais ao capital. Interessou-nos compreender o que consideramos serem seus principais elementos em meio ao correspondente processo histórico: a autorreprodução, a ideologia neoliberal, a financeirização, o “novo” complexo de reestruturação produtiva - envolvendo as inovações tecnológicas, inovações organizacionais (*toyotismo* e o novo modelo de gestão do trabalho vivo) e inovações sociometabólicas (nexos ideológicos do novo produtivismo) - e o caráter conservador da pós-modernidade.

No Capítulo II discorreremos sobre a decadência ideológica da burguesia em seu duplo aspecto: o irracionalismo e a miséria da razão. Para tanto, retomamos o processo de elaboração da teoria da alienação em Marx e suas contribuições para a compreensão do fetichismo e da reificação. Com o objetivo de melhor compreendermos o processo de captura da subjetividade do homem que trabalha sob o “novo” complexo de reestruturação produtiva, retomamos as contribuições do último Lukács. Nesse sentido,

o capitalismo manipulatório constitui-se como um “processo de subjetivação” que articula produção e reprodução social ao processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana. Esse aparato que manipula os desejos do consumidor para o consumo sem necessidade (irracional) transforma o “tempo livre” predominantemente em tempo de consumo (um comportamento calculado e previsível), ainda que, contraditoriamente, também constitua manifestações de resistência.

O Capítulo III foi dedicado ao estudo do trabalho na constituição do ser social e suas relações com o complexo do lazer. Submetidos a um poder que lhes é estranho, a maioria dos membros da sociedade compõe a classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens. Baseado nas indicações das obras de Marx e Engels, analisamos as determinações essenciais do complexo do lazer no contexto da luta política travada no interior das relações sociais comandadas pelo capital que, embora não possibilite para todos o consumo na perspectiva das demandas sociais efetivas, opera promovendo a ideologia do consumo. É nesse cenário que abordamos o trabalho enquanto modelo de toda liberdade, mas que, nos limites de sua forma alienada, promove a produção e consumo destrutivos, a partir da taxa de utilização decrescente das mercadorias e da relativização do luxo e da necessidade. Por fim, discorreremos sobre as particularidades do processo histórico dos estudos do lazer no Brasil, seus ciclos de produção e o movimento de *refuncionalização* do lazer dado por sua subsunção real ao capital.

No último capítulo (IV), analisamos como o capital se reproduz constituindo (e instituindo), cada vez mais nexos de subjetividade e formas de subjetivação, porém, não produzindo obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Sem ter como horizonte a mudança nas condições de trabalho resta ao trabalhador otimizar seus poucos momentos de lazer. As implicações políticas desse processo vão desde a aceitação acrítica das mudanças no padrão de resposta à questão social (o lazer enquanto *não-direito*) até a tentativa de esgotamento da perspectiva revolucionária. Contraditoriamente, o lazer repõe no cotidiano até às consciências reificadas a questão da “felicidade” e da “liberdade”. É o horizonte do trabalho associado e a perspectiva da emancipação humana - forma mais aperfeiçoada possível da liberdade -, que deve nortear os conteúdos, pesquisas, políticas e reivindicações sobre o lazer.

CAPÍTULO I – O sociometabolismo do capital

No Capítulo I, com o objetivo de caracterizarmos as transformações políticas, sociais e culturais desenvolvidas durante o “breve século XX”, fizemos um apanhado geral do sociometabolismo do capital, complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho e que subordina suas funções vitais ao capital. Interessou-nos compreender o que consideramos serem seus principais elementos em meio ao correspondente processo histórico: a autorreprodução, a ideologia neoliberal, a financeirização, o “novo” complexo de reestruturação produtiva, envolvendo as inovações tecnológicas, inovações organizacionais (*toyotismo* e o novo modelo de gestão do trabalho vivo) e inovações sociometabólicas (nexos ideológicos do novo produtivismo) e o caráter conservador da pós-modernidade.

1. Autorreprodução e o sociometabolismo do capital

O sociometabolismo do capital corresponde ao complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina suas funções vitais ao capital. Seu núcleo constitutivo é composto por três dimensões fundamentais e inter-relacionadas: Estado, trabalho e capital. Desse modo, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital – “reproduzido como a corporificação do trabalho em forma alienada e autoperpetuadora” – e o Estado – complemento e não fundamento do comando político do sistema–, uma vez que o “ pilar material fundamental de suporte”, a “força cimentadora” e contraditoriamente explosiva é o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital. Sendo assim:

“Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja, um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 594).

Neste aspecto, Antunes (2011a, p. 15) assevera a importância destacada pelo autor húngaro na distinção entre capital e capitalismo. Para o autor, o capitalismo corresponde a uma das formas possíveis da realização do capital. Como uma de suas

variantes históricas – supõe-se que existiu capital antes da generalização do capitalismo (de que é exemplo o capital mercantil) –, na fase marcada pela subsunção real do trabalho ao capital, pode-se presenciar a continuidade do capital mesmo depois do capitalismo, conforme comprovou a história com o “sistema de capital pós-capitalista”. Ainda que tivessem uma configuração pós-capitalista, esses países⁶ foram incapazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital⁷.

Contradizendo os apologetas do capital, “a perda inevitável de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social” tem assumido contornos mais intensos (MÉSZÁROS, 2011, p. 104), embora imperceptível por um longo estágio histórico graças ao deslocamento das contradições do capital durante a fase de forte expansão (1945-1970). Os mecanismos atuais de “administração das crises” deslocam com mais eficiência suas principais contradições. No entanto, são responsáveis por um *continuum depressivo*, característica de uma crise *cumulativa*, *endêmica*, mais ou menos *permanente* e *crônica*, com a perspectiva de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada⁸.

Mediante a ausência de unidade desse “capitalismo organizado”, os novos microcosmos se mostram de muitas formas internamente fragmentados. Nesse sentido, encontramos conforme Mészáros (2011, p. 105): 1) a produção e o controle radicalmente isolados e diametralmente opostos; 2) a produção e o consumo independentes e separados, no qual o “excesso de consumo” concentrado em poucos

⁶ Os países pós-capitalistas (ou o *socialismo realmente existente*), com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho* que configura o domínio do capital. A “expropriação dos expropriadores”, a eliminação “jurídico-política” da propriedade, realizada pelo sistema soviético, “deixou intacto o edifício do sistema de capital”. O desafio, portanto, é superar o tripé *em sua totalidade*, nele incluído o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o *trabalho* ao *capital*, tendo como elo de complementação o *Estado político*.

⁷ Acompanhamos a crítica de Mészáros a estes regimes, muito embora também reivindicamos a importância do Estado na transição Socialista. Para maiores informações, recomendamos a leitura d’*O Estado e a Revolução Socialista*, de Vladimir Lenin.

⁸ John Bellamy Foster corrobora a afirmação de Mészáros ao analisar a recente crise americana. Para o autor, o estouro de duas importantes bolhas financeiras na “praça forte do capitalismo” (a forte queda do mercado acionário americano em 2000 e a bolha imobiliária de 2007), assinala uma nova fase no desenvolvimento das contradições do sistema do “capital monopolista-financeiro”, a partir do progressivo deslocamento da centralidade da produção para as finanças e que tem caracterizado a economia nas últimas quatro décadas. Essa financeirização do capital “parece tomar a forma de bolhas cada vez maiores, que estouram cada vez mais frequentemente e com efeitos mais devastadores, ameaçando a cada ocasião aprofundar a estagnação [...] endêmica nos capitalismo maduros, de crescimento lento e capacidade ociosa e desemprego/subemprego crescentes [...]” (2009, p. 13).

locais, manipulado e desperdiçador encontra paralelo na desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões; 3) a combinação entre os novos microcosmos do sistema do capital resultam em alguma espécie de conjunto administrável, de modo que o capital social total seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas, a fim de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, dominação e subordinação prevalecem no interior de microcosmos particulares e transcendendo todas as fronteiras regionais e nacionais, sujeitando a força de trabalho total da humanidade – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global.

Ao contrário dos modos de organização sociais anteriores, que buscavam o atendimento das necessidades sociais, a busca incessante pela expansão para além das necessidades expõe uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”, pois enquanto for possível sustentar um processo de expansão avassaladora são adiados os “piores dias”. Em sua especificidade histórica, o Estado moderno passa a existir para “poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado”, correspondendo a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico (*idem*, 2011, p.107).

É a distinção vital entre *produção* e *autorreprodução* que predomina sob o capital. Ele não está, em absoluto, preocupado com a produção em si, mas somente com a *autorreprodução*. Em oposição aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora, o capital tende à expansão global de sua autorreprodução. No entanto, a *autorreprodução destrutiva* não enfrenta meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, mas desafia a própria sobrevivência da humanidade. Ao invés de aceitar as restrições positivas necessárias no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas, corresponde à “linha de menor

resistência do capital⁹” levar as práticas materiais da *autorreprodução destrutiva ampliada* até o ponto em que levantem o espectro da destruição.

Em pouco mais de um século de existência, o imperialismo - estágio atual do modo de produção capitalista sob a égide dos monopólios - passou por transformações significativas buscando adequar as conexões entre as três dimensões anteriormente citadas (Estado, trabalho e capital). De acordo com Netto e Braz (2006, p.192), a partir da periodização estabelecida por Mandel, podem-se distinguir ao menos três fases: a) 1890 a 1940 – Fase “clássica”¹⁰; b) Do fim da II Guerra Mundial ao início da década de 1970 – Os anos dourados e; c) Da década de 1970 aos dias atuais – O capitalismo contemporâneo. Com o objetivo de ressaltarmos algumas particularidades do desenvolvimento histórico do sistema metabólico do capital, dedicaremos as páginas seguintes a sua análise.

2. Os anos dourados: Do fim da II Guerra Mundial ao início dos anos 1970

De acordo com Hobsbawn (1995, p. 254-259), enquanto os países europeus e o Japão concentravam esforços em recuperar os patamares de crescimento do período anterior à guerra, nos países não comunistas a recuperação também significava deixar para trás o medo de revolução social e o avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. A maioria dos países envolvidos voltava a seus níveis pré-guerra em 1950. Paralelamente, os EUA, que dominaram a economia do mundo no período, continuaram sua expansão dos anos de guerra, ampliando seu Produto Nacional Bruto (PNB) em 2/3 e chegando ao final do conflito responsável por quase 2/3 da produção industrial do mundo.

Desse modo, a Era de Ouro, imediata ao pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1973, favorecia os países capitalistas desenvolvidos. Nesse ínterim, passaram a representar cerca de três quartos da produção do mundo e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. Apesar disso, a Era de Ouro foi também um fenômeno mundial, ainda que a riqueza geral jamais chegasse à maioria da população do mundo.

⁹ Mediante um equivalente funcional capitalisticamente mais viável ou fácil a uma linha de ação que suas próprias determinações materiais de outro modo predicariam, o capital opta por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global (MÉSZÁROS, 2011, p. 680).

¹⁰ Em nossa pesquisa não abordaremos essa primeira fase. Para a compreensão da gênese do imperialismo e seus determinantes recomendamos a síntese elaborada por Vladimir Lenin na obra *O imperialismo: fase superior do capitalismo*.

O mundo industrial se expandiu nas regiões capitalistas e socialistas, a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950-1970, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes e a produção agrícola mundial praticamente duplicou sua produtividade por hectare.

A guerra, com suas demandas tecnológicas, preparou vários processos para posterior uso civil (radar, motor a jato entre outras ideias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia da informação). Sem ela, o transistor e os primeiros computadores digitais civis teriam aparecido somente mais tarde. A pesquisa científica encontrava aplicação prática em poucos anos. Os "plásticos" (náilon, poliestireno e polieteno), a televisão e a gravação em fita magnética também são desse período. A indústria e a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX (HOBBSBAWN, 1995, p. 260).

Os Estados Unidos, vitoriosos na guerra contra o eixo e a partir da sua localização geográfica "privilegiada" recolheu os frutos dessa hegemonia. São expressões dessa nova configuração a exportação de capitais aos países centrais (não mais dos países centrais aos periféricos, como na fase "clássica") e os empréstimos aos países periféricos. A introdução da organização científica *taylorista* do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o *fordismo* acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho até aquele momento, favorecendo a distinção entre elaboração (trabalho intelectual, gerência científica) e execução. Desse modo, o chamado taylorismo-fordismo torna-se o padrão para toda a produção industrial (grande indústria), marcada pela produção em massa de mercadorias, "homogeneizada e enormemente verticalizada" (ANTUNES, p. 37, 2002).

O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos. Nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junkfood* (o McDonald's é uma "história de sucesso" do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como ocorreu com o setor de turismo. O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone, etc.

Na indústria automobilística, apenas de maneira secundária recorria-se ao fornecimento externo. A racionalização das operações dos trabalhadores combatia o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo, aumentando o ritmo de trabalho e intensificando a exploração. A partir do trabalho parcelar e fragmentado (decomposição das tarefas), o trabalhador era reduzido a um conjunto repetitivo de atividades cuja soma era o trabalho coletivo produtor de automóvel. A “desantropomorfização do trabalho” (a eliminação do trabalho vivo pelo trabalho morto) e sua condição de “apêndice” da máquina-ferramenta potencializava a extração da mais-valia, combinando sua dimensão absoluta e relativa, sob o predomínio da segunda. A esteira – uma linha rígida de produção – interligava e determinava ritmo e tempo necessários para as tarefas.

Sob os pilares apresentados, o estilo de vida americano se impôs aos países centrais e parte dos países de recente industrialização. De acordo com Netto e Braz (2006, p. 199), com a dominação e circulação de ideias pelo grande capital, valores americanos e o idioma inglês são disseminados com maior intensidade (imprensa, rádio, cinema, discos, televisão etc.). A generalização do crédito ao consumidor (“prevenindo” o subconsumo), a inflação permanente (que penaliza os trabalhadores com aumento do preço das mercadorias, captando recursos para os monopólios) e a hipertrofia do setor de serviços (burocracia estatal e assalariados de atividades altamente heterogêneas), correspondem a outros importantes traços dos “anos dourados”.

Diante do crescimento das desigualdades e das tensões sociais decorrentes da crise econômica de 1929 e do capital em sua fase monopolista, surgiu em âmbito mundial a proposta do Estado social. Baseado nas ideias de John Maynard Keynes orientava uma intervenção na economia por meio de investimentos no mercado produtivo e na promoção do bem-estar, buscando, assim, diminuir as desigualdades sociais. Esta configuração de Estado obteve a sua consolidação nos países centrais no pós-guerra, notadamente nas décadas de 1950 e 60. Nos EUA essa experiência ficou conhecida como *New Deal*. Na experiência europeia tornou-se *Welfare State* (Estado de bem-estar social). Nesse Estado, a conformação dos direitos viriam na forma de políticas sociais¹¹. Por meio do planejamento e da consecução de políticas para o bem

¹¹ Conforme Couto (2004, p. 60), para alguns estudiosos o que caracteriza as políticas sociais é o seu compromisso em manter a acumulação e reproduzir a *força de trabalho*, buscando a legitimação do sistema capitalista. Outros entendem as políticas sociais como campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores ganham visibilidade, introduzindo aí a idéia de conquista. A esse respeito afirma

estar do cidadão, o Estado atenderia às demandas por educação, trabalho, salário suficiente, acesso a cultura, moradia, seguridade social, proteção do meio ambiente, da infância e da adolescência, da família, da velhice, dentre outros. Sendo direitos de natureza coletiva, mas de titularidade individual, assim como os direitos civis e políticos,

“eles não se referem ao homem genérico, mas ao homem concreto, singular, que é membro de uma comunidade específica. Sob essa ótica, os fundamentos centrais dos direitos sociais são as necessidades reais do homem, que se caracterizam por serem básicas, objetivas, universais e históricas. Implicam, também, elementos de solidariedade social, transitando da ótica da consciência individual para a consciência coletiva” (COUTO, 2004, p.49).

As crises cíclicas não foram eliminadas, mas seus impactos foram reduzidos pelos mecanismos de regulação a partir da intervenção do Estado. Paradoxalmente, esse desempenho foi obtido no período em que o capital e a burguesia mais foram questionados, em decorrência da vitória contra o fascismo encabeçada pela União Soviética, da legitimidade do movimento operário, sindical e de seus partidos na Europa (com suas exceções) e a dimensão mundial da luta anticolonialista. Nesse contexto, foi preciso um Estado que intervisse na economia para assegurar os superlucros dos monopólios, preservando as condições externas da produção e da acumulação capitalistas e uma intervenção direta e contínua na dinâmica econômica desde o seu próprio interior¹²: “uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social [...] com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planejamento econômico.” (HOBBSBAWN, 1995, p. 265). Porém, o custo da estratégia *keynesiana* foi o “mar de dívidas” (públicas e privadas), a chamada crise fiscal e a inflação permanente a partir do início de 1970. As despesas de manutenção da regulação do mercado colocaram também em crise a política social.

Vieira (1992, p. 23): “Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de tudo a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores, não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isto configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política”.

¹² A preservação e o controle contínuos da força de trabalho ocupada e excedente é uma função de primeira ordem.

3. O capitalismo contemporâneo: Da década de 1970 aos dias atuais

Contrariando os mais otimistas, que apregoavam a possibilidade de um “capitalismo democrático”, a Era de Ouro teve um fim. Conforme Antunes (2002, p. 31), a denominada crise do *fordismo*, simultânea à crise do modelo de regulação *keynesiano* era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo que expunha uma crise estrutural do capital, na qual se destacava a *tendência decrescente da taxa de lucro*, manifestando tanto o sentido destrutivo da lógica do capital, presente na *intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, quanto da *incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital*.

Desse modo, tem início um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Conforme Netto e Braz (2006, p. 214), essa estratégia articulada de “restauração do capital” pode ser sintetizada sobre um tripé: a ideologia neoliberal, a financeirização e o “novo” complexo de reestruturação produtiva¹³. No esteio dessa restauração, discutiremos o caráter conservador da pós-modernidade.

3.1 Ideologia neoliberal e financeirização

De acordo com o historiador inglês Perry Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo corresponde a uma reação teórica e política veemente contra o “Estado social”. Seus princípios constam no texto de Hayek, “O Caminho da servidão”, de 1944. Hayek e seus correligionários¹⁴ afirmavam que o novo igualitarismo (relativo) gerado pelo Estado de bem-estar social “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”. Contrariando o consenso político da época, afirmavam que “a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais”. Foram necessários longos 20 anos para que essas afirmações encontrassem audiência.

¹³ Como veremos a seguir, destacamos o caráter “novo” associado ao complexo de reestruturação produtiva com o propósito de especificarmos o processo intensificado no último quartel do século 20. Porém, reconhecemos como importante característica do modo de produção capitalista desde a sua gênese a reiterada reestruturação dos processos e produtos.

¹⁴ A Sociedade de *Mont Pèlerin* (1947) era uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos composta por Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

A década de 1970 compreende a primeira recessão internacional do pós-guerra. Depois de décadas de crescimento vertiginoso o capitalismo caiu numa longa e profunda recessão, especialmente a partir de 1973, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Fortalecido pelos encontros e embates sistemáticos entre opositores do *Welfare State* europeu e do *New Deal* americano, Hayek e seu grupo asseveram que a raiz da crise do capital iniciada na década de 1970 estaria localizada

“no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Nessa proposta, o Estado deveria ser forte somente em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, retirando-se dos gastos sociais e intervenções econômicas. A principal meta para qualquer governo passaria a ser a estabilidade monetária, ancorada numa rígida disciplina orçamentária (corte nos gastos sociais para controlar os recursos) e a restauração da taxa "natural" de desemprego (a criação de um exército de reserva para atacar os sindicatos). Complementavam o receituário as reformas fiscais, com reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

É somente em fins da década de 1970 que o programa neoliberal é aplicado nos países centrais para daí se expandir pelo continente. Em 1979 é eleito o primeiro governo publicamente empenhado em aplicar o programa neoliberal: Thatcher, na Inglaterra. No ano seguinte, Reagan chega à presidência nos EUA. Dois anos depois, Kohl derrota o regime social-liberal na Alemanha. Na Dinamarca, em 1983, é eleita uma coalizão clara de direita, seguido de processo semelhante em quase todos os países da Europa Ocidental (exceto Suécia e Áustria). Ainda na década de 1970 temos o pioneirismo chileno sob a ditadura Pinochet: desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, abolição da democracia e instalação de uma das ditaduras mais sangrentas. Na Bolívia, em meados da década de 1980, o plano Sachs é “bem sucedido” ao promover a hiperinflação como mecanismo para induzir “democraticamente” um povo a aceitar

políticas neoliberais, estratégia que seria aplicada em diversas nações. Na sequência, países e governos dos mais variados matizes¹⁵ se empenharam na aplicação do receituário¹⁶.

Em síntese, as medidas de ajustes sobre o enfoque teórico neoliberal estão sedimentadas num projeto ideológico, político e econômico que exalta a liberdade dos mercados. São elas: a) a desregulamentação da economia, onde se consolida a abertura dos mercados para o livre fluxo de produtos e do capital ao tempo em que fragiliza e compromete a autonomia do Estado-nação; b) medidas de geração de poupança, combate a inflação com estabilidade monetária a qualquer preço e; c) o pagamento da dívida externa, no caso particular dos países endividados do Terceiro Mundo. Essas orientações foram, na sua totalidade, apontadas pelo Consenso de Washington para serem aplicadas nos países de economias periféricas, condicionando, inclusive, a ajuda financeira dos organismos internacionais ao compromisso com o receituário.

No campo político, o Estado deveria ser fortalecido naquilo que fosse necessário para manter o funcionamento do mercado. Como escreveu José Paulo Netto, os patrocinadores da “ofensiva neoliberal” compreendem que “a proposta do ‘Estado Mínimo’ pôde viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital” (2001, p. 81)¹⁷. Nessa “nova realidade”, se o

¹⁵ No início dos anos 1990, quando o neoliberalismo começava a apresentar limites nos países centrais do ocidente (com o aumento da dívida pública, aumento do endividamento privado, crescimento do desemprego, etc.), a queda dos regimes do leste serve de alento e novas possibilidades ao projeto.

¹⁶ Os anos 1990 no Brasil foram marcados pela desregulamentação da estrutura jurídica trabalhista e aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho (CARDOSO, 2009, p. 102). Embora já existissem mecanismos para a flexibilização anteriores ao período (hora-extra, contratos por tempo específicos, facilidade para as demissões, salários inferiores ao mínimo etc.), observamos a intensificação da desestruturação do mercado de trabalho e aumento das desigualdades, mesmo entre os inseridos, com o “aumento das taxas de desemprego e da informalidade, além da diminuição de média salarial.” (2009, p. 105). Nesse período é instituído um mecanismo que altera significativamente o ritmo e tempo de trabalho: o banco de horas (anualização do tempo de trabalho). O tempo na empresa passa a significar um tempo de alta demanda e máxima produção, uma vez que nos momentos de desaceleração o trabalhador ficará em casa para compensar as horas a mais. Além disso, paralelo à flexibilização, há forte pressão patronal para eliminar os tempos de descanso do trabalhador, denominado pelo discurso gerencial de “tempo morto”.

¹⁷ De acordo com Harvey, é muito difícil estabelecer uma descrição do Estado neoliberal a partir de sua prática. São duas as razões: 1) A prática do Estado neoliberal apresenta importantes desvios de sua teoria e; 2) a dinâmica de sua evolução força adaptações que variam de lugar e época. No entanto, em caso de conflito, “o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente”, bem como “favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem estar da população ou a qualidade ambiental” (2014, p. 80-81).

indivíduo tem dinheiro, os direitos deverão ser “adquiridos” no mercado, transitando, assim, da lógica do direito para a da mercadoria. Se não possui condições de comprá-lo, deverá acessá-los através da benevolência da sociedade, que retoma o papel de responsável por atender às demandas sociais¹⁸. E deverá fazê-lo de forma a atender parcialmente suas demandas, retomando o conceito de não intervir de maneira a incidir no desejo de progresso, que é imanente da relação com o mercado. A regulação que pode e deve ser feita pelo Estado é, nesse caso, aquela que fornece as condições efetivas do pleno funcionamento do mercado. Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas,

“o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. Nessa situação, todavia, ele pode recorrer a uma arma secreta: a competição nacional e a globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais. Se não der certo, o Estado em questão terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário à força bruta e o poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo.” (2014, p. 79).

Nas atuais condições, que põem claramente o trabalhador nas piores situações de defesa dos seus interesses e direitos¹⁹, o dito “novo contrato social” só pode ser um bom negócio para o capital. A utilização cada vez maior pelo movimento operário do conceito de “cidadania” em substituição ao de “classe” supõe interesses comuns a todos os homens na melhoria social e que poderiam, uma vez assumidos pela sociedade, superar a desigualdade entre as classes (WELMOWICKI, 2004, p. 12). Essa crítica a versão moderna da “cidadania” - que tem como principal expoente T. H. Marshall e, em linhas gerais, representa uma adaptação da cidadania burguesa clássica aos tempos do pós-guerra e do “Estado de Bem-estar social” - se sustenta mediante a contradição entre

¹⁸ Merece atenção o papel cumprido pelo chamado “Terceiro Setor” apresentado como um novo padrão de reposta a “questão social” e tão bem desmistificado por Carlos Montaña (2002).

¹⁹ Outras formas de precarização se incluem no grupo de transformações do trabalho no Brasil contemporâneo. A *pejotização* corresponde ao uso da pessoa jurídica para encobrir uma verdadeira relação de emprego. Desse modo, não estão assegurados o décimo terceiro salário, horas extras, verbas rescisórias, direitos previdenciários, intervalos remunerados (descanso semanal remunerado e férias com adicional constitucional de um terço) etc. O número de trabalhadores submetidos à informalidade, a concentração da massa dos empregos na base da pirâmide salarial ou a elevação da taxa global de rotatividade e de terceirização da força de trabalho evidenciam a ampliação do precariado brasileiro (cf. BRAGA, 2012).

“uma política de universalização progressiva dos direitos sociais e a lógica do sistema capitalista”. Em outras palavras:

“A experiência histórica [...] mostrou que a batalha pela extensão generalizada da cidadania social não pode existir sem a alteração radical da política econômica governamental, seja pela pressão do movimento operário organizado, seja para evitar explosões sociais, assim como nunca chegou a haver a generalização ilimitada de direitos sociais. Ou seja, a universalização dos direitos sociais estendidos até a erradicação da miséria exigiria política econômica radical que afetaria os interesses privados capitalistas (*idem*, 2004, p. 33).

Conforme Harvey (2014, p. 49-50) a construção do consentimento²⁰ neoliberal foi possível devido as “fortes influências ideológicas que circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil – universidades, escolas igrejas e associações profissionais.”. Aprofundaremos esse aspecto ao discutirmos mais adiante a pós-modernidade.

Desde os anos 1970, a retomada de princípios liberais, encarnado simbolicamente nas figuras de Margareth Thatcher e Ronald Reagan visou o fim do relativo controle, especialmente sobre a circulação do capital em nível mundial, predominante no período de vigência dos acordos de Bretton Woods²¹. Tal processo possibilitou um volume cada vez maior de transações financeiras, com uma mobilidade em escala internacional sem proporções e o aumento da dívida pública dos Estados nacionais. Estima-se que entre 1980 e 2006, o PIB mundial cresceu 314% (4,1 vezes o que era) enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1.292% (13,9 vezes o que era) (PAULINA apud LAPYDA, 2011). As interações entre os países centrais se intensificaram (EUA, UE e Japão realizam entre si a maioria das transações), operadas entre os grandes monopólios e processadas entre matrizes e filiais/subsidiárias (comércio intracorporativo). São constituídos blocos supranacionais, com normas específicas de transações, integrando investimentos e mercados.

²⁰ Conforme o autor, “o senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais[...] podendo ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais.” (2014, p. 49).

²¹ O acordo foi extinto em 1971, quando Richard Nixon abandona a conversibilidade do dólar e o lastro ouro.

Essa financeirização²² foi estimulada pelos recursos informacionais (comunicação instantânea), a superacumulação e a queda da taxa de lucro dos investimentos industriais²³. Manifesta-se como um processo econômico, político e social, que gera uma nova situação na luta de classes e amplifica o poder do capital, estabelecendo o capital financeiro no centro das relações sociais, econômicas e atribuindo novas características ao sistema. De acordo com Netto e Braz (2006, p.230), seu estilo especulativo, predatório, por meio de valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento, estruturada destruição de ativos pela inflação, dilapidação por fusões, aquisições, endividamento de países com seus reflexos negativos sob os trabalhadores, fraude corporativa e desvios de fundos em decorrência de manipulações do crédito e de ações, tem como suporte a gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro²⁴.

A massa de valores reais deixou de apresentar correspondência com o brutal crescimento do capital fictício²⁵. Nota-se um fabuloso crescimento da massa de capital dinheiro que não é investido produtivamente e que capta os juros da mais-valia global. Em síntese: “as transações financeiras *tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores*” (*idem*, 2006, p. 232). A riqueza dos especuladores é assegurada pelas instabilidades, desequilíbrios, crises e “bolhas financeiras” em função, exclusivamente, de seus interesses e desembocando em crises reais. Nesse sentido, as finanças atuam como o sistema nervoso do capitalismo, controlado por uma oligarquia (cerca de 500 investidores, distribuídos em fundos de pensão, bancos e outras instituições) que “desafiam” a autoridade dos Estados nacionais

²² De acordo Lapyda (2011, p. 20), as elaborações sobre a financeirização podem ser encontradas em obras esparsas de dois grandes autores do marxismo contemporâneo: Chesnays e Harvey. No caso do primeiro, grande parte de sua obra é dedicada a compreendê-la (inclusive cunhando conceitos específicos para isso), de modo abrangente e detalhado. Harvey, contudo, se impôs como um complemento à contribuição de Chesnays. Embora não trate especificamente do tema da financeirização, este sempre aparece relacionado a outras discussões, como na questão do imperialismo, do neoliberalismo e da pós-modernidade.

²³ De acordo com Netto e Braz (2006), parte do capital excedente foi investido na produção e, especialmente no setor de serviços em outros países (investimento interno direto – IED). Outra parte, disponibilizou-se sob a forma de capital dinheiro (capital monetário), permanecendo no circuito de circulação.

²⁴ Menos de 300 bancos (e corretoras de ação e títulos) globais controlam as finanças internacionais (NETTO e BRAZ, 2006).

²⁵ Ações, obrigações e outros títulos que não possuem valor em si mesmos e que dá direito a rendimentos.

e de seus bancos nacionais, impondo a livre mobilidade de “capitais voláteis” e a ruína de economias nacionais.

Para compreendermos tal processo é exemplar a dívida dos países periféricos e dependentes que cresceu exponencialmente a partir da década de 1970. Como conteúdo desse processo, temos uma operação que inicia nos empréstimos a juros variáveis (daquele capital não investido na indústria), determinado pelos credores e condicionado nos seus fins (compra e investimentos, de acordo com os interesses dos próprios credores). Mediante o déficit público – gerado, inclusive, pela dificuldade em saldar os próprios empréstimos -, e a emissão dos títulos da dívida pública no mercado, a oligarquia financeira os adquire assegurando os juros atraentes e o pagamento pontual. Quando estes países se veem com dificuldades para manter o fluxo de recursos aos proprietários dos títulos, estes pressionam para a redução dos gastos estatais, constituindo o chamado superávit, diminuindo assim os gastos sociais e penalizando os trabalhadores.

Em resumo, a “neoliberalização significou a ‘financiarização’ de tudo.” (HARVEY, 2014, p. 41). Mediante a crise opera-se uma verdadeira redistribuição da riqueza favorável às classes altas, apoiada na mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural (2014, p. 38).

Estamos diante da "mundialização do capital", uma denominação mais precisa para o fenômeno da globalização no capitalismo contemporâneo. Com características peculiares, se compararmos aos momentos anteriores de seu desenvolvimento, temos um novo patamar no processo de internacionalização do capital.

3.2 O “novo” complexo de reestruturação produtiva e a gestão do trabalho vivo

Impulsionado pela *mundialização do capital* constitui-se um “novo” complexo de reestruturação produtiva. Busca-se instaurar um “novo” padrão²⁶ de acumulação capitalista em escala planetária e que se impõe rapidamente às corporações transnacionais no contexto de crise capitalista na década de 1970. De acordo com Alves (2011, p. 40), pressupondo um todo orgânico, o *novo complexo de reestruturação*

²⁶ A acumulação flexível, não corresponde a “ruptura” com o padrão de desenvolvimento capitalista passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista, em novas condições de desenvolvimento capitalista e de crise estrutural do capital (ALVES, 2011, p. 15)

produtiva pode ser dividido entre “inovações exteriores” e “interiores” a produção capitalista. Quanto às inovações “exteriores”, conformando o novo bloco histórico estão a macroeconomia neoliberal e o “novo” mercado mundial, as formas do Estado neoliberal e a chamada pós-modernidade. No que se referem as “inovações interiores”, temos: 1) Inovações tecnológicas (nova base técnica da sociedade em rede e a revolução das redes informacionais²⁷); 2) Inovações organizacionais (*toyotismo* e o novo modelo de gestão do trabalho vivo) e; 3) Inovações sociometabólicas (nexos ideológicos do novo produtivismo e a “captura” da subjetividade do trabalho).

Segundo Harvey (2012, p. 140-141), a acumulação flexível²⁸ caracteriza-se a partir do confronto direto com a rigidez do *fordismo* (especialmente, naquilo que se refere à gestão do trabalho vivo). Evidenciam-se a “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” e o “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. Para o autor, o conceito de acumulação flexível envolveria ainda rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores (como o crescimento do emprego no chamado setor de serviços), como entre regiões geográficas (o surgimento de conjuntos industriais completamente novos) e pelo novo movimento de *compressão do espaço-tempo*²⁹ no mundo capitalista.

Do mesmo modo, para Neto e Braz (2006, p. 216), o capital lança-se ao movimento de desconcentração industrial: unidades produtivas são deslocadas para

²⁷ A produção de máquinas microeletrônicas informacionais e sua integração em rede interativa ou controlativa (ciberespaço) nos anos 80. Para Alves (2012), esse processo compõe a Quarta Idade da Máquina.

²⁸ Outra denominação possível para a reestruturação produtiva. De acordo com Alves (2011, p.14), existe perigo em exagerar a significação da categoria acumulação flexível. Um traço ontológico do capital é sua capacidade de sempre “flexibilizar” as condições de produção, principalmente da *força de trabalho*.

²⁹ Para Harvey, quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido para o capital (2012, p. 209). Desse modo, é imprescindível o aumento da velocidade dos processos, ritmos de produção e a eliminação de barreiras à circulação de bens e serviços, tanto da produção quanto do consumo. Passado e futuro são dissolvidos e substituídos pelo reinado do presente. A compressão espaço-tempo indica “os processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo, a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”. A palavra “compressão” é usada por haver fortes indícios de que sob o capital, historicamente, ocorre a “aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que, por vezes, o mundo parece encolher sobre nós” (2012, p. 219).

novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas, onde a exploração da *força de trabalho* pode ser mais intensa). É essencial ao *novo complexo de reestruturação produtiva* uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz a demanda de trabalho vivo. A introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos na produção altera os processos de trabalho afetando enormemente os trabalhadores.

Para os autores (*idem*, 2006, p. 217-218), três são as implicações imediatas: 1) expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, com cada vez mais amplas e complexas operações e atividades intelectuais requeridas para produção material; 2) exigência de uma qualificação mais alta e, ao mesmo tempo, a capacidade para participar de atividades múltiplas, devendo ser essa *força de trabalho* qualificada e polivalente, ainda que muitas atividades laborativas sejam desqualificadas, de forma a empregar uma *força de trabalho* que pode ser substituída a qualquer momento; 3) o controle da *força de trabalho* pelo capital recorre a formas diversas daquelas do despotismo fabril, apelando à participação e ao envolvimento dos trabalhadores, valorizando a comunicação e a redução das hierarquias mediante as equipes de trabalho, sendo assim, o capital busca quebrar a consciência de classe dos trabalhadores e abrir caminho para a *intensificação da exploração do trabalho*.

Conforme Mészáros (2011, p. 621-622), sob o capital o próprio trabalho vivo é desumanizado, se transformando em “*carça do tempo*” e tornando possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis) conforme as exigências da autorreprodução ampliada do capital. É exatamente o processo de redução quantificadora e a reificação do trabalho vivo que traz a difusão e a dominação *universal* da estrutura de mercadoria. O trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo. Este controle é exercido tanto horizontal como verticalmente, tal como os imperativos estruturais emergentes da divisão do trabalho capitalista o prescrevem. Porém, é a estruturação *vertical - estrutura de comando do capital* - que assegura o desenvolvimento dinâmico do sistema capitalista, ao ordenar a multiplicidade das jornadas de trabalho em um padrão *hierárquico* que constitui a *garantia* da aplicabilidade segura e da completa difusão do

próprio princípio organizacional horizontal, junto com as potencialidades produtivas inerentes a ele.

Em essência, o *novo complexo de reestruturação produtiva* corresponde ao esforço da burguesia objetivando a reorganização do processo produtivo em termos capitalistas, opondo-se às alternativas dos trabalhadores. Resultado da concorrência intercapitalista e da própria necessidade de controlar as lutas sociais, foi pautado pela constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e dos modelos alternativos à rigidez do binômio *taylorismo/fordismo*. No que se refere ao contraponto às alternativas dos trabalhadores, fez isso no plano ideológico por meio do culto de um subjetivismo e da apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (ANTUNES, 2002, p.47-48).

Atualmente, adequado à nova base técnica da produção capitalista, o toyotismo corresponde ao “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. Originado nos anos 1950, no Japão do pós Guerra, o Sistema Toyota de Produção ou modelo japonês alcança a condição de valor universal a partir dos anos 1980, na forma de *lean production* (produção enxuta³⁰). Em seu desenvolvimento complexo, articula-se com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o taylorismo-fordismo) e adapta-se às particularidades nacionais

O “espírito do toyotismo” foi sistematizado por Taiichi Ohno no livro “*O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em larga escala*”, em fins da década de 1970. Diferentemente do fordismo-taylorismo, é imprescindível o engajamento moral-intelectual dos trabalhadores, o que implica a necessidade de “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelas imposições da produção de mercadorias para o fazer “instintivamente”. Tal processo se efetiva como linha de continuidade do processo de racionalização do trabalho no século XX. A produção difusa por meio da

³⁰ Cujos fundamentos se expressam nos 5 S: senso de utilização racional para evitar desperdício (*seik*); senso de organização (*seiton*); senso de limpeza e conservação dos equipamentos (*seizon*); senso de saúde, física e mental (*seiketsu*); senso de auto disciplina, visando o uso racional dos recursos, a produção com zero de defeitos, dano zero nas máquinas e burocracia zero (*shitsuke*), além de um rígido controle dos estoques, que deu origem ao método *just-in-time* (cf. LAZARESCHI, 2009). Cabe destacar que no início da experiência japonesa foi introduzido o emprego vitalício para cerca de 25% da classe trabalhadora, porém, essa forma de vínculo empregatício tem sido eliminada devido à competição que emerge do Ocidente “toyotizado” (ANTUNES, 2002, p. 18).

constituição das redes de colaboradores, terceirização, redes de subcontratação, trabalho em domicílio, apelo à mão de obra temporária, equipes e máquinas polivalentes, a partir do abandono dos postos fixos e especializados, é o conteúdo sob seus dois pilares fundamentais: 1) o Just-in-time³¹/Kanban³² e 2) a autonomia³³. No entanto, é com o envolvimento pró-ativo do operário ou empregado, seu engajamento estimulado³⁴, sintetizados na expressão “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar a série de dispositivos técnico-organizacionais da produção. Por fim, o incentivo a flexibilização do salário direto, a alteração por mecanismos de natureza concorrencial, a nova precariedade do trabalho (trabalho parcial, temporário) são elementos de heterogeneização e de cisão de classe e de sua consciência, aspectos bastante afinados ao espírito do toyotismo.

Como observamos anteriormente, o ônus pela busca da reversão da *queda da taxa de lucro* recai sobre os trabalhadores. O discurso do pleno emprego da Era de Ouro é substituído pela defesa de formas precárias de emprego e do emprego em tempo parcial. Os porta-vozes do capital afirmam que a flexibilização ou a desregulamentação das relações de trabalho, ampliaria as oportunidades de emprego, porém, em todos os países onde o trabalho foi flexibilizado, isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego. Em resumo, no capitalismo contemporâneo o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes que dispõem de garantias e direitos constitui um pequeno núcleo, enquanto a massa dos trabalhadores está vinculada a outras empresas mediante a terceirização e submetida a condições muito piores, como a alta rotatividade, salários ainda menores, ausência de direitos, etc.

³¹ “Método” de produção concebido a partir da reorganização do maquinário, estabelecendo um novo fluxo de produção visando a absoluta eliminação do desperdício, o que inclui a supressão do tempo morto. Um paradoxo, se considerarmos que o objetivo é o aumento da produtividade num sistema cujo traço essencial é dado pela crise de superprodução.

³² Forma como é administrada a produção. Um sistema de informações que circula entre cada um dos processos para controlar a quantidade produzida/necessária.

³³ Máquinas automatizadas que podem evitar os problemas autonomamente (parada automática: um toque de inteligência humana). Com isso, o trabalhador é “liberado” para outros processos.

³⁴ Um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista posto no interior de uma “nova subsunção real do trabalho ao capital”, exigindo a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalhador, porém, com seus trabalhos despojados de conteúdo concreto. É esse “espírito” que impulsionará características tão destacadas na contemporaneidade, como a linguagem do *managing*, os apelos à administração participativa e ao “gerenciamento pós-moderno”. Combate-se nos locais de trabalho e nas instâncias da reprodução social o pensamento crítico. Portanto, trata-se de uma “racionalidade cínica”.

Constitui-se assim o *sociometabolismo da barbárie*. De acordo com Alves (2012, p. 22-23), um metabolismo social de “dessocialização” por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, que sedimenta a cultura do medo e que conforma a contradição objetiva com uma produção de mercadorias cada vez mais social (por exemplo, a “empresa em rede”). A aguda racionalização intraempresa e a intensa racionalidade social presente no clamor do toyotismo contra o desperdício, os intensos dispositivos de envolvimento estimulado do trabalho vivo com a lógica do capital, enquanto uma parcela cada vez maior de trabalho vivo é alçada à condição de força de trabalho supérflua, representam apenas uma parte dos paradoxos desse metabolismo social. Temos assim, a dessubstancialização do ser genérico do homem e um novo patamar de estranhamento para milhões de desempregados, trabalhadores precários, homens e mulheres – com especial destaque para a juventude.

Práticas predatórias da acumulação primitiva ou original do capital são retomadas e de maneira sistêmica sob o *sociometabolismo da barbárie*. A *acumulação por espoliação* (*idem*, 2011, p. 28-29) é expressão desse processo: práticas que utilizam o poder do Estado (*ofensiva neoliberal*) para a precarização dos estatutos salariais (contradizendo a vontade popular), somada ao conjunto de coerções, apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças (o saber cotidiano), e a apropriação/cooptação de realizações sociais e culturais das mais diversas.

O resultado da combinação dos fatores destacados não pode ser positivo para os trabalhadores. Constituem um ambiente social (e emocional) adequado às novas práticas empresariais de “captura” da subjetividade do trabalho vivo e da força de trabalho por meio de mecanismos de incentivo ao envolvimento na solução de problemas do trabalho, apropriação da criatividade intelectual/emocional de trabalhadores, clientes, consumidores, usuários etc. Esse processo articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração do olhar, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com “a pletora de valores-fetice” (como veremos no Capítulo IV) e a emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da Pré-consciência/Inconsciente do psiquismo humano, dilacerando (estressando) a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho e a dimensão

psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos) (ALVES, 2011, p. 114).

A plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho e o trabalho vivo, caracteriza o momento predominante do *complexo de reestruturação produtiva*. Apesar de ser reforçado o caráter flexível da acumulação, continua sendo o capital a decidir o que produzir, como produzir, onde produzir e quando produzir. É justamente sob o *novo complexo de reestruturação produtiva* que a pós-modernidade assume seus contornos, expressando claramente seu caráter conservador.

3.3 O caráter conservador da pós-modernidade

O pós-modernismo, exclusivamente como corrente cultural, tem suas primeiras manifestações no início do século XX. Para Anderson (1999), o primeiro a utilizar a expressão foi o espanhol Federico de Onís, no início dos anos 1930, o qual acreditava que o pós-modernismo era uma corrente literária que representava um refluxo conservador dentro do próprio modernismo, acompanhado pelo poeta progressista norte-americano Charles Olson, nos anos 1950 e seguidos de outras manifestações nas mais variadas expressões pelo globo. Ainda no fim dessa década, C. Wright Mills propõe o pós-modernismo como designação de uma época histórica. Trata-se de uma visão crítica sobre a sociedade moderna e, particularmente, como os Estados Unidos e a União Soviética representavam as mesmas tendências políticas, sob a emergência de um poder burocrático e totalitário, conteúdo dos fundamentos da ideologia da guerra fria.

Durante a década de 1970 a noção de pós-modernismo se tornou mais frequente nos estudos literários. A fundação da revista *boundary 2*, que tinha o subtítulo “*a journal of postmodern literature*”, rendeu homenagem a Charles Olson e envolvia a emergência da contracultura e dos experimentalismos estéticos de caráter original fortemente progressivo. Diferentemente, Ihab Habib Hassan, filho de um governador egípcio que havia promovido forte repressão aos nacionalistas de seu país, ampliou a noção de pós-modernismo em direção a vida social, afirmando a irrelevância do marxismo.

Foi a obra de Jean-François Lyotard, *La condition postmoderne* (1979)³⁵, que começou a verdadeira história da corrente pós-moderna. Tratava-se de alguém que na juventude havia pertencido ao grupo revolucionário *Socialisme ou barbarie*, mas que nos anos 1970, “evoluiu” do antistalinismo juvenil ao anticomunismo militante. A superficialidade do argumento era tão óbvia que o próprio Lyotard afirmou mais tarde de maneira irônica, que não havia lido muitos dos livros citados (ANDERSON, 1999, p. 55). A crítica de Lyotard às metanarrativas deixava de lado, por exemplo, a legitimação dos saberes por meio do cálculo racional de indivíduos maximizadores de utilidades, os quais operando no mercado de ideias e conhecimentos por meio da avaliação de custos e benefícios legitimariam os bens culturais.

Para Harvey (2014, p. 52), quase todos os envolvidos no movimento de 1968 concordavam que o Estado intrusivo era o inimigo a ser reformado, bem como as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado. O capital habilmente tratou de assumir as ideias de liberdade individual e virá-las contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, protegendo e restaurando sua posição perdida nos anos de “bem-estar” com a ofensiva neoliberal. No entanto, havia ainda a necessidade de

“[...] uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto

³⁵ O filósofo francês escreveu *La condition postmoderne* a pedido do governo da província de Quebec, depois da vitória eleitoral do nacionalista René Levesque. O objetivo era estabelecer a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas, realizando uma crítica às chamadas metanarrativas que legitimariam o conhecimento. A primeira dessas metanarrativas, a qual teria se expressado nos ideais da Revolução Francesa, considerava que livre dos padres e dos tiranos o povo poderia ser o sujeito do saber científico e a humanidade assumir a figura heroica da liberdade. Na segunda delas, o sujeito do saber era o espírito especulativo, o qual se encarnava no sistema filosófico como no idealismo alemão. Mas o alvo principal de Lyotard era o marxismo, o qual reuniria em si essas duas narrativas. O objetivo do texto de Lyotard se revela quando propõe um novo critério de legitimação para os saberes: o mercado. Não mais o povo ou o espírito absoluto, mas o deus dinheiro: “A enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a ‘natureza’ para o homem pós-moderno.” (LYOTARD apud ANDERSON, 1999).

intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980.”

No contexto cultural da profunda crise do stalinismo e do Estado de bem-estar, o pós-modernismo trouxe outros importantes reflexos políticos. A valorização dos chamados “novos movimentos sociais” e a renúncia do reconhecimento da oposição capital-trabalho, desprezou todo o potencial emancipatório destes movimentos. Atualmente, “a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora se mostra prematura e ingênua” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados ao não representarem uma alternativa coerente e abrangente ao modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social.

Outro importante reflexo político é “a contradição entre um individualismo possessivo sedutor mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido” (HARVEY, 2014, p. 79). Liberdade de escolha não supõe a construção de instituições coletivas fortes (sindicatos e partidos) em vez de associações voluntárias fracas (“Terceiro setor”). Contra seus maiores temores (que vão do socialismo ao fascismo, do regime da maioria ao terrorismo), os neoliberais apoiam-se em instituições não democráticas e que prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI), criando o paradoxo das intensas intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de “especialistas” num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista.

Mediante o caráter conservador do projeto político da pós-modernidade, coube aos remanescentes da teoria crítica, a denúncia de que esta não passava de ideologia (Habermas, à frente) ou uma lógica cultural do capitalismo tardio (Frederic Jameson). Conforme Anderson (1999, p. 66-78), Jameson redesenhou todo o mapa do pós-modernismo a partir de cinco lances decisivos: 1) a ancoragem do pós modernismo em alterações objetivas da ordem econômica (o capitalismo tardio) identificando-o enquanto sinal cultural (segunda natureza) de um novo estágio da história do modo de produção, no qual todo objeto material vira uma marca trabalhável ou produto vendável; 2) o reconhecimento de que os invólucros de identidade tradicionais foram desfeitos nas agitações dos anos 1960, ocasionando a dissolução das restrições dos costumes, mas que, após as derrotas políticas da década de 1970, se achava expurgada do radicalismo

inicial e demarcava a perda de qualquer senso ativo de história³⁶, seja como esperança ou memória³⁷; 3) a exposição de um painel da época mais rico e abrangente do que qualquer outro registro dessa cultura, a partir de uma majestosa expansão do pós-moderno por praticamente todo o espectro das artes (da arquitetura, pintura, literatura e o cinema ao setor de propaganda e *design* gráficos), e grande parte do discurso sobre elas; 4) o domínio pós-moderno possibilitou a hegemonia do primeiro estilo global norte-americano, ancorado na desintegração das tradicionais formações de classe e na constituição das camadas de empregados e profissionais dos setores de serviço e especulativo, submetidos as corporações multinacionais que dominam a economia global (que inclui a integração de novos povos) e determinam suas representações no imaginário coletivo e; 5) a tarefa de uma crítica autêntica do pós-modernismo deveria ir além de sua recusa ideológica, buscando uma compreensão totalizante do novo capitalismo ilimitado, o irrenunciável projeto marxista.

Perry Anderson (1999, p. 100), retoma e incrementa estas contribuições. Enquanto campo cultural triangulado, três novas coordenadas históricas compõe o pós-modernismo: a) a burguesia do passado encontra, atualmente, correspondência nas “funções de um universo monetário que não conhece rigidez social ou identidades fixas” - embora persistam as estratificações sociais -, influenciando tanto nas convenções da arte acadêmica quanto na arte de contestação; b) o duradouro crescimento do pós guerra convertera a inovação tecnológica num princípio permanente da produção em massa de bens padronizados, no qual a televisão em cores, a partir dos anos 1970, representa um divisor de águas da pós-modernidade³⁸, salto de qualidade no poder das comunicações

³⁶ “A unificação eletrônica da Terra, instituindo a simultaneidade de eventos mundo afora como espetáculo diário, instalou uma geografia substituta nos recessos de cada consciência, enquanto as redes circundantes de capital multinacional que efetivamente dirigem o sistema ultrapassaram a capacidade de qualquer percepção. A ascendência do espaço sobre o tempo na constituição do pós-moderno está assim sempre em desequilíbrio, com as realidades a que responde constitutivamente sobrepujando-a – induzindo, como sugere Jameson numa passagem famosa, essa sensação de que só se pode captar com uma sardônica atualização da lição kantiana: o ‘histórico sublime’” (ANDERSON, 1999, p. 68).

³⁷ “Mas se essa descontinuidade enfraquece o senso de diferença entre os períodos no nível social, seus efeitos estão longe de monótonos no nível individual. Aí, ao contrário, as polaridades típicas do sujeito vão da exaltação da ‘corrida das mercadorias’, do eufórico entusiasmo do espectador ou consumidor, para a depressão no “vazio niilístico mais profundo do nosso ser”, como prisioneiros de uma ordem que resiste a qualquer outro controle ou significado” (ANDERSON, 1999, p. 69)

³⁸ “Porque o pós-moderno é também [...] um índice de mudança crítica da relação entre tecnologia avançada e o imaginário popular”.

de massa e reprodutora de “cataratas de tagarelice visual”³⁹, com o qual nenhuma arte pode competir e; c) na medida em que os sonhos dos anos 1960 iam se extinguindo e as derrotas seguiam pelas décadas seguintes, culminando com a ofensiva neoliberal, o triunfo do capital⁴⁰ afirmava seu sentido mais profundo no cancelamento das alternativas políticas.

Para Bianchi (2015, s/n), foi justamente a metanarrativa que Lyotard havia escondido a que se armou e conquistou a cultura contemporânea derrotando socialistas e keynesianos. A obra que simboliza essa contraofensiva é o medíocre livro de Francis Fukuyama, *The end of history and the last man*. A justificativa para a vitória do liberalismo nos anos 1980-1990 nesse livro, curiosamente, corresponde a uma hiper-metanarrativa: a “democracia liberal deve constituir o ‘ponto final da evolução ideológica da espécie humana’ e a ‘forma final do governo humano’, como tal ela constitui o fim da história” (FUKUYAMA apud BIANCHI, 2014, s/n)⁴¹.

Para Bianchi (2015), quando o imperialismo se lançou ao ataque a partir de 1990 bombardeando o Iraque, Somália, Bósnia, Kosovo, Afeganistão, Iraque novamente, Líbia e Síria, uma nova metanarrativa se afirmava de maneira hegemônica. Os efeitos dessa ofensiva política, “o Ocidente e sua vocação civilizatória”, estão presentes na cultura contemporânea. O adversário que se ergueu perante o pensamento crítico, o neoconservadorismo, é ainda mais forte e mobiliza mais recursos do que aquele que representava o pós-modernismo.

É a instabilidade do Estado neoliberal que projeta o neoconservadorismo, ainda que este já exista há muito tempo como movimento não declarado contra a permissividade moral promovida pelo individualismo. Perfeitamente adequada a “virada neoliberal” (favorável ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração do poder de classe), o neoconservadorismo, porém, remolda as práticas neoliberais em dois aspectos: a) a partir da preocupação com “a ordem como resposta ao caos de interesses

³⁹ Correspondem a “máquinas de perpétua emoção, transmitindo discursos que são ideologia emparedada, no sentido forte do termo. A atmosfera intelectual do pós-modernismo, de doutrina mais do que arte, tira muito do seu ímpeto da pressão dessa esfera” (ANDERSON, 1999, p. 105).

⁴⁰ Resultado da “derrota do movimento operário em áreas centrais, a transferência de unidades fabris para países periféricos de baixos salários, o deslocamento dos investimentos para os setores de serviços e comunicações, a ampliação dos gastos militares e o aumento vertiginoso do peso relativo da especulação financeira às custas da produção” (ANDERSON, 1999, p. 109).

⁴¹

individuais”; e b) a preocupação com “uma moralidade inflexível como cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político *vis-à-vis* de perigos externos e internos”. Trata-se de uma retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. A militarização, por exemplo, corresponde ao remédio para o caos dos interesses individuais (HARVEY, 2014, p. 92-94).

Observados os determinantes gerais do capitalismo contemporâneo, cabe agora investigarmos o “processo de subjetivação” que articula produção e reprodução social ao processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana. No capítulo seguinte, analisaremos esse aparato que manipula os desejos do consumidor para o consumo sem necessidade (irracional), transformando o “tempo livre” predominantemente em tempo de consumo ao tempo em que, paralelamente, constitui os elementos de sua negação.

CAPÍTULO II - O Capitalismo manipulatório

No Capítulo II discorreremos sobre a decadência ideológica da burguesia em seu duplo aspecto: o irracionalismo e a “miséria da razão”. Para tanto, retomamos o processo de elaboração da teoria da alienação⁴² em Marx e suas contribuições para a compreensão do fetichismo e da reificação. Com o objetivo de compreendermos o processo de captura da subjetividade do homem que trabalha sob o “novo” complexo de reestruturação produtiva, recuperamos as contribuições do último Lukács. Nesse sentido, o capitalismo manipulatório constitui-se como um “processo de subjetivação” que articula produção e reprodução social ao processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana. Esse aparato que manipula os desejos do consumidor para o consumo sem necessidade (irracional) transforma o “tempo livre” predominantemente em tempo de consumo (um comportamento calculado e previsível), ainda que contraditoriamente, também constitua manifestações de resistência.

1. A decadência ideológica da burguesia: entre a “destruição da razão” e a “razão miserável”

A afirmação do capitalismo representando uma extraordinária revolução na história da humanidade no plano econômico-social e cultural implicou a dissolução e desintegração de relações feudais de produção e formas de divisão do trabalho. A sociedade burguesa moderna brotou das ruínas da sociedade feudal num longo processo de desenvolvimento e transformações do modo de produção e circulação. De acordo com Engels e Marx (2007, p. 41), nessa transição simplificaram-se os antagonismos de classe em dois campos opostos essenciais (a burguesia e o proletariado), embora sua complexificação tenha promovido diversas frações de classe⁴³, erigiram-se dos servos da Idade Média os primeiros burgos e burgueses, as grandes navegações e as novas rotas marítimas imprimiram enorme impulso ao comércio e a indústria, criando o mercado mundial, a manufatura substituiu as corporações fechadas e foi também

⁴² Acompanhamos a sugestão de Sergio Lessa *apud* Hungaro (2008, p. 50-51) na qual a alienação tomada como positividade provoca uma confusão desnecessária e dificulta a compreensão categorial da ontologia de Lukács: traduzir como alienação *Entäusserung* “expressa mal o momento pelo qual a substância do sujeito enquanto tal participa no processo de objetivação, sendo muito melhor a opção de traduzir *Entäusserung* por exteriorização [...] Por sua vez, a tradução de *Entfremdung* por alienação me parece a melhor opção, tanto porque evidencia o caráter desumano dos processos a que se refere como ainda recupera o uso corrente desse vocábulo”.

⁴³ Cf. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx.

substituída pela grande indústria moderna, a antiga divisão do trabalho foi suplantada pela divisão no interior da oficina, a pequena burguesia industrial derrubou os mestres de corporação e a seguir foi substituída pelos milionários industriais (hoje bilionários).

Seus pensadores, contemporâneos dos fatos, expunham o ilimitado poder de apreensão do mundo existente, mas também o seu constante devir. Uma nova dialética racional emergia baseada no reflexo de um ser social mais complexo e articulado, paralela à conquista da natureza pela racionalidade matemática (as ciências físicas). A economia política inglesa desenvolvia a teoria da relação orgânica entre realidade social e atividade humana (trabalho-mercadoria), enquanto o iluminismo francês afirmava que a passagem para o reino da razão (do absolutismo feudal ao capitalismo liberal) correspondia a uma tarefa dos próprios homens. Desse modo, o real entendido como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos correspondem a momentos determinantes dessa nova racionalidade em elaboração.

De acordo com Coutinho (2010, p. 26), uma grandiosa síntese (porém, idealista) foi elaborada por Hegel, traduzindo o ponto mais alto dessa trajetória ascendente. Decorrem dessa elaboração, esquematicamente, três núcleos: 1) “o *humanismo*, a teoria de que o homem é produto de sua própria atividade, de sua história coletiva”; 2) “o *historicismo concreto*, [...] a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana” e; 3) a *razão dialética*, em seu duplo aspecto: a) “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sobre a forma da unidade dos contrários)” e, b) “aquele das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade objetiva [...] que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico).”.

Entre aproximadamente 1830 e 1848 as vertentes teórico-filosóficas progressistas dominantes da Ilustração são conduzidas a um impasse. Essas vertentes, em sua gênese vinculadas ao protagonismo revolucionário da burguesia, enfrentavam crítica e otimistamente a realidade social emergente da ruína do Antigo Regime. De acordo com Netto (2014, p. 14), a característica crítica se devia aos seus autores serem ideólogos de uma classe ascendente, vitoriosa e sem ameaças visíveis, assegurando importante autonomia intelectual; otimistamente, porque assimilavam como passageiras dores do parto de uma nova era histórica as nocivas sequelas do jovem capitalismo

industrial. Com a insistência periódica das crises entre os anos de 1825-1830, o desenvolvimento organizativo do proletariado e a decorrente agudização das lutas de classes, entram em rápida erosão o contexto que suportava tal progressismo. A burguesia vai se convertendo, desde então, em sujeito histórico conservador, esvaziando seu otimismo e, principalmente, sua criticidade. Diante da ameaça proletária, a crítica se torna arma antiburguesa.

A revolução de 1848 põe fim definitivo ao ciclo progressista da burguesia e das possibilidades radicalizadas dos pensadores que expressavam a sua visão de mundo. A consolidação da dominação burguesa escancara o distanciamento entre os interesses dos proprietários dos modernos meios de produção fundamentais e os possuidores unicamente de sua força de trabalho. Anteriormente, as demandas do trabalho apareciam difusas nos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da igualdade, da fraternidade e da liberdade. Porém, a liberdade restrita à liberdade de concorrer no mercado, a igualdade limitada à formalidade jurídica e a fraternidade circunscrita na retórica e no moralismo não correspondiam mais as aspirações daqueles componentes vinculados ao trabalho. Desse modo, as jornadas de 1848 explicitam, “em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal”. Responsável por trazer à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado, viabilizou “a emergência de um projeto sócio-político autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção classista do proletariado” (*idem*, 2014, p. 6-7).

Na condição de máximo expoente na constituição da racionalidade burguesa, a ruptura com Hegel e seu conceito de razão manifesta o abandono daquela trajetória progressista. Nesse sentido, nas questões cruciais da concepção do mundo e da teoria do real – ética e ontologia -, a filosofia da decadência é inteiramente ideológica. Quando manifestados os momentos de um saber verdadeiro, limitam-se cada vez mais às ciências particulares; na filosofia, desenvolvimento efetivo apenas em setores menos explosivos (ex. lógica formal). Conforme Coutinho,

“Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e

abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas.” (2010, p.30).

Nesse marco, a dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para outro sujeito histórico: o proletariado. Como herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, o proletariado constitui-se como sujeito de um novo processo emancipador, “cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital”. Coutinho (2010, p. 23), observando o legado de Hegel afirma que o marxismo corresponde ao primeiro processo “pelo qual o proletariado recolhe a bandeira abandonada pela burguesia, supera seus limites e contradições, elevando a racionalidade dialética a um nível superior, materialista.”.

O legado teórico-cultural emancipatório é incompatível, a partir de então, com a perspectiva de classe da burguesia. Desse contexto, dois caminhos antagônicos emergem: a) os componentes emancipatórios são criticamente reelaborados numa perspectiva de classe proletária (a teoria social crítica de Marx e a relação de continuidade e de ruptura com suas “fontes”); b) o pensamento da ordem é dividido entre um funcional, ainda que aparentemente “radical” anticapitalismo romântico (o irracionalismo) e um positivismo domesticado (prisoneiro de um racionalismo formal), em cujo berço nascem as ciências sociais.

De modo geral, as categorias fundamentais do pensamento moderno – razão dialética, historicismo e humanismo – tendem a se esgotar no âmbito das ciências do espírito da ideologia decadente. Abordagens preocupadas com o progresso e o futuro, assim como a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social (herança do iluminismo) tende ao esgotamento com o avanço da decadência ideológica. Lara (2013), a partir de indicações presentes no livro “Existencialismo ou marxismo” de Lukács (1967), organiza uma periodização da evolução da concepção social moderna a partir de três estágios: 1) *Até 1848* - o pensamento filosófico era aberto para elaboração de um saber verdadeiramente científico, com seus pensadores sustentando a plena cognoscibilidade do mundo (período da filosofia e economia

clássica burguesa)⁴⁴; 2) *A partir de 1848 até a emergência do imperialismo* - a entrada autônoma do proletariado na arena política, no plano histórico-universal e surgimento de tendências teórico-ideológicas que “escapam” do pensamento da realidade social, com explícita intencionalidade de manutenção da ordem⁴⁵; 3) *A entrada do capitalismo em sua fase imperialista* – período de acirramento das contradições sociais. Emergem elementos que possibilitam a diminuição da percepção da brutalidade da chamada crise geral do sistema e, paralelamente, esforços na tentativa de reação à teoria social que responde pela práxis do proletariado.

No ano de 1938, Lukács redigiu o ensaio “Marx e o Problema da Decadência Ideológica”. Ao analisar o influxo do chamado pensamento decadente burguês sobre a vida social, Lukács (1968, p. 50) afirma que “não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não”. Ao invés da investigação abnegada, “temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação apologética”.

⁴⁴As teorias clássicas sobre a vida social sofrem um processo de decomposição aproximadamente entre os anos de 1820 e 1840, sendo Hegel o último grande pensador da filosofia burguesa revolucionária, Adam Smith e David Ricardo os derradeiros representantes da economia política clássica e Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier os últimos socialistas utópicos. Interessada em descobrir a verdade do mundo, a teoria social que se preocupava com a totalidade da vida social começa a ser substituída pela apologética (LARA, 2013, p. 93). A filosofia e a economia política tinham na vida social e no progresso as referências para a elaboração teórica. Conforme Lara (*idem*, p. 95), são características do período: “a) a origem da expressão mais elevada da concepção de mundo, isto é, revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio; b) o pensamento social que codifica os princípios últimos e a concepção geral do mundo; c) o movimento progressivo e libertador que reformou a sociedade; d) a transformação da lógica das ciências naturais e sociais; e) as intervenções da filosofia nos grandes problemas concretos da humanidade, nas ciências naturais e sociais; f) o papel da filosofia era de universalidade e “fermento” das ciências; g) a filosofia comprometida com a missão histórica da revolução burguesa; h) na economia política, o trabalho é descoberto e analisado como fonte de valor e; i) os economistas clássicos descobriram a eficiência da produção material capitalista”.

⁴⁵A apreensão imediatista e a-histórica (característica do agnosticismo) em contrapartida à objetividade social é o fundamento da concepção científica do estágio inicial da decadência. De acordo com Lara (2014, p. 96), são características do período: “a) a renúncia do pensamento social com preocupações de dar respostas para as mudanças sociais que ocorrem na produção e reprodução da vida social; b) o não questionamento ao capitalismo; c) a desconsideração das descobertas das ciências naturais que questionam os dogmas religiosos; d) o neokantismo e o positivismo como tendências dominantes; e) a filosofia dominante da época é a filosofia de professores e torna-se ciência especializada; f) a filosofia renuncia a sua antiga missão social, cessa de ser expressão, no plano espiritual, dos grandes interesses históricos da burguesia e abandona o problema ideológico; g) o pensamento social como ‘guarda-fronteira’, ou seja, explicação e justificação da vida burguesa; h) a emergência dos intelectuais burocratizados que fazem parte do aparelho do Estado; i) a radicalização da divisão social do trabalho e a emergência dos intelectuais com suas propostas de métodos e independência relativa para suas ‘ciências’”.

Lukács identificou que a economia burguesa se limita, cada vez mais, a uma mera reprodução dos fenômenos superficiais (imediatos): um “processo espontâneo da decadência científica” que “opera em estreito contato com a apologia consciente e venal da economia capitalista” (1968, p.55). Tanto a sociologia vulgar – uma ciência “especializada” e “fragmentada” que “liberta-se” da economia e da história (totalidade social), elaborando um pensamento que se reduz a traduzir o senso comum –, quanto o formalismo estético em literatura – pautado pelo aprofundamento da “técnica” ao adotar o modo de composição descritivo que se fundamenta somente na observação “detida” do cotidiano –, constituem expressões importantes do período decadente.

Para o filósofo húngaro (1968, p.64), a fixação na imediatez e a enorme “especialização”/“fragmentação” nas ciências sociais burguesas tem suas razões na divisão capitalista do trabalho, no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas, na qual a decadência ideológica burguesa opera “uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra.” A arte e a literatura da decadência perdem a referência na noção de totalidade, pois se dissociam da compreensão das contradições do desenvolvimento social, despojando ambas do seu mais profundo conteúdo e abrindo caminho para uma estéril experiência formalista.

A categoria *decadência ideológica* oferece, portanto, elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antiontológicas. Como vimos, esta emerge em contraposição as teorias que buscam naturalizar a exploração e acumulação do capital, comuns ao pensamento social e que recorrem ao fragmentário, efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a revolução social (LARA, 2013, p. 92). Tal categoria denuncia o período marcado pela tentativa dos ideólogos da burguesia de produzirem conhecimentos que têm como premissa “a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital”.

O combate à dialética, à historicidade e à totalidade são expressões do caráter antiontológico da ideologia decadente, com concepções e interpretações que se restringem ao fenômeno e desconsideram as suas conexões reais. Paralelamente a negação do materialismo e do idealismo, prospera em torno do irracionalismo sua

impossibilidade social e teórica de defesa da ordem social dominante. Essa “terceira via”, que pode ser compreendida como processo de degeneração da racionalidade moderna, com grande ênfase no determinismo social, vai tomar forma concreta com o fascismo. Sob o impulso da decadência ideológica no período do imperialismo, cada vez menos são consideradas as relações sociais e econômicas da sociedade, a realidade sócio-histórica como pressuposto à reflexão teórica, o caráter revolucionário do proletariado e a teoria do valor-trabalho. No âmbito da filosofia, destacam-se ainda a) indiferença da burguesia com a filosofia; b) oposição à filosofia universitária, sem maiores repercussões no plano da crítica teórica; c) pensadores da filosofia do imperialismo fora da Universidade (Nietzsche, Spengler, Keyserling, Klages); d) crescimento dos intelectuais que fazem filosofia para seu próprio uso; e) elaboração das doutrinas ideológicas com toda liberdade; f) emergência do fascismo. (*idem*, 2013, p. 96).

A representação científica do real e uma correspondente práxis ampla e eficaz demandam a mediação dialética entre essência e aparência (momentos constitutivos da realidade objetiva). Quando o pensamento não supera o imediatismo e o espontaneísmo, não alcança a reprodução da essência, convertendo essa forma aparente em fetiche. Ao submeter-se a esse espontaneísmo, a filosofia da decadência revela seu traço essencial, o de “ser um pensamento fetichizador” que “termina por converter em antinomias algumas contradições dialéticas e por elevar a fetiches coagulados momentos isolados de uma totalidade contraditória.” (COUTINHO, 2010, p. 39). Aceitando a positividade capitalista, sujeita-se aos limites impostos pela economia de mercado que fetichiza as relações humanas: a) pela aceitação acrítica da alienação entre vida pública/vida privada, subjetividade individual e objetividade social; b) pela aceitação acrítica da rígida especialização⁴⁶ das atividades humanas sob a divisão capitalista do trabalho.

Cindido em duas correntes que convergem na negação do humanismo, do historicismo e da dialética (o irracionalismo e a “miséria da razão”), o pensamento fetichizado é incapaz de sintetizar a totalidade social sob o capitalismo contemporâneo. Unidas pelo agnosticismo, ambas confundem razão com o intelecto e apropriação

⁴⁶ O empobrecimento da ação humana pode ser observado com a tendência a burocratizar todas as atividades humanas, na qual procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente: convertidas em “regras” formais pseudo-objetivas. Empresas e Estados tornam-se “entidades naturais/coisas” inquestionáveis as quais os homens são instrumentos, servidores ou funcionários.

humana da objetividade com manipulação técnica/burocrática de “dados”. Numa relação de complementariedade, no marco de tensões, oscilações e contradições da sociedade comandada pelo capital, o moderno irracionalismo (a “destruição da razão”) e o racionalismo formal (a “razão miserável”, constituída pelas versões do pensamento positivista e neopositivista), operam como “constelações ídeo-teóricas (*função ideológica*) sobre as quais se erguem ‘concepções de mundo’ conservadoras/estabilizadoras na cultura própria do capitalismo do século XX” (e também do XXI), o capitalismo dos monopólios em sua plena maturidade que, para Carlos Nelson Coutinho configura o “capitalismo manipulatório” (“cultura inequívoca da decadência ideológica”) (NETTO, 2010, p. 244, grifo nosso).

Causas históricas estabelecem o predomínio de uma ou outra posição. Diante das crises, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista e/ou subjetivista e os intelectuais experimentam uma sensação de “angústia”. Em períodos de estabilidade são privilegiadas as orientações fundadas num “racionalismo” formal e os intelectuais experimentam a sensação de “segurança”, (COUTINHO, 2010, p. 16). Porém, a “segurança” – manipulada – sob a cultura da decadência liga-se estreitamente à limitação imposta pela economia capitalista à plena expansão da personalidade humana. A condição para um indivíduo experimentar a sensação de segurança e estabilidade num mundo assolado por contradições é tornar-se um conformista que se submete às “normas” e regras impostas socialmente (pseudoracionais) (*idem*, 2010, p. 64).

2. A teoria da alienação em Marx: capitalismo contemporâneo e reificação

A teoria da alienação surge como constitutiva da teoria social de Marx⁴⁷ (NETTO, 1981, p. 34). Inspirada nas categorias hegelianas, com a superação do estatuto especulativo da filosofia e integrando-as numa teoria que apreende a ontologia do ser social a partir da crítica da economia política, suas concretizações históricas permitem a construção de instrumentos para analisar fenômenos muito específicos de formações econômico-sociais historicamente situadas. Porém, o processo de formulação da teoria da alienação, como é peculiar dentro da teoria social de Marx, se desenvolveu num movimento de sucessivas aproximações e superações dos estatutos anteriores.

⁴⁷ Partimos dessa afirmação e nos contrapomos às perspectivas que não identificam uma continuidade na elaboração teórica de Marx, cindindo o autor em sua juventude e aquele em sua fase madura.

Em 1844, no primeiro enfrentamento de Marx com a economia política⁴⁸, visando apreender o caráter distintivo e moderno da sociedade contemporânea, este lhe parece residir na *alienação* generalizada. O autor compreende que “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho” (p. 3, 1978) e sob o domínio da burguesia, os indivíduos estão subordinados a mecanismos e processos que não controlam – sequer os reconhecem –, portando uma autonomia puramente ilusória. Seu objetivo é desenvolver uma reflexão sobre o lugar do trabalho na composição da sociabilidade humana e de como esta composição se reequaciona a partir da transformação do trabalho em elemento subordinado à troca e à propriedade privada (RANIERI, 2003, p. 455).

O primeiro aspecto analisado é o estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. De acordo com o autor, este é identificado a partir de sua miséria: “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria.” (MARX, 2003, p.457). Além de produzir mercadorias o trabalho produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*. O produto do trabalho⁴⁹ defronta o trabalhador como um *ser estranho*. Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, mais poderoso torna o mundo objetivo que ele cria diante de si e mais pobre seu mundo interior. Tendo na natureza – o mundo exterior sensível – a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz, somente “como *trabalhador* ele pode se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador”. Em síntese,

“O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.” (MARX, 2003, p. 460).

⁴⁸ Referimos-nos aqui aos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, de 1844.

⁴⁹ “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*).” (MARX, 2003, p.457).

O estranhamento do trabalhador ocorre também em relação ao ato produtivo. O trabalho é externo ao trabalhador, não pertencendo ao seu ser. Ao invés de afirmá-lo, nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz. Nos termos de Marx: “Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa”. Desse modo, seu trabalho é forçado, não é voluntário. Ao invés de ser a satisfação de uma carência, o trabalho é *reduzido a meio* para satisfazer carências fora dele.

Ao estranhar do homem a natureza e a si próprio, sua atividade vital estranha do homem o *gênero*. A *vida genérica* se converte num meio da vida individual. A “atividade vital consciente que distingue o homem imediatamente da atividade vital animal” é a tal ponto subvertida que “precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*.” (*idem*, 2003, p. 464). Desse modo, o trabalho estranhado arranca-lhe sua efetiva objetividade genérica, converte a vida genérica em um meio e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.

O trabalho estranhado engendra ainda a relação do capitalista (alguém estranho ao trabalho) com o trabalhador. A *propriedade privada* é produto e resultado da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo⁵⁰: “A *propriedade privada* resulta, portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado*.” MARX (2003, p. 468). Disso conclui que a emancipação da sociedade da propriedade privada se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, a qual depende a emancipação humana universal. Como toda opressão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção, todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.

Marx se esforça por encontrar na teoria da alienação um recurso da sociedade civil. Porém, nesse primeiro momento, esbarra numa nota predominantemente descritiva (por negação, também judicativa), que visa iluminar os impactos da inversão operada pelos processos alienantes sobre a existência social dos indivíduos, mas que, em razão das carências que decorrem da sua formação até aí filosófico-especulativa, não se detém suficientemente na análise dos mecanismos histórico-concretos particulares.

⁵⁰ Marx extrai daí que o salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado (2003, p. 469).

Desse modo, na ausência de uma crítica genético-sistemática, sua análise é abstrata, não determinando a especificidade das alienações engendradas pela sociedade burguesa. É como se “a sociedade burguesa constituída reunisse, cumulativamente, o longo processo de alienação do ser social.” (NETTO, 1981, p.70).

Na polêmica com Proudhon, em 1847⁵¹, Marx efetua *a crítica do estatuto teórico-científico da economia política*. Nesta obra são explicitados e oferecidos ao público pela primeira vez os fundamentos e os elementos constitutivos da teoria do ser social engendrado pelo modo de produção capitalista (NETTO, 1985, p. 09). O autor alemão reconhece sem vacilações que a economia política expressa relações sociais reais, correspondendo a “expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção”, porém, comprovando que esta contempla somente as relações sociais vigentes na ordem burguesa, portanto, “*produtos históricos transitórios*” (MARX, 1985, p. 106). Ao tratar das “séries evolutivas do entendimento”, tão importantes na obra de Proudhon, Marx conclui que as relações de produção de qualquer sociedade constituem uma *totalidade*, categoria fundamental da realidade social: “*as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas*” (NETTO, 1985, p. 31).

A opção de Marx por responder a Proudhon possibilita a explicitação sistematizada dos resultados dos seus estudos econômicos: um balanço do ponto que o autor alemão alcançou até o primeiro semestre de 1847. Composta ainda por algumas proposições equivocadas ou insuficientes que tem como nódulo a compreensão da natureza do valor⁵², seu desenvolvimento teórico possibilita justamente aquilo que não era possível em 1844: o esboço de uma concretização histórica na sua reflexão, a partir do desvelar teórico da essência do capitalismo – a relação espoliadora entre capital e trabalho.

Se em 1844 o pensamento de Marx desenha a crítica da filosófica da economia política, em 1847 o objeto de crítica é o estatuto teórico a partir das mediações com seu

⁵¹ Aqui fazemos referência a obra *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon*.

⁵² A insuficiência da teoria do valor-trabalho na *Miséria da Filosofia* deve-se ao fato dela “não alcançar a *precisa* concretização do valor, através do complexo de mediações sócio-econômicas que a viabiliza” (NETTO, 1985, p. 29). Nesse sentido, não há distinção entre *força de trabalho* e *trabalho*, *trabalho socialmente necessário* e *trabalho necessário* etc, além de uma equivocada teoria do salário e compreensão da distribuição da taxa de lucro. Mesmo a mais-valia sequer é vislumbrada. Somente na segunda metade dos anos 1850 será desenvolvida sua elaboração sobre aquela determinação.

próprio objeto. Todas as vezes que a economia política é o ambiente em que se põe a crítica de Marx, põe-se também a problemática do fetichismo. Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos temos a primeira aparição da categoria fetichismo, um aspecto da problemática mais abrangente da alienação, que carece de concretização histórico-social pelos limites postos por uma abordagem descritivo-normativa. Porém, é a partir das elaborações de 1857-1858⁵³ que a questão do fetichismo aparece explicitamente formulada.

Desse ponto em diante, em toda sua plenitude, Marx toma o concreto como a síntese de muitas determinações - unidade do diverso - e o compreende no pensamento como o processo da síntese (resultado). Porém, o concreto é também o verdadeiro ponto de partida (da intuição e da representação). No primeiro, “a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2008, p. 259). O todo como aparece no cérebro “é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer” e, enquanto comportamento meramente especulativo, “o objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo”. Ao aplicar seu método no estudo da sociedade burguesa constituída conclui:

“Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de

⁵³ Referimos-nos aqui a *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* e escritos posteriores, especialmente, sua obra principal, *O capital: crítica da economia política*.

revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.” (2008, p. 47).

As proposições sobre o fetichismo estão presentes de modo significativo na obra mais acabada de Marx: o livro I d'O Capital⁵⁴. Nela, de acordo com Netto (1981, p. 38), o discurso teórico segue um rigor admirável, fiel ao objeto investigado, reposto pela abstração totalizadora na mais rica multiplicidade de conexões e superando a imediatividade empírica em sua *reprodução concreta*. É nesse contexto, enquanto expressão do movimento da produção capitalista e um dos resultados de sua investigação que a formulação do fetichismo deve ser compreendida.

A apresentação de tais proposições são enunciadas no estudo marxiano da “célula econômica da sociedade burguesa”, a mercadoria. O fetichismo da mercadoria provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. De acordo com Marx (1996, p.199), tão logo estas são produzidas, adere a elas o fetichismo, algo inseparável de sua produção. As mercadorias passam a refletir aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, assumindo forma fantasmagórica, como propriedades naturais sociais dessas coisas e refletindo a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

É na troca que os produtos recebem uma “objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada”. Sob a sociedade

⁵⁴ Conforme Netto (1981), as indicações sobre a temática do fetichismo estão presentes também em outras formulações marxianas, tais como o livro II e III d'O Capital. Optamos pela exposição do livro I no corpo do texto por tratar-se de uma obra acabada, um “todo artístico”. Resumidamente, no livro II, ao tratar da circulação do capital, Marx observa que o movimento da alienação geral, nesse momento, aparece enquanto apropriação geral (um fato independente dos indivíduos), no qual as inter-relações sociais dos indivíduos assume uma autoridade sobre eles. No livro III, ao abordar o processo global da produção capitalista, identifica que o capital produtor de juros alcança a forma extrema de sua alienação e fetichismo, uma forma que aparenta promover o seu próprio crescimento (D-D'); e observando a forma “trinitária” (D-M-D'), afirma que devido às condições sociais em que os elementos naturais servem à produção (propriedade das próprias coisas, o dinheiro), ocorre até mesmo a mistificação das categorias mais simples do modo de produção de mercadorias.

das mercadorias os trabalhos privados só compõem o trabalho social total (complexo social dos trabalhos privados) por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Desse modo, ainda que não esteja claro para os produtores, a única coisa que vale na produção de mercadorias, assumindo a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho “consiste na sua igualdade como trabalho humano” (*idem*, 1996, p. 200). Sendo assim, apenas diante de grandezas de valor o caráter de valor dos produtos de trabalho se consolida.

A conquista teórica do fetichismo, porém, não dá conta de superá-lo. Conforme Netto (1981, p. 42), a dissolução do fetichismo compete (e depende) às forças sociais práticas, “chamadas a transformar radical e qualitativamente as relações sociais vigentes com a produção mercantil”. No campo da teoria, ao tomar as formas sociais enquanto produtos históricos opera em sentido inverso ao das manifestações sociais fetichizadas que coisificam as objetivações do ser social, “diluindo suas particularidades históricas numa eternização genérica” (1981, p. 43).

Marx passa a identificar que o fetichismo realiza uma alienação determinada sob a sociedade burguesa constituída, distinta das formas mais arcaicas, superando a compreensão do desenvolvimento e afirmação da alienação sem colar-se ou cristalizar-se em coisas. Sua nova “conceptualização é, simultaneamente, organicamente, descritiva e explicativa, verificadora e heurística – exatamente: sistemática e genética”. Ao passo em que “confere fundamentos teóricos rigorosos para o exame do fetichismo, este adquire, no interior da teoria social marxiana, *um estatuto novo e preciso*.” (NETTO, 1981, p. 78). Sem romper com as formas alienadas das sociedades precedentes, o *mundo burguês* – específica articulação de economia, história e cultura onde a abstração monetizada organiza todas as relações sócio-humanas num complexo novo e que tem na forma mercadoria sua célula econômica e raiz dos processos alienantes –, instaura processos particulares, aqueles postos pelo fetichismo e que redundam em formas alienadas específicas: a reificação⁵⁵.

Antes da consolidação da sociedade burguesa, os processos alienantes se originavam na dinâmica social, mas ganhavam robustez na representação que os diversos grupos sociais construía na sua relação com a natureza. A sacralização do

⁵⁵ De acordo com Netto (1981, p. 76), foi Lukács, em *História e Consciência de Classe*, o primeiro a extrair da análise marxiana do fetichismo a teoria da reificação.

mundo e o misticismo que envolvia o metabolismo social – resultado do pequeno desenvolvimento das forças produtivas –, respondiam pelas suas falsas representações. A *socialização da sociedade* promovida pela burguesia em seu processo de consolidação – implementando tecnologias, desenvolvendo as ciências, manipulando etc. –, reduz ou mesmo suprime, os processos alienantes relativos ao metabolismo sociedade-natureza. Desse modo, de acordo com Netto (1981, p. 79), “nesta sociedade, a matriz, a estrutura, a funcionalidade e a significação dos processos alienantes e das representações alienadas (logo, das relações sociais mistificadas) são de caráter *estritamente* social.”. Por essa razão, o fetichismo que Marx conceitua depois de 1857-1858 reconhece que “*os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais*” e que “*redundam na reificação das relações sociais*”, algo que só marginalmente comparecia nas formas anteriores (*idem*, 1981, p. 80).

No capitalismo contemporâneo, todos os espaços da vida social, incluindo a existência individual, são por ele preenchidos. A manipulação ultrapassa a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e induz comportamentos dos agentes sociais particulares, dominando instâncias que o indivíduo reservava como áreas de autonomia (a família, o lar, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, o lazer, etc.). Relações sociais que afetam mais intimamente a interioridade do sujeito, as suas mais singulares manifestações anímicas, aparecem como objetivações atomizadas e objetuais. De acordo com Netto (1981, p. 86), a unidade que possibilita a passagem do agente social particular de uma instância a outra, sem que seja problematizada por desequilíbrios psicossociais insuperáveis é a homogeneização das várias instâncias e agentes sociais: “um meio homogêneo que interliga todas elas, fornecendo aos agentes um referencial através do qual eles parametram o seu comportamento social real”, que não se refere propriamente ao conteúdo que é heterogêneo, mas “*à aparência que tomam para o agente e também à sua forma de reação*”. Essa homogeneização é obtida pelo recurso da *positividade*,

“a aparência global factual imediata que precisamente assumem as objetivações do ser social – e que suprime as suas mediações, obscurece a sua negatividade, fá-las esgotáveis no seu exclusivo caráter de *algo dado*. A positividade integra o conjunto das caóticas e autonomizadas relações

sociais reificadas numa aparência unitária. Não é o seu somatório – é a sua “síntese”: recolhe de todas e de cada uma a sua factualidade e a universaliza, recobrando todas as manifestações sociais com uma película a-social. A unidade profunda do ser social se expressa mistificadamente no conjunto caótico de relações que o mecanismo fetichista objetiva e atomiza; o agente social particular percepçiona este conjunto como um agregado de substancialidades, mas o seu desempenho social requer uma organização mínima para que o seu ajustamento possa ser diferencial – a positividade garante este ajustamento e aquela organização.”.

A *positividade* acima exposta, portanto, corresponde ao padrão geral que emerge do ser social na sociedade burguesa constituída enquanto estrutura global de reificação e aparece como requisito para sua *manutenção funcional*. As formulações marxianas sobre o fetichismo alcançam um novo estatuto. Para além de desvelarem as particularidades da produção universalizada de mercadorias, passam a compor uma *teoria setorial da positividade capitalista*⁵⁶ e que apreende o carácter dúplice do fetichismo: 1) a substancialização das relações sociais: o conjunto de reificações – as coisas sociais que balizam o cotidiano – controla sua existência; 2) a positividade engendradora, equaliza, organiza homogeneizadamente estas coisas sociais, viabilizando a atuação adequada dos agentes sociais particulares (a pseudo-objetividade do conjunto das objetualidades) (*idem*, 1981, p. 88). Enquanto recurso heurístico constitui os requisitos de uma análise genética (do fetichismo da forma mercadoria a sua generalização a todas as instâncias e agentes sociais) e sistemática (modo pelo qual as manifestações reificadas se estruturam na pseudo-objetividade da positividade) da cultura da sociedade burguesa constituída.

A indústria cultural, ao conferir um ar de semelhança a tudo, está em sintonia com a positividade capitalista. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 7-10). É por causa do círculo de manipulações e necessidades derivadas que a unidade do sistema torna-se cada vez mais impermeável. A função da racionalidade técnica (não em geral, mas na economia contemporânea) é a racionalidade da própria dominação. Desse modo, “a necessidade que talvez pudesse

⁵⁶ Correspondendo, exclusivamente, um estudo particular de um nível da totalidade histórico-social, subordinado aos mecanismos de totalização social e a ponderação dinâmica que esse nível exerce na reprodução desses mecanismos.

fugir ao controle central, já está reprimida pelo controle da consciência individual”. Compõe o sistema da indústria cultural a formação do público e não o recurso ao desejo espontâneo, tanto que um ramo artístico procede segundo a receita de outro, mesmo quando muito diferentes em relação ao conteúdo e aos meios de expressão. Como parte do mecanismo econômico de seleção, prevalece a determinação comum aos chefes executivos⁵⁷ de “não produzir ou admitir nada que não se assemelhe às suas tábuas de lei, ao seu conceito de consumidor, e, sobretudo, nada que se afaste de seu auto-retrato” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 10).

A obra que antes trazia a ideia, foi liquidada sobre a indústria cultural com a primazia dos efeitos, da performance tangível e do particular técnico (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 14-17). A imaginação atrofiada e a espontaneidade do consumidor cultural são devidas ao próprio produto, como o filme que paralisa as capacidades pela sua própria constituição objetiva. Eles são feitos de modo que a sua apreensão adequada exige rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, de modo a vetar a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que rapidamente se desenrolam à sua frente. Sendo assim, o indivíduo é ilusório pela estandardização das técnicas de produção, e a cultura de massa desvela o caráter fictício que a forma do indivíduo sempre teve na época burguesa. “A indústria cultural pode fazer o que quer com da individualidade somente porque nela, e sempre, se reproduziu a íntima fratura da sociedade [*vida privada e vida pública*]” (*idem*, 2002, p.56-57).

Se o fordismo expropriou e transferiu para a gerência científica o saber operário, no capitalismo contemporâneo, o toyotismo *retransfere* o *savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se das suas capacidades cognitivas e envolvendo intensamente a subjetividade operária. Como parte do *saber intelectual* é transferido para as máquinas informatizadas - nas atividades de ponta do ciclo produtivo - e estas não podem suprimir o trabalho humano, amplia-se a *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. Conforme Antunes (2011b, 128), desse envolvimento pode derivar “o aumento do *estranhamento do trabalho*, ampliando as formas modernas da *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade

⁵⁷ São estes os que integram originalmente os setores mais poderosos da indústria. Assim, os monopólios culturais são dependentes da indústria.

autêntica e autodeterminada”. Nos setores mais explorados, sob a “incerteza e a superfluidade dadas pela condição da precarização ou de risco do desemprego, o estranhamento pode assumir formas ainda mais intensificadas e mesmo brutalizadas, pautadas pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade”. Mediante essa diferenciação (manifestação que atinge a totalidade do trabalho social), o autor identifica um possível campo de investigação na obra de maturidade de Lukács a partir das *reificações inocentes* e as *reificações estranhadas (ou alienantes)*:

“[...] de um lado, os comportamentos sociais em si ‘inocentes’ do ponto de vista do estranhamento, quando atingem em profundidade a vida cotidiana, reforçam a eficácia daqueles outros comportamentos que já operam nessa direção; de outro lado, os indivíduos são tanto mais facilmente envolvidos, pelos impulsos ao estranhamento [...], quanto mais as suas relações vitais são por eles percebidas em termos abstratos, reificados e não de modo espontaneamente processual [...] De fato, quanto mais a vida cotidiana dos homens [...] cria formas e situações de vida reificantes, com maior facilidade o homem cotidiano se adapta a elas entendendo-as, sem nenhuma resistência intelectual e moral, como ‘dados de natureza’, pelos quais em média – por não serem inelutáveis em princípio – pode haver uma menor resistência frente às autênticas reificações estranhadas. Aqui se habitua a determinada dependência reificada e isso propicia – repitamos: como possibilidade e não de modo socialmente necessário – uma adaptação geral também nos confrontos de dependências estranhadas” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2011b, p. 129).

Seguindo as mesmas indicações do filósofo húngaro, Nicolas Tertulian apud Antunes (2011, p. 129), sugere que as “*reificações inocentes* ainda não se encontram moldadas pela forma-mercadoria em sua plena vigência”, enquanto “as *reificações alienantes* são típicas expressões do fetichismo da mercadoria”. As *reificações inocentes* ocorrem quando há a *condensação das atividades em um objeto*, reabsorvendo a subjetividade no funcionamento do objeto, sem efetivar-se uma “alienação” propriamente dita. As reificações estranhas ou *reificações alienantes* ocorrem nas atividades onde a subjetividade é transformada “sujeito-objeto”, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. É o caso do indivíduo que chega a auto-alienar suas possibilidades mais próprias, vendendo sua força de trabalho sob condições que lhe são impostas, ou aquele que, em outro plano, sacrifica-se ao ‘consumo de prestígio’, imposto pela lei de mercado.

Para Tertulian (2007, p. 233), a parte mais interessante da *Ontologia do ser social* de Lukács é dedicada ao que ele denomina de uma “fenomenologia da subjetividade”. Analisando a distinção entre o espírito objetivo e o espírito absoluto de Hegel, Lukács mostra o quanto é complexo o caminho até uma autêntica desalienação. Para o autor, a maior parte das objetivações da espécie humana (instituições políticas, jurídicas, religiosas etc.), nasce para garantir o gênero humano em-si. Porém, grandes ações morais, a grande arte e a verdadeira filosofia encarnam na história as aspirações do gênero humano para-si. Em síntese, “é necessário descobrir na imanência da vida cotidiana as mediações concretas que permitam romper as reificações alienantes e realizar na efetividade histórica uma existência não-alienada” (2007, p. 235).

3. A subjetividade do homem que trabalha sob o “novo” complexo de reestruturação produtiva

Apesar de incompleta é a obra tardia de Lukács que o projeta como um autor do século XXI. Ao utilizar o conceito de capitalismo manipulatório, Lukács destaca uma característica que iria emergir com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970. Como afirma Alves, para além de qualquer outro adjetivo que se atribua ao capitalismo contemporâneo (“global”, “financeiro”, “cognitivo” ou “flexível”), “o atributo ‘manipulatório’ visa salientar um traço essencial e ineliminável do novo capitalismo nas condições da crise estrutural do capital” (ALVES, 2010, p. 15).

Mészáros, por outro lado, identificando a influência weberiana sob o autor húngaro desde sua juventude, apesar das severas críticas presentes em suas obras tardias, identifica como exagerada a importância atribuída por Lukács à “manipulação⁵⁸”, resultado do “espaço conceitual criado para esta categoria em *História e consciência de classe*” (2011, p. 465). Nesse sentido, a intitulada “mitologia weberiana” da “ordem socioeconômica e cultural/legal/política capitalista, como ‘racionalidade’ e ‘racionalização’ é consignada sem hesitação pelo velho Lukács à categoria da *manipulação*”. (*idem*, 2011, p. 418).

⁵⁸ “Os principais ajustes estratégicos adotados pelas ‘personificações do capital’ sob a força de circunstâncias históricas representam mudanças estruturais objetivas, ainda que sejam por necessidade articuladas no interior dos limites estruturais últimos do capital. Seria, portanto, totalmente incorreto atribuir a eles a categoria tranquilizadora da ‘manipulação’ (ou ‘manipulação ideológica’), a qual poderia ser mais ou menos facilmente contrabalançada pelo trabalho da consciência sobre a consciência, desde que armada pela ideia de que ‘a consciência da mediação está ausente’ da consciência de classe burguesa.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 467).

Nessa polêmica, ao contextualizarmos o debate, compreendemos que a ontologia histórico-materialista lukacsiana se expressa como um enfrentamento contra dois pilares ideológicos do capitalismo: o irracionalismo e o neopositivismo⁵⁹. Nicolas Tertulian (2007, p. 223), ao analisar a obra tardia de Lukács afirma que o autor húngaro estava consciente do extraordinário empobrecimento sofrido pelo pensamento marxista durante a época stalinista. Não se tratava “apenas” de um período de “profunda inumanidade” e de crimes, mas também de “um conjunto de perspectivas teóricas que perverteram o pensamento de Marx em sua própria substância”. Por essa razão, a *Ontologia do ser social* representa um enorme esforço de reexame das categorias fundamentais do pensador alemão, com o propósito de devolver ao marxismo sua densidade e substancialidade, bem como identificar as raízes da degradação stalinista.

Diferentemente do que ocorria em finais do século XIX e que fora analisado nos trabalhos de Marx, Lukács observa que o consumo inteiro foi absorvido pelo “processo capitalista” durante o século XX. No primeiro período, como o consumo era restrito, os produtos não necessitavam de um aparato de maior envergadura para serem distribuídos. Porém, com os meios da grande indústria surgem produtos destinados ao consumo de massa e que resultam na necessidade de um aparato especial que se encarregue de levá-los aos consumidores particulares. Desse processo se origina um “sistema de manipulação” que se estende para a sociedade e a política: “Agora este mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros”. Como afirma o autor, “basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes desse fenômeno” (KOFLER, 2010, p. 128).

De acordo com Lukács, a partir do momento em que a exploração da classe deixa de ser feita exclusivamente pela mais-valia absoluta, sendo substituída/combinação a mais-valia relativa, “é possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador” (*idem*, 2010, p. 130). No entanto, está posto um obstáculo decisivo ao desenvolvimento do ser humano genérico e que devassa a vida cotidiana. Pelo mecanismo da manipulação social constitui-se um “processo de subjetivação” que

⁵⁹ A instrumentalização stalinista, pelo uso da burocracia e de falsificações ocultou do povo e do próprio partido a defasagem entre os ideais e as conquistas, configurando um positivismo ao contrário: enquanto aquele primeiro pretendia afastar o potencial histórico e subjetivo da ciência social, o stalinismo quer ideologizá-las.

articula produção e reprodução social ao processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana.

De acordo com Marx, toda diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória (MARX, 1996a, p. 139-140). A mais-valia relativa é absoluta ao condicionar um prolongamento absoluto da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário a existência do próprio trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, uma vez que condiciona o desenvolvimento da produtividade do trabalho, o qual permite limitar o tempo de trabalho necessário a parte da jornada de trabalho. No entanto, a aparência de identidade é desfeita ao analisar o movimento da mais-valia:

“Assim que o modo de produção capitalista esteja estabelecido e se tenha tornado modo geral de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa torna-se sensível tão logo se trate de aumentar a taxa de mais-valia em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho.”

O capital opera sempre seguindo a *linha de menor resistência*, mantendo o controle que já exerce ao invés de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas. É nesse sentido que deve ser compreendida a dupla mais-valia relativa / mais-valia absoluta. Historicamente, a produção e apropriação de mais-valia relativa mantêm-se sempre crescente, tendo sua real constituição material no mecanismo de exploração comparativamente mais transparente da mais-valia absoluta. Do mesmo modo, o movimento para o predomínio da mais-valia relativa é o resultado de duras batalhas que, *eventualmente*, quebram neste terreno a capacidade do capital para seguir a linha de menor resistência, *incorporando* materialmente as concessões obtidas às práticas produtivas e às estruturas institucionais da sociedade capitalista. Nesse sentido, conforme Mészáros (2011, p. 683),

“a exploração neocolonial, muito protegida pela extração de mais-valia absoluta, serve perfeitamente aos interesses do ‘capital metropolitano’ e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis. Entretanto, não se pode esquecer que a ‘modernização’ neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no ‘Terceiro Mundo’ a reconhecida preponderância anacrônica da mais-valia absoluta, também vem a servir aos interesses do capital ‘subdesenvolvido’ e à *sua* linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento dado. É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antiquadas e abertamente exploradoras; em sua linha comum de menor resistência na estrutura global da produção capitalista.”

O domínio da mais-valia absoluta motivou a luta de classes por condições objetivas para a vida do gênero humano. Sob o predomínio da mais-valia relativa, “com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições de uma vida plena de sentido” (KOFLER, 2010, p. 129). No entanto, além da necessária reflexão sobre o que, como e para quem se produz, a manipulação do consumo não consiste apenas “no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão da consciência”. Dois exemplos dados por Lukács são ilustrativos dessa ferrenha disputa: “apresenta-se um homem de aspecto ativo e másculo, que se distingue porque fuma cigarro Gauloises”; “um homem assediado por duas belas garotas por causa da atração erótica que determinado perfume exerce sobre elas”.

No capitalismo da grande indústria, marcado pela produção em massa (fordista-keynesianista), pelo predomínio da mais-valia relativa e grandes aparatos de distribuição e circulação de mercadorias, os produtos-mercadorias devassam os mais diversos aspectos da vida social (a totalidade social). O capital procura manipular para vender e realizar a mais-valia, pois, gerá-la simplesmente não basta. Predominam a forma-mercadoria e, conseqüentemente, a disseminação do fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais e humanas. A exploração baseada na mais valia relativa – intensificada a partir da segunda metade do século XX –, possibilitou a elevação da produtividade (incluindo o volume de mercadorias) e a taxa de exploração (na forma do salário relativo), combinada ao aumento relativo do padrão de vida de contingentes

expressivos do proletariado⁶⁰ (principalmente no capitalismo central). Como desdobramento desse processo, um mundo pleno de mercadorias é, segundo Lukács, um mundo pleno de manipulação, que penetra não apenas os poros da produção, mas também do consumo e da reprodução social.

O problema da alienação no capitalismo contemporâneo se apresenta, portanto, de modo diverso daquele presente na obra de Marx de 1844. Isso não significa refutar que aquelas condições permaneçam na realidade de uma parcela significativa da classe, mas sim, que outros mecanismos são atuantes. Desse modo, o capital permanece como um obstáculo ao desenvolvimento do gênero humano, a partir da contradição objetiva entre o

“alto nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, transformando seu tempo livre em *otium*, contribuindo para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisionam o homem, seja através da transformação do tempo de vida em tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática-significativa; ou através da transformação de tempo de vida em tempo de consumo fetichizado” (ALVES, 2012, p. 120).

Esse aparato que manipula os desejos do consumidor para o consumo sem necessidade (irracional) transforma o “tempo livre” em tempo de consumo (um comportamento calculado e previsível). Se o “capitalismo da livre concorrência transformou o homem produtivo num autômato passivo [...] o capitalismo monopolista de consumo generaliza essa passividade também à esfera do lazer.” (COUTINHO, 2010, p. 70). Somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de “padrões” estáveis de consumo. O homem converte-se num simples “dado” (coisa passiva). Desse modo, a manipulação da vida privada não passa de uma ampliação a novas esferas da racionalidade burocrática, a “racionalidade” espontânea do quadro da alienação capitalista. Sendo assim, a “eliminação da

⁶⁰ Atualmente, acompanhamos um achatamento geral dos salários, inclusive nos países centrais. Trata-se do “panorama das condições de trabalho asiático, com jornada de trabalho ampliada e menor remuneração dos trabalhadores”. Almeja-se a elevação do padrão de competitividade por meio da redução do “custo do trabalho”, mas restringe-se a demanda no mercado interno. *Economistas franceses colocam modelo europeu em xeque*. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br>>.

‘irracionalidade’ a que se propõe a manipulação consiste precisamente nessa eliminação da especificidade da ação humana” (*idem*, 2010, p. 71).

Conforme Mészáros (2011, p. 611), sob o comando do capital, o sujeito que trabalha é reduzido ao status desumanizado de uma mera “condição material de produção”, distante de ser considerado como verdadeira finalidade da produção: “A tarefa da reprodução social e do intercâmbio metabólico com a natureza é definida de modo fetichizado como a reprodução das condições objetivadas/alienadas de produção”. As condições para a sua produção e reprodução pertencem a um “ser estranho” que os confronta e subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. O “ser” é dominado pelo “ter” em toda sua vida, enquanto o eu real dos produtores é destruído por meio da fragmentação e da degradação das exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. “Sujeitos” somente enquanto consumidores manipulados de mercadorias, acentuado quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização. Como sob a regência do capital o sistema não pode reproduzir a si próprio, a menos que possa fazê-lo em uma escala sempre crescente, a produção deve ser considerada a finalidade da humanidade – sem alternativas –, sob a premissa que a finalidade da produção é a multiplicação infinita da riqueza. Aqui, remetendo a citação de Marx, (1978, p. 11), observamos como o capital opera o empobrecimento do gênero humano:

“A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. Se bem que a propriedade privada concebe, por sua vez, todas essas efetivações imediatas da posse apenas como meios de subsistência, e a vida, à qual elas servem de meios, é a vida da propriedade privada, o trabalho e a capitalização.

Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido do ter. O ser humano teve que ser reduzido a esta absoluta pobreza, para que pudesse dar à luz a sua riqueza interior partindo de si.” (Marx, 1978, p.11).

Os *valores de uso* se legitimam relacionados e subordinados aos imperativos estruturais da produção e reprodução do capital. A “necessidade” não corresponde a necessidade humana dos produtores. Desse modo, o trabalhador acessa uma determinada classe e quantidade de valores de uso, enquanto o capital a partir da

unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os *legítima* como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente. Como aspecto a ser realçado, a divisão e fragmentação do trabalho na estrutura da produção de mercadorias “priva totalmente o trabalho vivo da *supervisão* e do *controle* do processo de trabalho da sociedade, junto com a sua dimensão distributiva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 628).

Mészáros (2011, p. 694), ao analisar as novas exigências e determinações do capital afirma que a ciência é desviada de seus objetivos positivos. Sob o capitalismo contemporâneo a ciência está designada ao papel de ajudar na multiplicação das forças e modalidades da destruição, compondo a folha de pagamento do complexo industrial-militar e, indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipulatórias com o propósito de manter a superprodução “afastada” das indústrias de consumo. Sendo assim,

“[...] as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da autorrealização do capital não permitem a criação dos ‘*elementos materiais* da rica individualidade, universal na sua produção e no seu consumo’, nem, de fato, o pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas (que é primariamente um desafio sociocultural). Pelo contrário, as *necessidades artificiais* da destrutiva expansão do capital tendem a competir e, na frequente ocorrência de incompatibilidades, a suprimir com extrema insensibilidade até mesmo as mais elementares necessidades da inegável maioria da humanidade. É compreensível, portanto, que a produção de uma ‘*abundância constantemente maior*’ se converta num sonho cada vez mais ilusório – a luz que constantemente se afasta no fim de um túnel que constantemente se alonga –, apesar do aumento assustador das forças *abstratamente* ‘produtivas’ da sociedade, que estão condenadas a permanecer abstratas e estéreis, ainda mais, *contraprodutivas*, por causa de sua inserção social capitalista e sua dissipação destrutiva.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 694-695).

O fenômeno da manipulação, no entanto, não é onipotente. Diariamente, nos mais variados níveis, ocorrem manifestações reais de protesto – consciente ou inconsciente. Contudo, o sistema cria cada vez mais canais de escape para essa insatisfação, impedindo que ela desemboque, superando a imediatidade, numa real contestação das estruturas econômicas. Um dos mais importantes desses canais é exatamente o caminho irracionalista:

“Alimentando a falsa polaridade entre “racionalismo” formal e irracionalismo, entre objetivismo pseudocientífico e subjetivismo anárquico, a ideologia da manipulação conduz muitas das manifestações de protesto ao beco sem saída dos comportamentos irracionais. Em vez de um caminho autenticamente revolucionário, vemos renascer uma forma primitiva de anticapitalismo romântico, facilmente isolável – e até mesmo comercializável – pela ideologia neocapitalista. Reproduz-se assim, numa nova etapa, a mesma duplicidade que, como vimos, caracteriza todo o pensamento imediatista da decadência.” (COUTINHO, 2010, p. 71-72).

Com o desenvolvimento do “novo” complexo de reestruturação produtiva e sob o capitalismo manipulatório, a disputa pela subjetividade torna-se imprescindível para a reprodução social do sistema mundial. O toyotismo como momento predominante da produção de mercadorias intensifica o fetichismo de mercadoria e suas derivações sociometabólicas. É nesse sentido que a perspectiva revolucionária - aqui considerados os estudos do lazer comprometidos com os interesses dos explorados -, deve enfrentar a problemática da reprodução social e da vida cotidiana, remetendo ao tema da alienação com todas suas implicações no plano das individualidades humano-genéricas e da práxis social emancipatória.

CAPÍTULO III: O complexo do lazer

O Capítulo III foi dedicado ao estudo do trabalho na constituição do ser social e suas relações com o complexo do lazer. Submetidos a um poder que lhes é estranho, a maioria dos membros da sociedade compõe a classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens. Baseados nas indicações das obras de Marx e Engels, analisamos as determinações essenciais do complexo do lazer no contexto da luta política travada no interior das relações sociais comandadas pelo capital que, embora não possibilite o consumo na perspectiva das demandas sociais efetivas, opera promovendo a ideologia do consumo. É nesse cenário que abordamos o trabalho enquanto modelo de toda liberdade, mas que, nos limites de sua forma alienada, promove a produção e consumo destrutivos, a partir da taxa de utilização decrescente das mercadorias e da relativização do luxo e da necessidade. Por fim, discorreremos sobre as particularidades do processo histórico dos estudos do lazer no Brasil, seus ciclos de produção e o movimento de *refuncionalização* do lazer dado por sua subsunção real ao capital.

1. Ser social, trabalho e liberdade

De acordo com Lukács (1979, p. 11), todos os enunciados concretos de Marx, se interpretados corretamente, são entendidos - em última instância - como enunciados diretos sobre certo tipo de ser (afirmações ontológicas), ainda que não apresentem tratamento autônomo de problemas ontológicos. Particularmente, como veremos, Lukács identifica no trabalho um complexo fundamental dentro da ontologia (marxista) do ser social.

O trabalho na perspectiva marxiana, corresponde de antemão, a um processo entre o homem e a natureza. Trata-se de um metabolismo mediado pela ação humana que, ao modificá-la, altera simultaneamente o próprio homem⁶¹ (MARX, 1996, p. 297).

⁶¹ “Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação

Mediante o meio de trabalho ocorre uma transformação do objeto de trabalho - projetada desde o princípio -, e seu produto é uma matéria natural adaptada às necessidades humanas (valor de uso).

O ser social pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. A partir do ser natural, as formas de objetividade do ser social se desenvolvem na medida em que surge e se explicita a *práxis* social, num processo dialético que começa com um salto: o pôr teleológico do trabalho. Para Lukács (1979, p. 99), portanto, ao trabalho corresponde a condição de “única lei objetiva e ultra-universal do ser social”, uma lei histórica na medida em que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir⁶². Todas as demais leis são de caráter histórico já no interior do ser social. Enquanto princípio geral é o *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. Quanto maior a força produtiva do trabalho (o grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais), menor será o tempo de trabalho exigido para a produção e menor o seu valor (MARX, 1996, p.170).

Na relação ontológica entre natureza e sociedade, as categorias e as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem, em última instância uma base *ineliminável* das categorias sociais. É sobre a base de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora. No entanto, a tendência principal desse processo é o constante crescimento, quantitativo e qualitativo,

não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (MARX, 1996, p. 298).

⁶² A reveladora análise de Bakhtin sobre a cultura cômica popular na Idade Média e a investigação de Agnes Heller sobre o Renascimento são representações do esforço dos pensadores desde a Idade Média em conceber o trabalho como uma categoria privilegiada da existência humana (cf. CUSTÓDIO, 2012).

das componentes pura ou predominantemente sociais, aquilo que Marx costumava chamar de "recuo dos limites naturais"⁶³(LUKÁCS, 1979, p. 20).

Conforme Engels e Marx (2007, p. 33-34), três “momentos” coexistiram desde os primeiros homens e ainda hoje se fazem valer na história. O primeiro deles está relacionado ao pressuposto de que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”. Sendo assim, o primeiro ato histórico é a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, “condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.” O segundo “momento” decorre que “a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido, conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico”. Como terceiro e último momento, ao renovarem diariamente sua própria vida, os homens começam a criar outros homens, a procriar. Essa família, mediante o aumento das necessidades, criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades.

Ao negar a teleologia fora do trabalho⁶⁴ e reconhecendo como característica real decisiva da teleologia o fato de que ela só pode adquirir realidade quando posta, Marx afirma que o trabalho (práxis humana) é “o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material” (LUKÁCS, 2015, p. 12-13). O ser natural Homem em sua atividade possibilita um nível particularmente novo do ser, mais complicado e mais complexo, precisamente o ser social. Sendo assim, só é correto falar do ser social ao compreender “que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na contínua realização de posições

⁶³ “O homem, membro ativo da sociedade, motor das transformações e progressos desta, permanece sendo, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico, apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico, está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando a universalidade desta ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade.” (LUKÁCS, 2015, p. 98-99)

⁶⁴ “Na natureza inorgânica não existe uma atividade em geral. Nela, aquilo que gera a aparência de tal atividade provém fundamentalmente do fato de que o processo de reprodução na natureza orgânica, em seus estágios mais evoluídos, produz interações entre o organismo e o ambiente que imediatamente são inclusive orientadas por uma consciência. Mas mesmo nos níveis mais elevados (falamos sempre de animais que vivem em liberdade) estas nada mais são do que reações meramente biológicas aos fenômenos do ambiente que têm importância para a existência imediata; por conseguinte não podem produzir uma relação sujeito-objeto.” (LUKÁCS, 2015, p. 58-59).

teleológicas.” Na medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e inovador da natureza (indo além da mera adaptação), a consciência que impulsionou e orientou o processo pode ser, no plano ontológico, algo mais que um epifenômeno (*idem*, 2015, p. 25).

Os processos sociais decorrem imediatamente de posições teleológicas, determinadas em sentido alternativo. Realizadas por homens singulares, desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, produzindo conexões legais universais. Sendo assim, as tendências econômico-gerais são sempre sínteses de atos individuais, realizadas pelo próprio movimento social. O caráter econômico-social é tão explícito que os homens individuais, em sua maioria, sem terem necessariamente uma consciência clara a respeito, reagem às circunstâncias, possibilidades, etc, de um modo que é também tipicamente adequado a elas: “a resultante sintética de tais movimentos se torna a objetividade do processo global.” (LUKÁCS, 1979, p. 96).

Os complexos da vida social, superada a sua naturalidade, têm certamente um ser que reproduz a si mesmo (*idem*, 1979, p. 93-94). Esse ser, porém, de modo crescente, vai além da simples reprodução do estado primitivamente dado. A reprodução ampliada, mesmo podendo encontrar limites sociais nas relações de produção é qualitativamente diversa da estagnação, decadência e fim, que são representados nos organismos pela velhice e pela morte. A transformação do sujeito que trabalha – autêntico tornar-se homem do homem –, significa, antes de tudo, “que aqui existe um domínio da consciência sobre o elemento instintivo meramente biológico” (LUKÁCS, 2015, p. 43). Na perspectiva do homem que trabalha, portanto, pressupõe a continuidade sempre renovada deste domínio em cada movimento individual do trabalho e “para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da visão correta sobre o meramente instintivo”.

Uma segunda forma de posição teleológica tem origem assim que o trabalho torna-se social (LUKÁCS, 2015, p. 47). Ao depender da cooperação de mais pessoas - independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha como objetivo apenas os valores de uso -, o fim posto é imediatamente que a finalidade seja posta por outras pessoas. A gênese da linguagem e do pensamento conceitual está também relacionada ao trabalho. Ao sujeito que o

executa são postas exigências que só podem ser cumpridas simultaneamente através da transformação das capacidades e possibilidades psicofísicas relativas à linguagem e ao pensamento conceitual até então presentes e a evolução destes demonstram uma interrelação ininterrupta e ineliminável (*idem*, 2015, p. 50-51). O mesmo ocorre em relação às ciências, na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outros, possibilitando generalizações que correspondem aos germes das futuras ciências.

Como o ato decisivo do sujeito é a própria posição teleológica e sua realização, o fator categorialmente determinante destes atos implica o surgimento de uma práxis caracterizada pelo dever-ser. Qualquer passo em direção à realização é decidido verificando se e como ele favorece a obtenção do fim. Desse modo, no ser social o fim vem (na consciência) antes da sua realização e cada movimento é guiado pela posição do fim (pelo futuro). A causalidade posta consiste no fato de que as cadeias causais são escolhidas, postas em movimento, abandonadas ao seu próprio movimento, etc., para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início (LUKÁCS, 2015, p. 64).

Decorre que “o *homem* não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade” (MARX, 2010, p.145). Dessa forma, todo esforço de compreensão da história da humanidade deve levar em conta o modo como os homens produzem a vida em seu duplo aspecto (relação natural e social) e reconhecer as conexões com a história da indústria e das trocas. Um determinado modo de produção ou fase industrial está sempre ligado a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social, sendo condicionado o estado social à soma das forças produtivas acessíveis ao homem. Desse aspecto, recorremos a uma concepção de história que consiste

“em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível,

naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).” (ENGELS e MARX, 2007, p.41).

Ocorre que com a expansão para uma atividade histórico-mundial (o mercado mundial), os homens tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho. As forças produtivas cedem lugar às forças de destruição, submetendo a maioria dos membros da sociedade à condição de “uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes”. Todas as revoluções dirigiram-se justamente contra uma classe dominante, instaurando outra forma de distribuição e divisão social do trabalho. Diferentemente, a perspectiva da revolução comunista, conforme elaborada por Engels e Marx (2007a, p. 41), orienta-se contra a *forma* da atividade existente até então – o trabalho estranhado -, e “suprime a dominação de classe ao superar as próprias classes⁶⁵”, uma vez que não é considerada como tal, “sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual”.

Tal como ocorre com o valor, sob o domínio do capital o valor da força de trabalho também é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução desse artigo, aqueles meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (o trabalhador). Nota-se uma separação no tempo, onde o seu valor estava determinado antes da força de trabalho entrar em circulação, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força (o trabalho): “o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho [...] por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista.” (MARX, 1996, p. 291). Os produtos do trabalho são resultados, mas também condições do processo de trabalho. Desse modo, enquanto “unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista” (*idem*, 1996, p. 314).

⁶⁵ De acordo com os autores, “para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade.” (2007a, p. 41).

Os meios de produção, compreendidos como fatores objetivos da produção (matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho) não alteram sua grandeza de valor no processo de produção, constituindo, assim, o capital constante. Porém, a força de trabalho, tomada como fator subjetivo da produção, reproduz seu próprio equivalente (tempo de trabalho necessário) e produz um excedente⁶⁶, uma mais-valia⁶⁷ (por isso, capital variável) (MARX, 1996, p. 325). Uma vez que no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, assim a reprodução aparece apenas como um meio para reproduzir o valor adiantado como capital, isto é, como valor que se valoriza (MARX, 1996a, p. 199). A busca incessante pela produção de mais valia e sua absorção pela parte constante é o “impulso vital” do capital.

É um fato ontológico característico do ser social a jornada de trabalho ser determinada de modo "puramente econômico" apenas em seus limites máximo e mínimo, sendo a luta e a força que estabelecem seu nível concreto em cada caso concreto (LUKÁCS, 1979, p. 89). De acordo com Marx (1996, p. 411), essas disputas em torno da jornada de trabalho correspondem ao “produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”:

“O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história

⁶⁶ A forma como esse tempo de trabalho excedente, a mais-valia, “é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócioeconômicas, por exemplo a sociedade da escravidão do trabalho assalariado”. (MARX, 1996, p. 332).

⁶⁷ “O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário aristocrata ateniense, teocrata etrusco, civis *romanus*, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, *landlord* moderno ou capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação sócioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção.” (MARX, 1996, p. 349).

da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho — uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora.” (MARX, 1996, p. 349)

Na produção capitalista o desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva a redução da jornada de trabalho, mas, reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias. A parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo é encurtada, visando prolongar a outra parte da jornada durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 1996, p. 446).

Sob a produção mecanizada o trabalho sofre importantes consequências (MARX, 1996a, p. 39). É possibilitada a **apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital**, como o trabalho feminino (além do trabalho doméstico não pago) e infantil (atualmente de modo residual, embora frequente em algumas regiões do globo). Permite o **prolongamento da jornada** ao produzir mais-valia⁶⁸ absoluta e relativa, desvalorizando a força de trabalho e barateando as mercadorias que entram em sua reprodução, além de, na condição de monopólio, possibilitar ao capitalista substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho e, conseqüentemente, estimular o aumento da jornada visando lucros extraordinários. Proporciona a **intensificação do trabalho**, desdobramento da luta dos trabalhadores pela regulamentação da jornada, que cria a condição subjetiva para a condensação do trabalho, a capacidade do trabalhador em liberar mais força num tempo dado, mas que com a máquina na mão do capitalista transforma-se no meio

⁶⁸ Cabe ressaltar que a mais-valia só se origina da parte variável do capital. Como a massa da mais-valia é determinada por dois fatores (a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados) e a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho, o número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende da proporção entre a parte variável do capital e a constante. Uma vez que na produção mecanizada, o crescimento do mais-trabalho se dá à custa do trabalho necessário, este ocorre mediante a redução do número de operários ocupados por dado capital. Desse modo, parte do capital, que antes era variável se converte em capital constante, que não produz mais-valia. “Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto.” (MARX, 1996a, p. 40).

objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo⁶⁹ (mais-valia relativa), mediante aceleração das máquinas e ampliação da maquinaria a ser supervisionada pelo mesmo operário ou de seu campo de trabalho (MARX, 1996a, p. 44-45).

A produtividade do trabalho cresce ainda com a economia dos meios de produção e ao evitar todo trabalho inútil. Porém, o modo de produção capitalista impõe economia em todo negócio individual, enquanto seu sistema anárquico da concorrência produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho⁷⁰. Ao converter parte de seu capital em força de trabalho, o capitalista valoriza seu capital global. O consumo (produtivo) do trabalhador é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista - o trabalhador -, e sua efetivação fica a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Para além disso, trata-se de consumo improdutivo (MARX, 1996a, p. 206).

Para Marx (1996a, p.157), consideradas a intensidade e a força produtiva do trabalho, “a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta” e, conseqüentemente, “tanto mais longa a parte do tempo conquistado para a livre atividade espiritual e social dos indivíduos”, quanto mais igualitária for a distribuição do trabalho entre todos e quanto menos uma camada social eximir-se da

⁶⁹ “Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. [...] Enquanto o trabalho em máquinas agreda o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade pormenorizada do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da Natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do “patrão” (*master*).” (MARX, 1996a, p. 55-56).

⁷⁰ A concorrência entre os trabalhadores capacita o capitalista a comprimir o preço do trabalho, enquanto o preço decrescente do trabalho, inversamente, o capacita a elevar ainda mais o tempo de trabalho (MARX, 1996a, p. 178). Atualmente, o segundo aspecto ganha evidência por meio das horas extras de trabalho.

necessidade natural do trabalho. Como na sociedade das mercadorias “o tempo livre é produzido para uma classe mediante a transformação de todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho”, conclui-se que “o limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, por esse lado, a generalização do trabalho”.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a alteração da composição orgânica do capital avançam num ritmo incomparavelmente maior do que o crescimento da riqueza social (MARX, 1996a, p. 260-262). Como a demanda de trabalho é determinada pelo componente variável e não pelo capital global, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global. Cresce o componente variável, porém, em proporção continuamente decrescente. A acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital, produzindo constantemente uma população trabalhadora excedente para o capital (o exército industrial de reserva), produto necessário da acumulação e riqueza social no capitalismo, alavanca e condição da acumulação capitalista.

O capital adicional superabundante busca ramos da produção antigos, cujo mercado se amplia subitamente, ou ramos recém-abertos cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. O exército industrial de reserva proporciona o contingente necessário. Desse modo, o curso de vida característico da indústria moderna - vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação -, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação.

Para Mészáros (2011, p. 340), o aumento atual do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema e evidencia a tendência à *equalização da taxa diferencial de exploração*. A ideologia de que desemprego maciço só afetaria as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta tem seu conteúdo esvaziado quando o capital reduz globalmente *o tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo que otimize o lucro, revelando a tendência que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua* (2011, p. 341). A transformação do tradicional “exército industrial de reserva” numa explosiva “força de trabalho supérflua” é consequência da necessidade de possibilitar a reprodução ampliada do capital.

As tendências intrínsecas da concentração e da centralização do capital – sob o imperativo da reprodução autoampliada – produzem a multiplicação incontrolável da “força de trabalho supérflua” que drena recursos do sistema e representa carga potencialmente explosiva extremamente instável (MÉSZÁROS, 2011, p. 342-343). O desemprego sempre crescente mina a estabilidade social. Taxas de criminalidade ascendentes (especialmente entre os jovens), reações violentas de “mal-estar social” e formas de ação direta carregam consigo o perigo de graves agitações sociais. Por outro lado, como é óbvio, o capital enquanto força controladora e princípio orientador absoluto da reprodução sociometabólica, sequer considera a possibilidade de uma grande redução no número de horas passadas no local de trabalho visando o emprego a muitos milhões.

A figura do “trabalhador descartável” emerge no cenário mundial. As condições de trabalho estereotipadas das chamadas *sweatshops*, uma forma moderna de trabalho semiescravo, correspondem ao cotidiano de jovens e mulheres na China e Indonésia. O mesmo cenário é apresentado pelas maquiladoras do México, Honduras, África do Sul, Malásia e Tailândia. Como afirma Harvey (2014, p. 183), a acumulação por espoliação arranca os poderes que as mulheres pleiteiam nos sistemas de produção/comercialização domésticos e no âmbito de estruturas sociais tradicionais e reposiciona tudo em mercados de mercadorias e de crédito dominados por homens. Ainda, para o autor,

“Os caminhos da libertação das mulheres de controles patriarcais tradicionais em países em desenvolvimento passam ou pelo trabalho fabril degradante ou pela comercialização da sexualidade, que vai do trabalho respeitável como recepcionistas e garçonetes ao comércio sexual (uma das mais lucrativas indústrias contemporâneas, na qual está envolvido um alto grau de escravidão). A perda das proteções sociais nos países capitalistas avançados tem tido efeitos particularmente negativos sobre as mulheres de classe baixa, e em muitos dos antigos países comunistas do bloco soviético a perda de direitos das mulheres por meio da neoliberalização é nada menos que catastrófica” (2014, p. 183).

Para aqueles indivíduos que negociam com “sucesso” no mercado de trabalho⁷¹, há recompensas aparentemente abundantes. No entanto, por mais espetacular e atraente que seja a possibilidade do consumo, perpetuamente estará se jogando com os desejos

⁷¹ Mesmo quando não gera ganhos materiais, o fato de poder “trocar de emprego” sem as restrições do patriarcado e da família, principalmente no caso da mulher, carrega benefícios intangíveis. No entanto, esse é apenas um aspecto do problema que envolve a opressão de gênero que potencializa a exploração do trabalho.

sem “nunca oferecer satisfações além da limitada identidade do centro de compras e das ansiedades do *status* por meio da boa aparência (no caso das mulheres) ou das posses materiais”. E prossegue o autor: “O ‘compro, logo existo’ e o individualismo possessivo constroem juntos um mundo de pseudossatisfações estimulante na superfície, mas no fundo vazio.” (HARVEY, 2014, p. 183-184).

Por outro lado, se considerarmos o trabalho não em sua forma abstrata e estranhada, mas concreta, a constituição ontológica do trabalho é o ponto de partida genético de uma questão vital: a liberdade. O caráter alternativo das posições teleológicas existentes no trabalho - completamente estranho à natureza, tal como que finalidade se quer estabelecer e de que maneira pretende transformar as séries causais necessárias como meios de sua realização em séries causais postas -, dá origem a um complexo dinâmico. O fenômeno da liberdade, portanto, corresponde em termos ontológicos àquele ato da consciência que dá origem a um novo ser, posto por ela. Enquanto momento da realidade, seu fundamento consiste,

“em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração, se é separada inteiramente da concretude, ela perde toda conexão com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é uma vontade – em última instância – de transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação de dada situação); o que significa que a realidade, enquanto objetivo da transformação, deve ser preservada, mesmo na mais ampla abstração. Com efeito, vimos que essa transformação está intencionalmente presente também quando aquele que decide quer transformar, com mediações, a consciência de um outro homem ou a sua própria. Deste modo, o âmbito das posições reais de fins que surgem neste momento é muito extenso e inclui uma grande variedade; mas em cada caso singular possui contornos que podem ser delimitados com muita exatidão. Por isso, até que a intenção de transformar a realidade tenha sido demonstrada, os estados de consciência – como as reflexões, os projetos, os desejos, etc – não têm nenhuma relação direta com a problemática da liberdade.” (LUKÁCS, 2015, p. 108).

Enquanto característica do homem que vive em sociedade e age socialmente, a liberdade jamais está totalmente livre de determinação (2015, p. 109). Mesmo no trabalho mais simples aparecem certos pontos de amarração das decisões, podendo

assumir o direcionamento para um lado ao invés de outro, podendo acarretar um “período de consequências”, no qual o espaço de decisão se torna extremamente limitado ou nulo. Para Lukács (2015, p. 110-111), sob formas sociais mais complexas, o conteúdo da liberdade está vinculado ao conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso. Quanto mais facilmente podem ser transformadas em cadeias causais postas, “mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que ele pode ter”. Desse modo, cada decisão entre alternativas constitui “o centro de um complexo social que conta com o determinismo (*Determiniertheit*) e a liberdade entre os seus componentes dinâmicos”.

Além de ser o resultado real que o homem real afirma no trabalho em luta com a própria realidade, a efetivação do trabalho é também o fato ontológico novo que acontece no ser social, em contraposição ao mero tornar-se outro das coisas concretas nos processos naturais (LUKÁCS, 2015, p.116-117). No trabalho, o homem real se defronta com a totalidade da realidade em questão e a necessidade (entendida como nexos “se... então”, como legalidade concreta em cada caso) é apenas um componente, mesmo que muito importante, do complexo da realidade em questão. Deste modo, a efetividade não se esgota na necessidade de determinados nexos. Para que a posição teleológica se realize de fato, é preciso que o trabalhador preste atenção continuamente à heterogeneidade do ser natural e suas contingências (fatos acidentais). Consequentemente, para Lukács (*idem*, 2015, p. 118) a definição da liberdade como necessidade representa somente que “o movimento livre no material [...] só é possível quando a realidade em questão é corretamente conhecida e, sob todas as formas que assumem as categorias modais, corretamente convertidas em práxis.”

Diferentemente do trabalho originário e das causalidades naturais, as causalidades de caráter social são qualitativamente distintas ao corresponderem a possíveis decisões alternativas realizadas por pessoas e, por isso, heterogêneas e em constante transformação (LUKÁCS, 2015, p. 125). O grau de insegurança destas posições causais é incomparável. No entanto, todas as valorações que aparecem nestas decisões subjetivas estão ancoradas na “objetividade social dos valores”. Portanto, “a validade ou invalidade destes valores” e “a intensidade e duração de sua influência são em última instância resultados deste processo social objetivo” (2015, p. 127).

A liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza, primitiva e limitada. No entanto, a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos: o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria individualidade meramente natural, singular. É neste sentido que Lukács (2015, p. 129), afirma que “o trabalho pode ser entendido autenticamente como modelo de toda liberdade”. Tratando da autêntica liberdade humana o autor afirma:

“O caminho de autossuperação que leva do determinismo natural dos instintos (*von der naturhaften Instinktdeterminiertheit*) ao autodomínio consciente, é o único caminho real para chegar à autêntica liberdade humana. É possível discutir acerca das proporções em que as decisões humanas têm a possibilidade de realizar-se na natureza e na sociedade; pode-se dar a importância que se queira ao momento do determinismo (*Determiniertheit*) em cada posição de um fim, em cada escolha de uma alternativa; a conquista do domínio sobre si mesmo, sobre a própria essência, que originalmente possuía um caráter meramente orgânico, é, indubitavelmente, um ato de liberdade, um fundamento da liberdade para a vida do Homem. Aqui se encontra o âmbito dos problemas que se referem à genericidade (*Gattungsmäßigkeit*) no ser do Homem e a liberdade: a superação da mudez meramente orgânica do gênero, sua permanência no gênero articulado, que está se desenvolvendo, do Homem que se forma enquanto ente social, é – do ponto de vista ontológico-genético – uma coisa só com o ato de surgimento da liberdade. [...] uma liberdade que não esteja fundada na socialidade do homem, que não se desenvolva a partir dessa socialidade – mesmo que através de um salto – é um fantasma (*Phantom*). Se o homem não tivesse se convertido numa essência genérica de ordem social através e no trabalho, se a liberdade não fosse fruto da sua própria atividade, de sua autossuperação em relação à sua própria constituição meramente orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade efetiva.” (LUKÁCS, 2015, p. 129).

Conforme síntese proposta por Braga (1998, p. 33-36), a literatura a respeito da crise do trabalho na sociedade contemporânea, orientada pela obra de autores decisivos como Habermas, Offe, Gorz e outros, domina parcelas expressivas dos intelectuais de esquerda atual. A questão fundamental dos proponentes seria “problematizar o paradigma produtivo centrado na categoria trabalho”. No entanto, ao dicotomizar a problemática do trabalho e a questão da correlação de forças entre as classes (viés economicista), opera o total abandono da perspectiva revolucionária. Ao reduzir a crise

capitalista contemporânea à chamada crise da sociedade do trabalho, induzidos pelo intenso debate político e teórico promovido desde a década de 1960 e pelas transformações empíricas geradas pelo incremento do progresso técnico e o decorrente aumento de desemprego (cf. Capítulo I), concluímos que o aspecto essencial da crítica é o “lugar privilegiado” ocupado pela categoria trabalho no pensamento sociológico desde a “época dos clássicos”.

A perspectiva que sustentamos é de que o progresso técnico implementa, em última instância, enquanto política, o projeto hegemônico das classes dominantes. O debate sobre a crise da sociedade do trabalho corresponde, na verdade, à eliminação tendencial do trabalho humano enquanto “fonte última de toda a riqueza social”. Gorz apud Braga (1998) enxerga a subversão da lógica do capital (sua “agonia”) no advento da *revolução microeletrônica* (a técnica, autonomizada e neutra) e não pela organização e combatividade das classes subalternas. Outros importantes desdobramentos desse equívoco variam da superação do tempo de trabalho como medida do valor de troca, do valor de troca como medida do valor de uso, a superação da lei do valor ao solapamento das bases ideológicas do socialismo.

A transformação cultural-subjetiva, determinada pela revolução autônoma das forças produtivas, promoveria no indivíduo a aspiração de liberar-se do trabalho. A chamada “sociedade do tempo livre”, dada a abolição do trabalho (em sentido econômico), distribuindo melhor o trabalho e promovendo o “tempo livre” para o desenvolvimento de atividades autônomas, superaria o capitalismo sem a necessidade de uma revolução política. Adotando uma estratégia defensivista, caberia ao movimento operário, exclusivamente, as lutas pela redução da duração anual do trabalho, na medida em que, supostamente, *o socialismo já foi alcançado objetivamente* por força da automatização.

Exposto nosso posicionamento crítico quanto as teses do “fim da centralidade do trabalho”, cabe agora avançarmos para a análise das especificidades do complexo do lazer.

2. As determinações gerais do complexo do lazer

Possuir uma ideia genérica da estrutura do ser social, ainda que seja essa estrutura que determine caminhos, direções, ramificações, etc. é absolutamente insuficiente, ainda que imprescindível para a compreensão dos complexos. Como afirma Lukács (1979, p. 111), “se Marx considerava indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, igualmente indispensável lhe aparece a especificação dos complexos e das conexões concretas”. Nesse sentido, ao investigar os traços particulares do complexo do lazer, nos dedicaremos a estabelecer aquilo que é da sua especificidade, examinando a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em concretas situações determinadas e em relação a outros determinados complexos concretos.

Conforme Lukács (1979, p. 150), toda sociedade corresponde a um complexo e é composta por uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos (composta por grupos humanos e homens singulares, cuja reação ao próprio mundo ambiente repousa ineliminavelmente sobre decisões alternativas) que, por isso, agem de modo heterogêneo um sobre o outro. Consequentemente, do ponto de vista ontológico, legalidade e historicidade são formas de expressão - estreitamente ligadas entre si -, de “uma realidade que, por sua essência, é constituída de diversos complexos heterogêneos e heterogeneamente movidos, os quais são unificados por aquela realidade em leis próprias do mesmo gênero” (LUKÁCS, 1979, p. 100).

Conforme Sá (2008, p. 26), “tempo, espaço, matéria e consciência são os elementos ontológicos que vão se traduzir no que temos na atualidade: um tempo condicionado pelas relações sociais e denominado de LAZER”. Nesse sentido, o lazer não é ontológico⁷², mas, histórico. A categoria lazer, enquanto um fenômeno da práxis social é determinada pela própria realidade social. Cabe, assim, analisar as relações sociais de produção, suas contradições, a produção social deste tempo e sua apropriação privada nas relações de luta entre as classes sociais.

Os primeiros estudos internacionais que tematizaram o lazer datam das décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos e na França. Seus conteúdos visam o ajustamento

⁷² De acordo com Peixoto (2007, p. 219), nos estudos do lazer existe um debate sobre uma forma ontológica original daquilo que aparece degenerado no lazer. Esta forma ontológica estaria no “lúdico”, reconhecido como um impulso natural no homem.

dos trabalhadores ao uso moral e utilitário do tempo livre (MASCARENHAS, 2005, p. 05). Mas é no pós-segunda guerra, a partir da década de 1950, que a chamada *sociologia do lazer* vai se desenvolver em outros países. Para Peixoto (2007, p. 58), ancorados nos estudos franceses e americanos, os critérios utilizados nos estudos do lazer brasileiros, de modo geral, não têm contribuído para solucionar o problema do que é o lazer. Ao estabelecer categorias estanques, centradas no *tempo*, na *atividade* ou na *subjetividade*, mesmo quando dispostos conjuntamente, apresentam-se inconsistentes e frágeis na identificação do que seria o lazer.

Recorrendo ao referencial marxiano e engelsiano, particularmente à formulação da filosofia clássica acerca dos *reinos da necessidade* e da *liberdade* e à crítica da divisão social do trabalho, como sugerido pela autora, operamos com o “procedimento teórico essencial para o reconhecimento do modo como, aquilo que identificamos hoje como lazer, se processa em diferentes modos de produção em diferentes momentos históricos” (PEIXOTO, 2007, p. 58).

É a divisão social do trabalho que cria as condições para que “a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente suprassumida” (ENGELS e MARX, 2007, p. 36). Assim que o trabalho começa a ser “distribuído”, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo, determinado e imposto ao qual não pode escapar⁷³ sem comprometer também a própria existência. A fixação da atividade social – produto do trabalho humano –, num poder objetivo para além do nosso controle aparece como sendo natural, embora desencadeada pela força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos e condicionada pela divisão do trabalho. Não se trata do seu próprio poder unificado, mas de algo estranho, uma potência que os trabalhadores já não controlam e que “percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir.” (*idem*, 2007, p.37-38).

⁷³ De acordo com os autores, sob o domínio do capital “o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida”. Essa realidade é contraposta as possibilidades da sociedade comunista: “onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (2007a, p. 37).

Por meio da cooperação⁷⁴ a jornada de trabalho combinada diminui o tempo de trabalho necessário e produz maiores quantidades de valor de uso, sem que a força produtiva social do trabalho custe mais para o capital. Desse modo, a concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é “a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração.” (MARX, 1996, 446). Porém, enquanto na manufatura (século XVI ao XVIII) - cooperação baseada na divisão do trabalho, na graduação hierárquica e na distinção entre trabalhadores qualificados e não qualificados (com a respectiva desvalorização relativa da força de trabalho) -, o revolucionamento do modo de produção era baseado no desenvolvimento da força de trabalho, com a maquinaria e a grande indústria, este ocorre tendo como ponto de partida os meios de produção (MARX, 1996a, p. 7) condicionando as diversas esferas da indústria e operando também uma revolução nos meios de comunicação e transporte (*idem*, 1996a, p. 18).

A divisão do trabalho serve, assim, de base à divisão da sociedade em classes⁷⁵. A sociedade permanecerá dividida em classes enquanto o trabalho global da sociedade for capaz de proporcionar um pouco mais do que as necessidades elementares de todos e o trabalho consumir quase todo o tempo da maioria dos membros da sociedade. Paralelamente a essa maioria que suporta a carga do trabalho, “forma-se uma classe que se exime do trabalho diretamente produtivo e a cujo cargo correm os assuntos gerais da sociedade: a direção dos trabalhos, os negócios públicos, a justiça, as ciências, as artes,

⁷⁴ Para Marx (1996, p. 442), “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação. [...] a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. [...] Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie.”

⁷⁵ “A divisão da sociedade em uma classe exploradora e outra explorada, em uma classe dominante e outra oprimida, era uma consequência necessária do anterior desenvolvimento incipiente da produção” (ENGELS, 2014).

etc.” (ENGELS, 2014). Da divisão social do trabalho resulta uma divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de modo que no interior da própria classe uns apareçam como seus pensadores, “que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência”, enquanto outros se comportam de forma mais passiva e receptiva por deterem “menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios” (ENGELS e MARX, 2007a, p. 48-49). Além disso, cada nova força produtiva, ao não ser somente extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas, tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho (*idem*, 2007a, p. 89).

Se a divisão da sociedade em classes tem sua razão histórica de ser, esta se justifica apenas sob determinadas condições sociais. Consequentemente (ENGELS, 2014), a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento em que a apropriação dos produtos e meios de produção e, consequentemente, “do poder político, do monopólio da cultura e da direção espiritual por uma determinada classe da sociedade [...] constitui econômica, política e intelectualmente uma barreira levantada ante o progresso”. A socialização dos meios de produção além de eliminar os obstáculos artificiais à produção encerra a produção de mercadorias e o domínio do produto sobre os produtores, colocando em circulação para a coletividade toda uma massa de meios de produção e de produtos. Sendo assim, é sob o modo de produção capitalista que surge a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, “através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e intelectuais” (*idem*, 2014). Ainda, para o autor,

“Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e se sobrepõe às condições animais de existência, para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cerca o homem e até agora o dominam, colocam-se, a partir desse instante, sob seu domínio e seu comando e o homem, ao tomar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor consciente

e efetivo da natureza. As leis de sua própria atividade social, que até agora se erguiam frente ao homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam a seu império, são agora aplicadas por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, submetidas a seu poderio. A própria existência social do homem, que até aqui era enfrentada como algo imposto pela natureza e a história, é de agora em diante obra livre sua. Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. **É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.**” (grifos nossos)

Além dos dois aspectos ressaltados na obra dos autores alemães por Peixoto – a saber, o reino da necessidade e da liberdade e a divisão social do trabalho –, destacamos um terceiro que, enquanto pressuposto, merece atenção pela centralidade que assume para o entendimento do chamado fenômeno do lazer: a propriedade privada.

O desenvolvimento da divisão social do trabalho e suas diferentes fases significam também formas diferentes da propriedade, determinando “as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (ENGELS e MARX, 2007a, p. 89-91). A primeira forma, a forma da propriedade tribal, corresponde a fase em que a divisão do trabalho é pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família e combinada ao trabalho escravo incipiente.

A segunda forma, a propriedade estatal ou comunal da Antiguidade, remete a unificação de mais de uma tribo numa *cidade* por meio de contrato ou conquista. Persiste o trabalho escravo (propriedade privada comunitária dos cidadãos ativos), se desenvolve a propriedade privada móvel e, mais tarde, a propriedade privada imóvel subordinada à propriedade comunal. Ocorre a oposição entre cidade e campo e, mais tarde, entre Estados e no interior das cidades sucede a oposição entre a indústria e o comércio marítimo.

A terceira forma é a propriedade feudal ou estamental, resultante da ampliação territorial possibilitada pelos conquistadores, baseada no campo e composta por uma

escassa população formada por pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora. O poder sobre os servos era mantido pela nobreza com a estrutura hierárquica da posse da terra (monarca, príncipes, nobres e clero) e a vassalagem armada. Paralelamente, surge a oposição às cidades com a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios (mestres, oficiais e aprendizes) e a plebe de diaristas das cidades. A estrutura dessa oposição era condicionada pelas limitadas relações de produção: o escasso e grosseiro cultivo da terra e pela indústria artesanal. A divisão entre indústria e comércio desenvolveu-se nas novas cidades apenas mais tarde, quando elas passaram a se relacionar umas com as outras. Nota-se que a estrutura feudal e a propriedade comunal antiga, correspondiam a associações opostas à classe produtora dominada.

Mediante a polarização entre trabalhadores livres⁷⁶ e os detentores de dinheiro, meios de produção e subsistência, que se opõem e entram em contato no mercado, estão dadas as condições para a produção capitalista. Desse modo, seu fundamento é a separação entre os trabalhadores (assalariados) e a propriedade das condições da realização do trabalho (a transformação dos meios sociais de subsistência e de produção em capital), relações reproduzidas em escala sempre crescente. A chamada acumulação primitiva corresponde justamente ao processo histórico de separação do produtor dos meios de produção. (MARX, 1996a, p. 340)

De acordo com Peixoto, ao discorrerem sobre os reinos da necessidade e da liberdade e à crítica da divisão social do trabalho, Marx e Engels elaboram as condições teóricas (e políticas) que possibilitam o desvelamento das razões pelas quais o ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** esteve historicamente restrito a uma parcela da sociedade. Ao aprisionarem as classes que efetivamente realizam a produção à condição de produtores da existência de toda a sociedade, sejam escravos, servos ou trabalhadores livres, a partir da divisão social do trabalho e pela posse dos meios de produção, uso da ideologia ou da força, a correspondente classe dominante possui a exclusividade desse gozo. Sob determinados modos de produção e contextos históricos, tanto o *ócio*, *scholé* ou *licere*, referem-se fundamentalmente “**ao direito**

⁷⁶ “Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.” (MARX, 1996a, p. 340).

social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; àquilo que convencionamos chamar de cultura⁷⁷” (2007, p. 57).

A ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, uma imposição peculiar ao capitalismo industrial e que revolucionou o tempo social, opôs tempo livre e tempo de trabalho (THOMPSON *apud* MASCARENHAS, 2005, p. 230). A produtividade expressa pela nova disciplina do relógio rivalizou com o ócio e invadiu o tempo livre buscando conciliá-lo ao trabalho. É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial.

Considerando o exposto até o momento, a categoria modo de produção se mostra decisiva para o entendimento do lazer (PEIXOTO, 2007). O desenvolvimento “definitivo” e a exposição da categoria modo de produção coube a Marx em seu *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Para o autor (2008, p. 47), “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”. Na produção social da própria existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. A totalidade das relações de produção (num determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais) compõe a estrutura econômica da sociedade. Sob essa base (estrutura), é constituída uma superestrutura jurídica e política (formas sociais determinadas de consciência). Sendo assim, é o ser social que determina a consciência dos homens. No desenvolvimento do ser social, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (forma jurídica das relações de propriedade), originando uma época de revolução social.

Analisando o tempo de trabalho, Cunha (1987, 11-12) observa sua estreita relação com três fatores: a) as forças produtivas (instrumentos, máquinas e técnicas utilizadas); b) as relações sociais de produção (forma da sociedade: tribal, escravista, feudal, etc) e; c) a luta política efetivada no interior das relações sociais. Embora a diminuição do tempo de trabalho aparente ser resultado do desenvolvimento dos dois

⁷⁷ Cultura também compreendida como superestrutura na obra dos autores.

primeiros fatores - condição indispensável para a redução -, o determinante para o recuo ou ampliação do tempo de trabalho é a luta política no interior das relações sociais: “o estopim para o recuo do tempo produtivo e a transformação desse tempo em outra coisa qualitativamente diferente, ‘não produtiva’”.

De acordo com Cunha (1987, p. 33), a expansão da produtividade na época das manufaturas até a fase de concentração de capital e tecnologia (final do século XIX), ocorreu em função da ampliação do tempo produtivo. A redução posterior, no entanto, foi consequência de dois fatores: a intensificação do trabalho, possibilitada pela maquinaria e a politização das relações de trabalho. O segundo aspecto baseou-se na necessidade, imposta pelos trabalhadores⁷⁸, de reduzir a espoliação do trabalho e do tempo de trabalho, por meio dos movimentos mais amplos de transformação política e econômica da sociedade capitalista (melhores salários, sufrágio universal, educação popular, extinção do Estado etc) e que, recorrendo aos seus instrumentos de luta, promovia o temor pela perda completa do domínio do capital, estimulando-o a fazer concessões.

É mediante a intensificação da luta sindical e partidária nos países centrais em fins do século XIX, a expansão da acumulação do capital industrial e a divisão internacional do trabalho impulsionada pelo imperialismo, que a mais-valia absoluta pode ser gradativamente absorvida pela mecanização e transferida ao trabalho, permitindo o retraimento do tempo socialmente necessário à produção. Nesse sentido,

“Foi preciso a conjugação das lutas operárias, sempre tardias em relação à própria gênese do proletariado industrial, do advento da grande empresa, da modificação da natureza da mais-valia e do desenvolvimento do imperialismo para que o tempo de produção regredisse. Os tempos residual e de lazer são produtos políticos de emancipação, cujas fronteiras se situam na capacidade de crescimento do produto social, da produtividade e, consequentemente, do nível de vida da população trabalhadora”. (CUNHA, 1987, p. 38-39).

⁷⁸ São exemplos do processo de organização dos trabalhadores (CUNHA, 1987, p. 36): a Working Men's Association (1836), a People's Charter (1838-1848), o socialismo cristão de Buchez e de Leroux, o comunismo utópico de Cabet, o revolucionarismo xenófobo de Blanqui, o marxismo, o anarquismo de Bakunin e de Kropotkin, o proudhonismo, as revoluções de 1830, de 1848, a Comuna de Paris, o sindicalismo de Labriola e de Sorel, a idéia das greves gerais (Tortellier, Dormoy) etc.

O desvelamento do que tem sido o lazer, forma predominante de apropriação do “tempo livre” sob o capitalismo e o seu dever-ser, portanto, pressupõe a investigação dos processos históricos que permitem e determinam a sua produção. Por sua vez, o reconhecimento destes pressupõe a compreensão da particularidade do seu acontecimento em uma dada formação social, no movimento das relações complexas e contraditórias que este contexto particular estabelece com o modo como se processa num dado momento histórico a produção universal. Sendo assim, o lazer corresponde “a um produto da atividade vital do homem enquanto ser social e objetiva-se nas mesmas condições nas quais objetiva-se o trabalho” (PEIXOTO, 2011, p. 336-337).

O lazer, enquanto produto histórico do trabalho humano (forma concreta e abstrata) está imerso na totalidade contraditória e dialética na qual o trabalho se efetiva em diferentes modos de produção da existência (expressão do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em determinados contextos: comunal, escravista, feudal, capitalista e no socialismo “real”). Portanto, se a fruição do lazer depende, em última instância, da produção de condições objetivas para que se efetive o usufruto do tempo, das atividades e dos valores – tomados em cada momento histórico, de acordo com as concepções de diferentes grupos sociais inseridos em formações sociais diferenciadas e determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção -, seu entendimento só é possível pela correta compreensão da produção da existência individual e social nos diferentes modos de produção.

Na medida em que o aumento do “tempo livre” da classe trabalhadora poderia viabilizar o reconhecimento da situação de exploração e a consciência da necessidade da revolução social, seu desenvolvimento é impedido pela ação de diversos mecanismos. Expostos os determinantes gerais do fenômeno do lazer, adentraremos nas suas particularidades desencadeadas pela relativização do luxo e da necessidade, conforme observado por Mascarenhas (2005). Retomaremos a seguir as análises de Mészáros sobre a taxa de utilização decrescente das mercadorias para refletirmos sobre sua posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico contemporâneo e os seus desdobramentos nos bens e serviços, meios de produção e força de trabalho.

A taxa de utilização decrescente, em certo sentido, está implícita nos avanços produtivos. Ao afetar a natureza da atividade produtiva, determina como o “tempo disponível total de uma dada sociedade” será distribuído entre a produção de bens de consumo e aqueles que continuam utilizáveis/reutilizáveis. Sob o capital, porém, avanços produtivos em favor dos produtos de “consumo” rápido e da destrutiva dissipação de recursos, impõem à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato (*hand to mouth economy*), injustificável se levamos em conta o desenvolvimento das forças produtivas e as potencialidades da humanidade acumuladas. Desse modo, a “lei tendencial da *taxa de utilização decrescente*”⁷⁹ assume na atualidade uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico (MÉSZÁROS, 2011, p. 653).

A relativização do luxo corresponde a uma das manifestações dessa lei. O capitalismo define sua relação com o *valor de uso* e o *valor de troca* atacando os limites associados à produção orientada para o valor de uso, e a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo restritivo dessa produção. Assim, enfrentando o *absolutismo moral*, a questão do “luxo” e da necessidade precisa ser *relativizada* legitimando práticas produtivas orientadas para o aumento da “riqueza da nação”, por meio da vasta expansão na quantidade e na variedade das mercadorias consumíveis individualmente. Desse modo, a “relativização e a legitimação do luxo e o reconhecimento da produção de riqueza material – individualmente orientada – como objetivo da humanidade significam também, inevitavelmente, a *relativização dos valores*” (*idem*, 2011, p. 644).

A diferença entre a condição atual e a postura da economia política analisada por Marx salta aos olhos. A economia política correspondia hegemonicamente à ciência da renúncia, da privação, da poupança e que tinha seu ideal moral no trabalhador que leva à caixa econômica uma parte de seu salário (MARX, 1978, p. 18). Consequentemente,

⁷⁹ Conforme Hungaro (2008), bem antes de Mézáros, Lafargue (e Marx) notaram a lógica da diminuição da taxa decrescente de utilização de valores de uso: “Sobre isso, Lafargue, depois de Marx, já antecipava essa criação de falsas necessidades e da obsolescência programada das mercadorias como uma das formas para solucionar o problema da superprodução/circulação de mercadorias. ‘[...] o grande problema da produção capitalista não é mais encontrar produtores e redobrar suas forças, mas descobrir consumidores, excitar seus apetites e neles criar falsas necessidades [...] Em Lyon, em vez de deixar a fibra da seda com sua simplicidade e flexibilidade naturais, sobrecarregam-na com sais minerais que, aumentando-lhe o peso, tornam-na quebradiça e de pouca utilidade. Todos os nossos produtos são adulterados a fim de facilitar seu escoamento e encurtar sua existência. Nossa época será chamada de idade da falsificação’”.

ao reduzir a necessidade do operário à “manutenção da vida física” e sua atividade “ao mais abstrato movimento mecânico”, o economista afirmava que “o homem não tem nenhuma necessidade de atividade nem de gozo e declara que esta vida é também vida e modo de existência humanas”. O operário é condenado a “um ser sem sentidos e privado de necessidades” e, por isso, “todo luxo do operário parece-lhe censurável e tudo o que excede a mais abstrata necessidade — tanto como gozo passivo ou como exteriorização de atividade — configura-se lhe um luxo⁸⁰”.

Subordinando o valor de uso (necessidade) ao valor de troca e indo além dos limites do consumo, antecipando-o e estimulando-o (papel crescentemente manipulador), novas potencialidades produtivas são postas no capitalismo contemporâneo. Se a relação de alguém com um dado produto for caracterizada pela taxa de utilização mínima ou máxima, não afeta a única coisa que importa ao capital: que uma quantidade de valor de troca foi realizada na mercadoria pelo ato de venda⁸¹, independentemente dela estar sujeita a uso constante, a pouco ou a nenhum uso⁸². Sendo assim, “enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e reusada [...], melhor é do ponto de vista do capital: já que tal *subutilização* torna vendável outra peça de mercadoria.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 661).

Para o autor húngaro (2011, p. 669-672), a *taxa de utilização decrescente* afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas: 1) bens e serviços; 2) instalações e maquinaria; e 3) a força de trabalho.

Com relação à primeira, a tendência é perceptível por meio da crescente velocidade da circulação/*turnover* do capital. No início, atraindo novos grupos para a estrutura de consumo além do básico, ou tornando disponíveis também para as classes trabalhadoras - ao menos nos países capitalistas avançados -, mercadorias anteriormente reservadas aos privilegiados, como é o caso do fenômeno do turismo e de outras

⁸⁰ “E não deves poupar somente teus sentidos imediatos, como comer, etc.. mas também a participação em interesses gerais (compaixão, confiança, etc); tudo isto deves poupar se quiseres ser econômico e não quiseres morrer de ilusões.” (MARX, 1978, p.20).

⁸¹ Qualquer coisa que assegure a lucratividade de modo contínuo numa empresa particular, também a qualifica como empreendimento economicamente viável, não importando quão absurdamente perdulário possa ser um procedimento produtivo particular, desde que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado.

⁸² Mészáros nos oferece o exemplo da câmara fotográfica, que podemos usar apenas uma vez por ano, nas férias se tanto.

manifestações do lazer. Entretanto, as mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes, tornando necessário *reduzir* a taxa de uso da mercadoria, *encurtando* deliberadamente sua vida útil⁸³ e lançando um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas. Porém, apesar da prática da “obsolescência embutida” aliada aos esforços manipulatórios de propaganda, não é muito fácil assegurar a motivação para o descarte perdulário de bens perfeitamente utilizáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais e as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos⁸⁴.

No que tange as instalações e maquinaria, a taxa de utilização decrescente se manifesta na forma de subutilização crônica, acoplada a uma pressão crescente que artificialmente encurta o ciclo de amortização dos mesmos, sob a conveniente ideologia da “inovação tecnológica”. O Estado como patrocinador direto, fornece até às mais ricas corporações multinacionais os fundos necessários para a “renovação” e o “desenvolvimento de instalações”, além de permanentemente sustentar e subsidiar a iniciativa privada através do financiamento e da organização da pesquisa de orientação tecnológica direta e da chamada “pesquisa básica”.

Por fim, no que se refere a força de trabalho, a taxa de utilização decrescente (na forma de desemprego crescente) não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais. O capital não pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero “fator de produção”, nem mesmo explorando ideologicamente a oposição fictícia entre

⁸³ A “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto”); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais; o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção.

⁸⁴ Na busca pela eliminação de obstáculos ao impulso do capital e por garantias mais seguras de lucratividade, o Estado, pela emergência e consolidação do “complexo militar/industrial” se apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedentes aparentemente ilimitados, eliminando os riscos de se apostar no consumo real. Sua justificativa e legitimação automáticas apelam à ideologia do “interesse” e da “segurança nacional”, combinando a ação dos três poderes aos complexos industriais/militares correspondentes. Desse modo, com a sustentação institucional direta proporcionada pelo Estado, as consequências negativas da taxa de utilização decrescente – ao menos por um período histórico –, podem ser convertidas em poderosas alavancas de expansão capitalista, como testemunhamos nas décadas do pós-guerra. Essa mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista é realizada pelo deslocamento radical da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*.

trabalhador e consumidor⁸⁵. E na medida em que o estado saudável ou “disfuncional” do sistema é determinado com fundamento na identidade estrutural entre trabalho e “massa consumidora”, o trabalho assume posição estratégica objetiva, independentemente da consciência ou não de seu potencial emancipatório. Sob o predomínio da taxa de utilização decrescente, ganha destaque a contradição a seguir: de um lado, encontramos o apetite *sempre crescente* do capital por “consumidores de massa” enquanto, de outro, a sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo. Quando o potencial para afastar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente das duas primeiras dimensões (1-bens e serviços; e 2- instalações e maquinário) não conseguir um efeito suficientemente abrangente, é ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção (*desemprego em massa*), independentemente de suas consequências para a posição da “massa consumidora”⁸⁶.

Estudos culturais e teorias da pós-modernidade afirmam que vivemos numa sociedade de consumo, fortalecedora das identidades individuais e da liberdade de escolha dos cidadãos-consumidores. Essa perspectiva aceita a tese de que o fator organizador da sociedade contemporânea encontra-se na esfera do consumo. Diferentemente, a partir de uma análise que compreenda o consumo como parte de um processo único que inclua a produção, a distribuição e a circulação das mercadorias, cujas fases são pressupostas, entrelaçadas e determinantes, porém análogas, é possível afirmar que “a sociedade contemporânea é menos uma sociedade de consumo e mais uma sociedade ideologizada pelo consumo” (ZACARIAS, 2013, p. 107).

Para Zacarias (2013, p. 120) “a lógica mercantil e a ideologia do consumo, invadiram e saturaram o conjunto das relações sociais”. Porém, apesar de ter esgotado o consumo de massa do ponto de vista do capital, não conseguiu, na perspectiva das demandas sociais efetivas, atender nem a maioria da população com os bens de consumo de primeira necessidade (a sociedade de consumo existe somente para 20 a

⁸⁵ A economia política burguesa além de inventar “o Consumidor” como entidade independente, também invoca o capitalista como “o Produtor”, reduzindo ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante, refletindo e legitimando a mais antissocial e desumanizante tendência do capital para a expulsão brutal do trabalho vivo do processo de trabalho.

⁸⁶ Enquanto a taxa de utilização decrescente pode multiplicar o número de transações no círculo já dado, não há razão alguma para arriscar ampliando a periferia da circulação. Desse modo, milhões são eliminados do consumo, em particular na periferia do globo. Nessas regiões, sob contínua extorsão de mais-valia absoluta e com grandes ou pequenos avanços produtivos, ao se tornar necessário ampliar o círculo de consumo nos países capitalistas ocidentais, o capital será bem compensado.

40% da população mundial), revelando a perversidade e a iniquidade na distribuição do consumo no planeta (2013, p. 124). Paradoxalmente, ocorre a total subordinação das necessidades à reprodução do valor de troca, com o capitalismo utilizando técnicas⁸⁷ como a estética da mercadoria e a obsolescência planejada para impor seus valores e levar os indivíduos a acreditarem que não existe um outro modo de organizar a sociedade.

Mascarenhas (2005, p. 93-94) observa que no mercado-mundo contemporâneo do desperdício, a produção e distribuição capitalista do lazer ampliam o leque de variáveis expansionistas da *indústria cultural globalizada*⁸⁸, resguardada a preferência por aquelas mercadorias que possuem as “virtudes” da descartabilidade rápida e consumo imediato. Nesse sentido, o capital converte a busca do prazer – incluindo a busca corporificada ou coisificada nas práticas de lazer – num poderoso instrumento para sua autovalorização (HAUG apud MASCARENHAS, 2005). Desse modo, o lazer é perfeitamente adequado ao “recorte das novidades e perspectivas abertas pela taxa decrescente do valor de uso, especialmente, aquelas despertadas pela *inovação estética*, pela *obsolescência prematura* e pela *obsolescência instantânea* das mercadorias.”.

Impulsionados pelo mimetismo e modismos a seguirem os padrões e hábitos de consumo do lazer dos “superiores”, a população pobre e a classe média acessam eventualmente o *lazer-genérico* e o *lazer-de-segunda-mão* (MASCARENHAS, 2005, p. 134-135). Esses setores não podem ser considerados absolutamente excluídos e nem propriamente integrados ao mercado de consumo⁸⁹. Porém, as oportunidades de lazer que possuem estão envolvidas pela reabilitação do luxo.

⁸⁷ Mesmo a lógica do consumo responsável pelo meio ambiente (o chamado “consumo consciente”) opera nos limites do capital, apesar de oferecer uma “série de produtos e medidas que ‘amenizem a culpa’ pelo consumo em uma sociedade permeada pelo discurso do aquecimento global, como comprar produtos orgânicos ecologicamente corretos, ou investir na neutralização do carbono, através, por exemplo, do plantio de árvores”. Trata-se de uma mercadoria com atributo de “redenção”. Nesse modelo, “o consumidor não precisaria se preocupar ao consumir produtos que já trouxessem a garantia de que ele fez a escolha certa: ao consumir produtos ecologicamente corretos, ele poderia se eximir da culpa porque alguém já teria se responsabilizado por ele. Ele teria que ser responsável, apenas, na hora de tomar a decisão sobre qual produto ou marca comprar; ou, depois do consumo, sobre como neutralizar suas pegadas ecológicas”. (FONTENELLE, 2010, p. 221).

⁸⁸ Na fase monopolista, a sobrevivência das *fabriquetas de lazer* é constantemente ameaçada pela moderna *grande indústria do lazer*, capaz de altos investimentos devido a concentração e centralização do capital, resultado da concorrência, acesso ao crédito, incorporações, fusões, métodos de inovação etc (MASCARENHAS, 2005, p. 166).

⁸⁹ “Esta desigualdade se manifesta pelos objetos e serviços consumidos: viagens, teatros, restaurantes, boates, shows, exposições, roupas de grife, academias e esportes de aventura contrastam, só para ficar num exemplo, com as divertidas escapadelas aos shoppings e hipermercados. Mais uma vez se reproduz aqui a polarização das saídas ricas para os ricos e das saídas pobres para os pobres. Óbvio que a cultura

A segmentação do mercado é outro aspecto explorado por Mascarenhas (2005, p. 136-137). Este age formatando nichos especializados conforme os valores e interesses de indivíduos e coletividades identificados como “diversidades padronizadas” no que se refere aos hábitos de consumo, especialmente, aqueles que se traduzem pelas *saídas* realizadas. Com a mesma velocidade com que valores, comportamentos, estilos e modos de vida caem em desuso, a instantaneidade do consumo das práticas de lazer, os gostos, desejos e objetos propiciam a rápida descartabilidade.

O consumo diversificado e segmentar colado às necessidades e desejos individuais possibilitam produtos e serviços cada vez mais personalizados, desintegrando a *cultura da casa*⁹⁰ e repondo em seu lugar a *cultura das saídas* (2005, 227-228). Turismo, alimentação e vestuário são exemplos dessas mudanças. Nesse sentido, a força de trabalho intelectual é intensa e extensivamente explorada pelo capital com o objetivo de aumentar a flexibilidade, fluidez e inovação nos bens e serviços de consumo e, principalmente, produzindo a subjetividade do próprio consumidor.

Os *trabalhadores criativos* ou *ócio-criadores* da publicidade, da moda, do *marketing*, da televisão, da informática, quase sem exceção, estão envolvidos em gerar necessidades de consumo, em produzir inovação e obsolescência. E por mais destruição que possa estar envolvida no processo de produção de uma mercadoria, por mais presa à lógica da descartabilidade e desperdício que esteja, por maior degradação da força de trabalho na outra ponta e destruição ambiental que cause, por mais descolada do atendimento às reais necessidades humanas que se encontre, o objetivo de tais trabalhadores é colocar toda a sua criatividade a prova, concebendo, desenhando, planejando e propagandeando esta mesma mercadoria.” (2005, p. 221).

Buscando reconhecer outros elementos envolvidos na disputa pela consciência dos trabalhadores brasileiros, abordaremos a seguir o processo histórico dos estudos do lazer no país.

das saídas contradita ainda com a tradição impregnada no modo de ser e viver de amplos setores populacionais, cujo tempo livre comporta práticas de lazer típicas de uma sociabilidade alicerçada sobre relações de parentesco, vizinhança e procedência. [...]É obvio que tal referência é apenas ilustrativa de uma nova e pertinente classificação, pois de modo algum as saídas suplantam as antinomias da tradição versus a modernidade, do erudito versus o popular, do local versus o global etc., mas as sincretizam, associam e combinam dentro de um campo cultural mais e mais mundializado, fincando as novas balizes para o consumo no capitalismo avançado.” (MASCARENHAS, 2005, p 135).

⁹⁰ Sob o fordismo a família compunha o núcleo básico de consumo, forjando um tipo de ambiente propício para a economia e o crédito necessário para a compra de automóveis e eletrodomésticos.

3. O processo histórico dos estudos do lazer no Brasil

Para Peixoto (2007, p. 14), na produção dos estudos do lazer no Brasil encontra-se uma multiplicidade de termos que estão dispersos⁹¹ em estudos das mais diversas áreas do conhecimento⁹². Durante as primeiras décadas do século XX esteve identificado com jogos, brinquedos, brincadeiras e reunidos sob a expressão recreação. Em meados do século surge a expressão lazer, associada a recreação, para referir-se ao tempo e às atividades nos repousos remunerados - como ficou conhecido no campo do direito -, decorrentes da redução da jornada de trabalho. Tempo livre e lazer são as expressões recorrentes na sociologia utilizadas para discutir os problemas gerados pela intensificação da jornada de trabalho, pelas lutas para a sua redução e pelo tempo conquistado com estas lutas. Coube à educação uma volumosa produção visando compreender o lúdico ou o jogo enquanto recursos pedagógicos para o ensino de normas e valores de convívio social ou mesmo o aprendizado dos demais conteúdos escolares.

Considerando o conjunto da produção dos estudos do lazer desde o início do século XX é possível afirmar que a dispersão de expressões que identificam os estudos do lazer oculta a problemática central: “a forma do trabalho no modo capitalista de produção da existência, organizado sob uma complexa divisão social, toda ela voltada para a produção da mais valia e pela total exclusão e desprezo das necessidades daqueles que o realizam, marcada pelo total impedimento ao homem de uma vida plena de sentido” (PEIXOTO, 2007, p. 23). Desse modo, prevalece a ausência do enfrentamento teórico da problemática, impedindo uma análise crítica e radical na perspectiva da superação do capital.

⁹¹ A dispersão desta produção ocorre por diferentes instrumentos de veiculação (periódicos e eventos das várias áreas) como resultado da complexificação dos processos de produção do conhecimento através da divisão social do trabalho científico em disciplinas e que “contribui para a fragmentação do saber e impossibilita o reconhecimento da complexidade do objeto.” (PEIXOTO, 2007, p. 22)

⁹² De acordo com Gomes *apud* Peixoto (2007, p. 29), tomando a produção de teses e dissertações no Brasil sobre o lazer (em estudo publicado no ano de 2004), a Educação Física é apontada como a área com “a maior quantidade de trabalhos produzidos sem dissolução de continuidade”. Sendo: Administração (19), Antropologia (18), Arquitetura e urbanismo (12), Ciências Sociais (16), Comunicação (26), Educação (56), Educação Física (67), Enfermagem (5), Engenharia (6), Geografia (10), História (23), Medicina (3), Psicologia (21), Saúde Pública (6), Serviço Social (7), Análise Regional (1), Artes visuais (2), Ciências da Informação (3), Ciência Política (1); Epidemiologia (1); Extensão Rural (1); Filosofia (1); Letras (1) Meio Ambiente (2); Memória Social e Documento (2); Multidisciplinar (1); Planejamento Urbano e Regional (4) e Turismo e Hotelaria (1).

No interior da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil, ao considerar as características gerais internas à produção quanto (1) as problemáticas mais frequentes e (2) ao perfil das proposições políticas para a solução destes problemas, são identificados 4 ciclos⁹³ (PEIXOTO, 2007): 1891-1968, 1968-1979, 1979-1989 e 1990 aos dias atuais.

O primeiro e longo ciclo dos estudos do lazer ocorre entre 1891-1968. O eixo dessa produção foi a disseminação de acervos de jogos, brinquedos, brincadeiras, escotismo, acampamentos, acantonamentos, excursões e pela definição de uma política de recreação visando à conformação moral e ideológica da classe trabalhadora e de seus filhos ao projeto burguês de desenvolvimento da industrialização.

Na virada do século XIX e início do século XX, mediante uma economia mundial hegemônica pela Inglaterra, seguida pela Alemanha, Estados Unidos e França, coube aos países periféricos a importação de produtos manufaturados e exportação de primários (MASCARENHAS, 2005, p. 156). No entanto, além dos produtos materiais, foram também importados “indiretamente” os modelos e as instituições da sociedade burguesa. Combinado aos ciclos de implantação da industrialização brasileira (1808-1850; 1850-1930) tem-se a expansão de um mercado de consumo interno quase que inteiramente dependente das trocas externas, baseado na moda européia. Sendo assim, além das exposições

“um enorme conjunto de novos comportamentos, muitas vezes definidos a partir da apropriação dos divertimentos, coloca em evidência o aparecimento de códigos de pertencimento social e estilos de vida orientados pelo consumo, processo provocado pela extensão da lógica capitalista que apanhava as grandes cidades do país. Exemplo emblemático, a cidade de São Paulo das primeiras décadas do século XX representava não só a constituição do Estado moderno, o surgimento de uma burguesia nacional, a propagação dos ideais liberais, a reorientação do espaço urbano e das transformações no mundo do trabalho, mas, também, o nascimento da indústria publicitária e da expansão do mercado de bens e serviços culturais.” (MASCARENHAS, 2005, p. 157)

⁹³ Essa divisão deve ser considerada para efeito de estudos, uma vez que traços característicos de um ciclo permanecem nos seguintes, tomando-se como parâmetro critérios internos à produção e externos, relacionados ao movimento mais amplo do capitalismo monopolista e imperialista (PEIXOTO, 2007, p. 87).

Pelo exposto até aqui é possível afirmar que a intitulada “*invenção do lazer*”, conforme Marcassa *apud* Marcarenhas (2005, p. 158) é marcada por distintos interesses, ao qual se inclui a exploração comercial do divertimento de massas. A gênese e o desenvolvimento das primeiras empresas privadas dedicadas à diversão é fenômeno próprio da mercantilização da cultura, característica do que viria ser compreendido como indústria cultural, denunciando os vínculos dos primórdios do lazer com a forma mercadoria.

Ainda que se encontrem registros desde fins do século XIX, é consenso entre os estudos do lazer no Brasil que a consolidação destes ocorrerá somente na década de 1970. Hegemonicamente, os discursos sobre o lazer nesse intervalo temporal buscavam “auto-sustentar-se na direção de uma definição e de uma prática que se admitiam e que se queriam como verdadeiras para os usos do tempo livre” (MASCARENHAS, 2005, p. 07). Esse viés ideológico da *teoria do lazer* determinava suas representações e práticas, estabelecendo o que se esperava destas: “algo disciplinador e compensatório, contribuindo moral e fisicamente para a produção e reprodução da força de trabalho”, opondo-se a qualquer tipo de lazer que expressasse outros hábitos e modos de vida⁹⁴. Tratava-se de um enfrentamento contra “as concepções subjetivistas e hedonistas de lazer, via de regra, consideradas como um entrave à formação do operário-massa por se alicerçarem em teorias negadoras do trabalho.”

O conteúdo desse enfrentamento correspondia a um amplo projeto de contenção das lutas de classe que explodiam desde as primeiras décadas do século XX no país (PEIXOTO, 2007, p. 93-94). Almejava-se a conformação dos trabalhadores aos interesses burgueses, por meio da estruturação de “uma legislação trabalhista, da reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na racionalização taylor-fordista até a racionalização do repouso e tutela do tempo livre”. Esse projeto burguês de neutralização da luta de classes está consignado na Consolidação das Leis do Trabalho (1943), na regulamentação do ensino industrial e secundário (1942), o ensino comercial (1943), normal e primário agrícola (1946),

⁹⁴ As iniciativas conduzidas pelo Estado brasileiro, visando a administração das já existentes conquistas trabalhistas sobre o tempo livre, sempre buscando coibir o ócio e a preguiça entre a população trabalhadora – perigos geralmente associados às formas tradicionais de diversão e cultura popular herdadas do período colonial e vistos como ameaça à ordem e progresso ditados pela nova racionalidade –, cumprem papel decisivo no aparecimento e amoldamento dos novos divertimentos.” (MASCARENHAS, 2005, p. 157).

complementados pela criação do Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAC e SESI) e das bases daquele que será o maior Sistema de Prestação de Serviços em Lazer no Brasil⁹⁵.

O lazer promovido a *antivalor* ou *antimercadoria*, na forma das políticas sociais⁹⁶, coabitava com sua manifestação privada, em menor escala como mercadoria adquirida no âmbito das trocas comerciais e majoritariamente como critério de identificação e pertencimento de classe através do associativismo nos círculos e clubes sociais. Tratava-se de um importante entrave à sua imediata e generalizada subordinação real às leis gerais do capital. Desse modo, concorriam diferentes tipos de lazer: “o *lazer privado*, dos clubes e associações; o *lazer público*, difundido pelas políticas sociais; e o *lazer mercantil*, disponível no comércio”. Apesar da diversidade, “a lógica que embalava o lazer estava muito mais ligada a uma orientação ideológica e instrumental do que, propriamente, a uma orientação mercantil, ainda que ela existisse.” (MASCARENHAS, 2005, p. 159).

Os esforços de contenção da classe trabalhadora brasileira além de atenderem aos interesses da burguesia interna representavam uma adequação à conjuntura internacional. Motivada por objetivos políticos que iam do pleno emprego visando a contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, em declínio ou ruínas, a presença mais forte do governo se contrapunha as “velhas” ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis não mais absolutamente obrigatórias.

Demarcado pela Ditadura Militar está o segundo ciclo de produção dos estudos do lazer, correspondendo ao período entre 1968 e 1979. Buscou-se aprimorar a oferta de serviços e a formação de profissionais adequados à prestação de serviços em lazer. A

⁹⁵ SESI (Serviço Social da Indústria - 1946), SESC (Serviço Social do Comércio - 1946), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - 1946), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - 1942). No documento *SESC: os fatos no tempo – 30 anos de ação social*, parágrafo 1 da página 11, diz-se: “Em maio de 1945, o mundo procurava a paz, após seis anos de guerra. Em Teresópolis, de 1º a 6, líderes do Comércio, da Indústria e da Agricultura reuniam-se para encontrar os caminhos da Justiça Social, sob a liderança de João Daudt d’Oliveira – primeiro presidente do Conselho Nacional do SESC – Euvaldo Lodi, Íris Meimberg, Brasília Machado Netto, Roberto C. Simonsen e Luís Dodsworth Martins. Os objetivos traçados levavam em consideração o desenvolvimento do País através do aumento da produtividade, do fortalecimento da ordem social e da valorização do trabalho humano. Fazendo parte desse esquema geral, o Serviço Social do Comércio – SESC foi criado, em consequência do Decreto-Lei n.º 9.853, de 13 de setembro de 1946, do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio a tarefa de concretizá-lo. Desde então, o SESC promove o bem-estar social do comércio e de sua família” (SESC apud PEIXOTO, 2007, p. 94).

⁹⁶ O recreio dos novos proletários, os espetáculos de massa, os torneios esportivos e as festas cívico-patriotas constituíam alguns exemplos de utilização do lazer como instrumento de domesticação da classe operária, dada a preocupação com a produção e reprodução da força de trabalho.

preocupação com o mapeamento dos interesses e conteúdos culturais do lazer e com a formação de pessoal qualificado para atuação é a marca do período.

Nesse intervalo ocorre um salto quantitativo e qualitativo na produção dos estudos do lazer que corresponde a “conotação científica e racionalizada que vai acentuar-se na produção do conhecimento” (SANT’ANNA apud PEIXOTO, 2007, p. 122). A preocupação com a promoção de certos usos do tempo livre denuncia o caráter de urgência que investiu as questões relacionadas de algum modo, à ludicidade e ao descanso do trabalhador. Um número maior de instituições privadas e setores da administração paulistana, por exemplo, se voltava para o conhecimento dos usos do tempo livre da população e, ao mesmo tempo, buscava produzir técnicas, parâmetros e todo um instrumental destinado a administrar estes usos; o que contribuiu para retirá-los da sombra do mundo doméstico e explicitá-los à luz dos questionamentos científicos e racionais, traduzindo-os sob a direção institucional, em espaços coletivos, como colônias de férias, centros recreativos, ruas de lazer, etc.

De acordo com Mascarenhas (2005, p. 05), emergem desse movimento grupos, laboratórios, pesquisas, livros, teses, eventos etc. Dois centros são criados, o Celazer, em São Paulo-SP (1970) e o Celar, em Porto Alegre-RS (1973). O primeiro foi resultado de uma ação institucional do SESC, reunindo seu quadro pessoal especializado em torno do francês Jofre Dumazedier. O segundo é fruto de promoção conjunta da PUC-RS e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, responsável pela organização, em 1974, do primeiro Curso de Especialização em Lazer no país, visando a capacitação de profissionais para atuação nos Centros de Comunidade.

A abertura política demarcou o terceiro ciclo (1979-1989). São mantidos os traços dos dois ciclos anteriores, porém, esboça-se um processo intenso de debate e crítica da orientação teórica funcionalista detectada como a marca predominante dos períodos anteriores, sem a explicação das bases concretas que a produzem. É ampliado o espaço para a discussão da problemática do lazer no ensino superior, com a passagem de diversos profissionais formados pelo SESC para os quadros do Ensino Superior Público e Privado. Além da preocupação com o mapeamento dos interesses e conteúdos culturais do lazer, com ampliação das discussões para a relação trabalho/lazer em sua complexidade, tem-se um breve processo de crítica da produção do conhecimento com apoio na obra de Marx e Engels.

Conforme Peixoto (2007, p. 131-132) os estudos do lazer vão escutar ligeiros ecos dos debates do período sobre o fim da centralidade do trabalho, apontando o investimento pessoal e público no lazer como saída social e econômica. A educação para o tempo livre e o promissor crescimento dos setores voltados à prestação de serviços de lazer resultam em muitos trabalhos, porém, sem o devido rigor e radicalidade, especialmente, pela desconsideração dos altíssimos índices de desigualdade no acesso à riqueza socialmente produzida. A desorientação ocasionada pelas transformações na divisão internacional do trabalho e seus desdobramentos sobre os homens que vivem da venda da força de trabalho, a fragilidade dos partidos de esquerda em razão da fuga para movimentos de questão única e os processos do leste abalaram a política interna dos países desenvolvidos do mundo e, especificamente, dos subdesenvolvidos. Novos grupamentos assumem provisoriamente o vácuo deixado pelas antigas forças políticas, ao qual a eleição de Fernando Collor de Melo é exemplo.

Curiosamente, o Brasil teve afirmado seu sistema de proteção social vinculado à noção de direito apenas em 1988. Como afirma Vieira (1992, p. 68), em nenhum momento a política social encontrou tamanho acolhimento na Constituição brasileira como em 1988. Nessa constituição somam-se o lazer e esporte a outros direitos sociais, como a cultura e a educação.

As contradições e conflitos desse período e seus efeitos nos estudos do lazer são demonstrados por alguns pesquisadores. Newton Cunha, Isabel Faleiros e Nelson Marcellino são representantes destes esforços, ainda que sob perspectivas bastante distintas quanto ao referencial teórico⁹⁷. Conforme Mascarenhas, entram em luta duas diferentes visões de mundo: “uma *realista-objetivista* e outra *idealista-subjetivista*, em maior ou menor escala, cada qual deixando suas influências sobre a pesquisa e a *teoria do lazer*.” (2005, p. 08). Em termos epistemológicos, para a visão *idealista-subjetivista* o acesso ao objeto é possibilitado mediante a compreensão do sentido (atitude) que as pessoas atribuem à sua respectiva vivência, cabendo ao pesquisador interpretar o sentido ou acordo social construído em torno do lazer dentro de contextos restritos de

⁹⁷ Os dois primeiros autores vão recorrer a obra marxiana para o estudo do lazer nesse contexto. Nelson Carvalho Marcellino é o maior expoente dos estudos do lazer no Brasil, considerando-se a recepção de seus trabalhos pelo mercado editorial (PEIXOTO, 2007, p. 3; MASCARENHAS, 2005, p. 14). As debilidades na apropriação da obra marxiana por esse autor são mencionadas por Peixoto (2007, p. 3), particularmente, naquilo que se refere a fragilidade na abordagem da categoria trabalho e do equívoco em se rejeitar suas contribuições para a compreensão do lazer.

significação atribuídos à ação no lazer. Como a verdade está na mente do sujeito não se trata de conhecer as condições e possibilidades da produção (2005, p. 10).

O olhar da *sociologia empírica do lazer* e seu principal expoente (Jofre Dumazedier⁹⁸), portadora da perspectiva *realista-objetivista*, se orienta pela observação controlada dos usos do tempo livre (MASCARENHAS, 2005, p. 11-13). Nos mesmos termos, é a determinação de um conjunto de leis para os comportamentos empreendidos no tempo livre - com categorias *a priori* e a partir do controle e tratamento quantitativo de dados obtidos pela *observação empírica* - que chegamos à definição ou conceito de lazer. Distingue-se um tempo de trabalho (atividades obrigatórias e economicamente rentáveis) e um tempo livre (todo o tempo de não-trabalho) e o lazer (atividades promotoras do *descanso*, *diversão* e *desenvolvimento* através do correto preenchimento das horas livres residuais). Confrontando aquilo que é positivo (lazer) e negativo (*semilazer*⁹⁹ e *antilazer*¹⁰⁰) no tempo livre, abandonando-se o particular em favor do generalizável e replicável dentro de uma lógica estritamente formal, busca-se anular a possibilidade da contradição.

Tal compreensão atravessou toda a década de 1970 chegando até mesmo na década de 1990, sempre distinguindo, classificando e prescrevendo o lazer mais adequado, melhor e verdadeiro. Ainda na década de 1980 consta a crítica pioneira de Marcellino¹⁰¹ ao componente funcionalista dessa abordagem. No entanto, encontramos nela uma crítica-idealista. Como afirma Mascarenhas (2005, p. 16) não se pode achar, a partir de uma abstração teórica, que o lazer seja puro poder positivo de transformação social, e que qualquer tipo de constatação que admita sua mercantilização seja *crítico-reprodutivista*, portadora do imobilismo. De modo semelhante, Peixoto (2007, p. 41-42) identifica em Marcellino a “aposta na mudança da moral e da cultura enquanto requisitos para a implantação de uma nova ordem social e do lazer como tempo/espaco/atitude privilegiado para a construção desta nova ordem social”. Porém, essa aposta “se baseia na certeza de que a mudança dos valores, da moral, da cultura, ou

⁹⁸ Como representante da perspectiva hegemônica entre os anos 1970 e 1980, o pensamento de Dumazedier tornou-se referência de várias instituições, estudiosos e educadores.

⁹⁹ O lazer que obedece parcialmente a um fim lucrativo, utilitário ou engajado, sem se converter em obrigação tornando-se lazer parcial.

¹⁰⁰ Se no lazer ocorre o desgaste, a frustração e a violência, ou se estão presentes os valores corruptores dos modismos e do consumismo, esta também deixa de ser lazer.

¹⁰¹ Para Padilha (2006, p. 171-172), Marcellino é “um dos primeiros e principais autores brasileiros que sistematizam a crítica à concepção funcionalista do lazer”.

seja, das ideias, é suficiente para a mudança da ordem social vigente e toda a opressão que gera”.

O quarto e último ciclo (1990 aos dias atuais) inicia no período de consolidação da democracia burguesa no Brasil. As diretrizes da CAPES/CNPq para a produtividade em pesquisa surgem como determinante fundamental para a obtenção de recursos públicos para a pesquisa “estimulando” a produção do conhecimento na graduação e pós-graduação. Observa-se a extrema burocratização baseada na produtividade medida em quantidade de trabalhos publicados. Desse modo, ocorre o predomínio da produção do conhecimento direcionada aos interesses de mercado (principalmente o editorial) no que toca à formação profissional e aos interesses e conteúdos culturais.

Data do início desse ciclo a identificação da chamada *explosão divertida*¹⁰². A eleição de Fernando Henrique Cardoso possibilita a implementação do receituário neoliberal por meio da “adesão dos programas de ajuste – privatização acelerada, financiamento ao capital privado, enxugamento do Estado, desregulação da economia, nova política fiscal e monetária etc. – ditados a partir do FMI e Banco Mundial” (MASCARENHAS, 2005, p. 150). A subordinação intensiva à globalização desse governo dissolve as fronteiras que antes impunham limites para “a expansão e livre circulação do *capital divertido*” além de financiar grande parte dos empreendimentos da *grande indústria do lazer* no país.

Refletindo e analisando esse movimento surgem trabalhos que propõem a revisão crítica do lazer enquanto prática social, retomando o debate interrompido na década de 1980¹⁰³. As relações entre lazer e trabalho, a preocupação com o entendimento da história das práticas, das políticas, da produção do conhecimento e a compreensão do mercado do lazer ocupam maior volume de trabalhos. No entanto, mantém-se a preocupação com os conteúdos culturais - analisados no contexto dos modismos e interesses predominantes. As primeiras gerações de pesquisadores formados a partir da década de 1990 começam a ser incorporadas ao ensino superior

¹⁰² A expressão *explosão divertida* foi apropriada por Castellani Filho de uma reportagem publicada na revista *Veja*, de 3/4/1996, “que anuncia o suposto crescimento do consumo e das oportunidades de lazer no Brasil, fenômeno encarado como uma consequência da estabilidade econômica provocada pela implantação do Plano Real, em 1994, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso” (MASCARENHAS, 2005, p. 28).

¹⁰³ São exemplos: PADILHA, 2000, 2006; MASCARENHAS, 2005; PEIXOTO, 2007; HÚNGARO, 2008; SÁ, 2009; CUSTÓDIO, 2012; SILVA, 2012.

público, ampliando-se a quantidade de instituições que passam a desenvolver linhas e grupos de pesquisa relacionados à problemática e cursos de pós-graduação em nível Lato e Stricto Sensu. A produção de inspiração marxista avoluma-se evidenciando que o crescimento da apropriação da obra de Marx e Engels ocorre no contexto do

“(1) esforço de discussão do acirramento das condições objetivas de sobrevivência no modo capitalista de produção, cujo monopólio mundial é inegável, baseado na concentração dos bens socialmente produzidos e na propagação e generalização da miséria; do (2) esforço de discussão da problemática do lazer enraizada na reflexão crítica sobre as possibilidades desta prática social no capitalismo.” (PEIXOTO, 2007, p. 161).

Mascarenhas vai identificar a partir de 1990 no Brasil uma *refuncionalização* do lazer dada por sua subsunção à forma mercadoria (2005, p. 14). O valor e utilidade sociais hegemônicos das décadas anteriores, aquela “verdade” difundida como força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho, passam a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer, parte de um complexo com relativa autonomia.

Peixoto (2007, p. 256-260) dialoga em sua tese com algumas ideias de Mascarenhas presentes em sua dissertação, com o propósito de contribuir para a elaboração de uma teoria marxista do lazer. A autora questiona se o lazer enquanto mercadoria se constitui apenas após a onda neoliberal da década de 1990, conforme sugerido pelo autor. Entendemos que, ao menos na tese (MASCARENHAS, 2005), o que se afirma é a intensificação deste processo, conforme buscamos demonstrar no parágrafo acima¹⁰⁴. Mascarenhas não deixa de reconhecer que tal processo está a serviço do controle do tempo livre dos trabalhadores, porém, identifica que atualmente este se combina com a disseminação do consumo como parte da política para a crise de valorização do capital.

¹⁰⁴ Recorremos a outro trecho para sustentarmos nossa opinião de que o processo de refuncionalização do lazer não representa a negação do objetivo de controle do tempo livre dos trabalhadores: “[...] julgamos que as contradições [do lazer] que o apanharam mais recentemente impulsionaram um salto que gerou algo qualitativamente novo em relação à sua identidade das décadas anteriores, quando tinha sua utilidade social **subordinada** a um projeto mais geral de educação e ocupação do tempo livre voltado para a produção e reprodução da força de trabalho.” (MASCARENHAS, 2005, p. 18, grifos nossos).

Por fim, atravessando os quatro ciclos, temos como eixo norteador dos estudos do lazer no país a preocupação com o controle da ocupação do tempo livre, com o mapeamento de suas características, suas possibilidades e seus riscos (PEIXOTO, 2007, p. 142). Cabe explicitar que para a autora são três os objetivos: a contenção e o apagamento histórico da luta de classes no Brasil; o controle valorativo das atividades desenvolvidas no tempo livre, com vistas ao controle direto e indireto das condições para a realização do processo de trabalho e; a geração de alternativas de manutenção das taxas de lucratividade para o capital por meio do incentivo ao consumo de bens e serviços considerados próprios para o lazer. Diante disso, assume centralidade os cuidados com a manutenção da força de trabalho¹⁰⁵ expressos no controle do tempo, na preocupação com sua ocupação, na delimitação moral do que deve ser adequado ou inadequado enquanto alternativa de ocupação do tempo livre.

¹⁰⁵ Sustentam tal afirmação o estudo realizado pela autora dos manuais de recreação e a teoria defendida por Braverman acerca da necessidade da gerência científica do processo de trabalho, ampliada para a tese da necessidade da racionalização do tempo livre para a garantia do controle da quantidade e da qualidade da força de trabalho durante a execução do processo de trabalho. O controle da qualidade se impõe pela preservação da capacidade de trabalho (pelo impedimento do desgaste provocado por práticas de lazer consideradas nocivas ao corpo como o sexo livre, o álcool, o consumo de drogas, os jogos de azar) e na preservação da alienação (no sentido do apagamento das condições objetivas de conflito de interesses em que vive a classe trabalhadora).

CAPÍTULO IV: Apontamentos sobre o lazer e a exacerbação da subjetividade (estranhada)

No último capítulo (IV), analisaremos como o capital se reproduz constituindo (e instituindo), cada vez mais, nexos de subjetividade e formas de subjetivação, porém, não produzindo obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. O lazer corresponde a um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada. A *refuncionalização* do lazer, ao conferir nova vida às concepções subjetivistas pela afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado, opera como simulacros de emancipação do capital.

Sem ter como horizonte a mudança nas condições de trabalho resta ao trabalhador otimizar seus poucos momentos de lazer. As implicações políticas desse processo vão desde a aceitação acrítica das mudanças no padrão de resposta à questão social (o lazer enquanto *não-direito*) até o esgotamento da perspectiva revolucionária. Contraditoriamente, o lazer repõe no cotidiano até às consciências reificadas a questão da “felicidade” e da “liberdade”. É o horizonte do trabalho associado e a perspectiva da emancipação humana - forma mais aperfeiçoada possível da liberdade -, que deve nortear os conteúdos, pesquisas, políticas e reivindicações sobre o lazer.

1. Subjetividade e lazer

A temática da subjetividade é perpassada por inúmeras contradições. No senso comum difunde-se um antagonismo entre o campo da singularidade e o dos projetos coletivos. No interior do marxismo a questão da produção dos sujeitos vem sendo considerada, em alguns casos, de forma preconceituosa e/ou reducionista (SILVEIRA, 2002, p. 103). Mediante as transformações sociais contemporâneas, com a hegemonia da ideologia do consumo, o quadro de barbárie promovido pelo sociometabolismo do capital, a *presentificação crônica* denunciam a importância e urgência do debate.

Particularmente no pensamento marxista, a subjetividade permanece pouco explorada. Algumas correntes no interior dessa tradição (economistas e deterministas) atribuem valor secundário a esse aspecto, simples reflexo de determinações de base econômica. Tais posições se baseiam em fragmentos de obras do autor alemão que

ênfatizam a “determinação econômica”, particularmente em *A Ideologia Alemã*¹⁰⁶ e *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)*¹⁰⁷ (CHAGAS, 2013, p. 63-64). No entanto, afirmamos que Marx compreende a subjetividade como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. Não há objeto sem sujeito e nem sujeito sem objeto em sua obra. Ao constituírem uma relação, o indivíduo não pode ser considerado apenas no seu caráter objetivo, determinado pela base econômica, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação.

Como demonstramos no Capítulo II, aspectos da subjetividade humana (estranhamento, reificação, fetichismo, ideologia etc) foram abordados em diversas obras¹⁰⁸ do autor, sem que tenha dedicado uma exclusivamente ao tema. Queremos com isso demonstrar que, também ao longo de sua produção, são desenvolvidos elementos constitutivos para se entendê-la como:

“1. a subjetividade não como autônoma, abstrata; 2. a subjetividade não como dada naturalmente, imediatamente ao indivíduo; 3. a subjetividade como construída historicamente; e 4. A importância da presença da subjetividade na construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real, da realidade.” (CHAGAS, 2013, p. 66).

Conforme Saviani (2015, p. 15), remetendo ao método da Economia Política, o complexo da subjetividade nos aparece como um “todo caótico”. Sua análise,

¹⁰⁶ “*Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a Consciência*”. O objetivo de Engels e Marx é refletir sobre a ideologia como inversão que leva a uma “falsa consciência”, não como mero erro subjetivo, mas enquanto distorção específica de uma realidade específica, nesse caso, da realidade capitalista, na medida em que esta aparece como uma realidade a-histórica, não produzida, sem contradição, sem conflitos e válida universalmente (CHAGAS, 2013, p. 73).

¹⁰⁷ De acordo com Chagas (2013, p. 19), as referências de Marx nessa obra aos conceitos de “base econômica” e “superestrutura” apontam para questões de método e não para uma suposta supremacia mecânica da vida material sobre a vida espiritual. A intenção do autor é demarcar seu método como distinto do método empirista da economia política. Sendo assim, ao considerar a prioridade ontológica da objetividade, Marx não nega o momento em que o real, a partir do próprio real, deva ser reconstruído pela subjetividade (pelo pensamento) como concreto pensado.

¹⁰⁸ Chagas (2013) dedica um artigo para reunir estas e outras contribuições do autor alemão para a compreensão da subjetividade. Apresentamos a seguir as obras do autor alemão que foram selecionadas: *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (1844), *A Questão Judaica* (1844), *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), *Teses sobre Feuerbach* (1845-1846), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *Grundrisse* (1857-1858), *Para a Crítica da Economia Política (Prefácio)* (1859) e *O Capital* (1867).

recorrendo à abstração, possibilita apanhar suas características básicas na forma de categorias simples e gerais que possibilitarão recorrer à síntese de relações que define o indivíduo. Dessa vez, não tomado como algo caótico, mas como uma rica totalidade de relações e de determinações. É o movimento que vai do empírico à análise e desta para a síntese das múltiplas determinações do objeto estudado (o concreto), que as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento.

Alcançar a subjetividade concreta passa, portanto, por analisar os “processos subjetivos a partir dos registros de interioridade presentes em cada sujeito, tensionados e interpelados através das expressões concretas da sociabilidade hegemônica” (SILVEIRA, 2002, p. 104). Isso só pode ser alcançado pelo intercruzamento dessas dimensões, de dentro e fora do indivíduo, do plano individual e coletivo. No entanto, há uma determinação geral a partir da qual tanto os sujeitos quanto os objetos são produzidos: a mercadoria.

A produção mercantil impõe uma condição trágica para a subjetividade. Na produção de mercadorias é criada uma objetividade que anula os próprios sujeitos. Essa objetividade sem subjetividade, ou subjetividade mutilada, esvaziada, para qual a realidade aparece como um mundo exterior, não reconhece sua própria atividade. As condições pelas quais se produzem sua própria existência externa são alheias a ele e não um produto de seu próprio trabalho, de sua própria subjetividade. Para o autor,

“Marx vê aqui o anúncio da “morte” do sujeito, já que, nessas condições fetichizadas, os sujeitos enquanto sujeitos ativos, livres e conscientes são abolidos e se tornam coisas vivas (de ordem mercadológica), e os produtos de seu trabalho, as mercadorias, aparecem como atributos de si mesmas, autonomizadas, dotadas de um poder sobrenatural, ocultando, dessa maneira, a sua origem, a sua fonte, isto é, o trabalho social que as fundamenta.” (CHAGAS, 2013, p. 82).

Cabe retomar que foi o processo histórico da modernidade que possibilitou o sujeito autônomo, pressuposto da categoria subjetividade, mas, que também “limitou e obliterou esse próprio desenvolvimento genérico” (ALVES, 2006, p. 20). Sob o capitalismo da grande indústria criam-se as condições para o sistema mundial do capital e a subsunção real do trabalho, fundamento material de uma subjetividade (estranhada) atravessada por contradições objetivas da produção social (o trabalho estranhado).

Ocorre, portanto, a “quase-impossibilidade” da subjetividade na ordem do capital. A subjetividade enquanto categoria legítima, embora problemática no plano do ser social capitalista (haja vista o fetiche da subjetividade, o viés psicologista) “é produto irremediável do desenvolvimento do processo civilizatório” (ALVES, 2006, p. 26). Como sistema sociometabólico o capital se reproduz constituindo (e instituindo), cada vez mais, nexos de subjetividade e formas de subjetivação. A “crise de desmedida”, traduzida na contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, possui equivalente na “demasiada subjetividade” ou “subjetividade complexa”, a subjetividade cada vez mais social¹⁰⁹, enquanto componente das forças produtivas (*Idem*, 2006, p. 28).

No cenário brasileiro, como vimos, desde sua gênese o lazer envolve a ação deliberada de **“amoldamento da subjetividade proletária em fins do século XIX e início do XX”** (MARCASSA apud MASCARENHAS, 2005, p. 230-231, *grifos nossos*). Esse processo de institucionalização da vida cultural, parte do incipiente projeto de modernização e industrialização encabeçado pela internacionalização do capital, demarca a formação social dos trabalhadores sob o trabalho livre. A urbanização das cidades e as iniciativas de racionalização da política completam o combate ao antigo modo de vida e suas expressões. O ócio, por exemplo, sendo submetido a um tipo de condenação moral por estar associado a tradição colonial, vai sofrer todo o tipo de intervenção e controle.

Do último quartel do século XX à contemporaneidade, resultado da ofensiva neoliberal, da financeirização, do “novo” complexo de reestruturação produtiva e da pós modernidade, acompanhamos manifestações de barbárie explícita. De acordo com Alves (2006, p. 29), a luta de classes nesse contexto “é cada vez mais [*também*] a luta pela subjetividade e pelas formas de subjetivação” (*grifo nosso*). Foi a exacerbação da subjetividade estranhada, maior do que o capital como forma social pode conter, que no

¹⁰⁹ O núcleo básico da subjetividade complexa como subjetividade exacerbada é que o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Em outros termos, o desenvolvimento do gênero humano em-si não se desdobra (e se explicita) como desenvolvimento do gênero-humano para-si, podendo se desfigurar, aviltar, etc a personalidade humana potencializando capacidades singulares (ALVES, 2006, p. 32-33). Para a compreensão da individualidade em-si e da individualidade para-si, elementos fundamentais para constituição do gênero humano para-si, recomendamos a leitura do livro *A individualidade para-si (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)* (DUARTE, 1993).

século XX realizou os mais diversos fenômenos estéticos culturais que, invertidos e pervertidos em irracionaisismos socioculturais, dilaceraram o imaginário ocidental.

O lazer corresponde, assim, a um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada (ALVES, 2006, p. 33). A *cultura do narcisismo* e as diversas formas de irracionaisismos que constituem o cotidiano do trabalho e do lazer nas últimas décadas de crise estrutural do capital, expressam à exaustão esta subjetividade complexa imersa em sua própria particularidade. O impulso da financeirização, que pressupõe o trabalho (e vida social) precário, elemento catalisador do medo e que é matriz do consentimento, atinge afetos e relações sociais das mais diversas. Objetos e valores são apropriados pela indústria cultural e tornam-se ícones (e signos) do suposto “tempo livre”, no qual se destaca o tempo de *descartabilidade* dos produtos culturais, a reprodução da mesmice, a privatização do espaço público, a sociedade da imagem e do espetáculo e o surgimento de uma cultura da interface e do simulacro (2006, p. 35-37). Trata-se da dinâmica intensiva da lógica do capital financeiro aplicada à subjetividade complexa.

Apesar do “tradicional” e do “moderno” caminharem lado-a-lado, identificamos tal processo nas manifestações contemporâneas do lazer. Conversas de botequim, bate-papo com os vizinhos, almoço de domingo, cuidar das plantas, circo tradicional, salão de dança do bairro, festa junina, folia de reis, futebol de várzea, brincadeira de peão, soltar pipa, roda de samba, churrasco depois do mutirão, passeio e namoro na praça entre outras experiências nos remetem ao tradicional. Paralelamente, multiplicam-se os programas de lazer e qualidade de vida durante o expediente como medida de precaução e combate ao *stress*, avançam a prática das ginásticas de academia, o espetáculo esportivo, grandes *shows* de música, audiência da TV, locação de filmes *on demand*, acesso à *internet*, redes sociais, compras pela *internet*, viagens de turismo, passeios no shopping, jogos eletrônicos, pistas de caminhada, esporte de aventura, domingo no parque temático, livros para colorir etc.

Observando algumas destas práticas, Mascarenhas (2005, p.28) observa “uma relação de ruptura e continuidade”. Práticas desaparecem, outras persistem, transformam-se, deixando para trás os fortes traços de intimismo, solidariedade e identidade tão marcantes e característicos da cultura popular, convergindo para o formalismo, o anonimato, a impessoalidade e o individualismo.

Peixoto (2007, p. 61-62) vai identificar nos inúmeros esforços de controle dos trabalhadores respostas às ameaças a hegemonia burguesa durante o século. Para a autora, a luta pelo *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente disciplinada em um processo que envolve aquilo que Braverman vai chamar de *habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção*. Essa adaptação não resulta, essencialmente, de manipulações ou bajulações (a partir da produção de uma cadeia de profissionais destinados ao zelo pela eficiência do processo de trabalho ou a produção de pesquisas que visam reconhecer a subjetividade do trabalhador), mas do aperfeiçoamento na organização do trabalho efetuado pela gerência científica em decorrência do aprimoramento da tecnologia de produção. Remetendo a outros clássicos que configuraram o pensamento socialista no século XX, o processo de disciplinamento envolveu ainda: a corrupção de segmentos do proletariado; a reestruturação dos processos de produção, o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels, e a configuração da socialdemocracia; o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais; a preocupação com a formação do trabalhador e com a ocupação do “tempo livre”.

Esse último elemento, consequência da regulamentação da jornada de trabalho conquistada entre os séculos XIX e XX, foi paulatinamente efetivado pela burguesia. Entretanto, esta também acaba por determinar suas finalidades (em consonância com sua perpetuação no poder), por meio de uma diversidade de conteúdos fúteis que devem ocupar o tempo do trabalhador a fim de impedir a (1) atividade livre e (2) práticas que desgastem a força de trabalho impedindo-a de realizar-se no processo de produção. Desse modo, sob o domínio do capital *o direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente, como todas as necessidades, convertido em mercadoria luxuosa e cara (FALEIROS *apud* PEIXOTO, 2007, p. 62).

O consumo, de meio de vida torna-se fim em si mesmo (sob a forma de consumo estranhado, a exemplo do que ocorre com o trabalho estranhado), ampliando a esfera da alienação social (ALVES, 2010, p. 73). Os espaços de consumo correspondem a “espaços da pedagogia da mercadoria”, no qual se “ensina” que o ato de viver deve ser reduzido a mero ato de consumo. Todas as individualidades humanas – especialmente jovens e crianças que ainda não trabalham –, são cooptadas para a esfera do consumo estranhado. Mesmo a camada intelectual e toda a burguesia estão sujeitas ao

estranhamento que amesquinha a autonomia da personalidade. A manipulação, desse modo, aparece como a “instilação redutiva que representa a imagem do espetacular mundo das mercadorias com sua superabundância de vida, como finalidade em si mesma” e como um processo “(de)formativo ou processo de subjetivação estranhada”, que (des)constitui personalidades humanas, promovendo subjetividades humanas abstratas.

A subsunção real do lazer à forma mercadoria encontra seus fundamentos na relativização do luxo e da necessidade. Estes são estimulados pelo relaxamento do *puritanismo* e do *proibicionismo* de cariz fordista, pelo crescente apelo ao consumo e pela constante redefinição dos chamados estilos de vida (MASCARENHAS, 2005, p. 65). Num movimento sem precedentes na história, a mercadoria deixa de ser uma exceção, no caso do *lazer*, para alcançar a condição de regra geral: o chamado *mercolazer*¹¹⁰.

Sua funcionalidade na sociedade contemporânea é *mais econômica que social*, ainda que o segundo componente continue presente. Este corresponde a expressão dos divertimentos em tempos de acumulação flexível e componente decisivo para o capital. Conforme assinala Ortiz *apud* Mascarenhas (2005, p. 142), parques, shoppings, restaurantes, roupas, festas, computadores, carros, aviões, brinquedos, sanduíches, esportes, danças, filmes, feiras, músicas e vários outros produtos carregam os traços e evidências da mundialização da cultura que apanha e se espalha pelo mundo, invadindo o dia-a-dia, definindo formas de sociabilidade, amoldando subjetividades, modificando hábitos, valores e comportamentos.

Essa moderna indústria do lazer ressignifica ou até mesmo implode com a “verdade” e o *mundo do lazer* anteriores (MASCARENHAS, 2005, p. 14). Um de seus principais aspectos é conferir nova vida às concepções subjetivistas. Conforme observa o autor, “a afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado” se combinam ao “enaltecimento e estandardização de práticas de lazer cada vez mais

¹¹⁰ Não compreendemos a necessidade de atribuir uma nova categoria, o chamado “mercolazer”, para discorrer sobre as transformações observadas no lazer durante as últimas décadas. A opção por utilizá-lo em toda a pesquisa é resultado de nossa concordância com a análise da essência do fenômeno realizada pelo autor. Trata-se de um aprofundamento de características anteriores, mas que não expressam uma nova categoria social. Concordamos que desde a década de 1970 estarão presentes as condições para esse aprofundamento em nível internacional e, particularmente, na realidade brasileira, essa forma obtém hegemonia nos anos 1990.

individualistas e hedonistas, diante do objetivo primeiro da troca e do lucro, pouco importando seu valor moral e utilitário”.

O *mercolazer* opera como experiência e mercadoria em si, materializando-se como o objeto direto da troca (MASCARENHAS, 2005, 190-192). É o caso dos serviços especializados de lazer: práticas corporais adrenalizadas, *shows* de música, eventos esportivos, espetáculos circenses, excursões, pacotes de viagem, parques temáticos, festas, casas de jogo, cinemas, locação de filmes, programas de televisão, etc. No entanto, o mercolazer funciona também como 1) *valor de uso prometido* de certas mercadorias, *função de venda autônoma*, apresentação e fama simulada colada ao corpo de outras mercadorias, qualificando-as e estimulando a demanda por estes mesmos produtos, forjando simultaneamente o próprio consumidor do lazer e; 2) *palco de vivências*, a *compra divertida*, na forma de processos materiais e imateriais cuja significação dada pelo público é a vivência de lazer. Ainda para o autor,

“o *mercolazer* reflete senão outra coisa que um modelo de desenvolvimento econômico em que a produção vê-se exclusivamente dirigida para a vendabilidade, cuja especialização do trabalho tem redundado em produtos também cada vez mais especializados, tudo em nome da lucratividade máxima e da acumulação ampliada” (MASCARENHAS, 2005, p. 199).

Convergingo numa abordagem crítica do *lazer*, Padilha (2006, p. 146) denuncia a atuação da publicidade e da chamada “cultura do consumo”, identificada por nós como “ideologia do consumo”. Esses instrumentos “corrompem a arte, a cultura, as necessidades e a própria vida, e na medida em que legitimam a conversão de tudo em mercadoria contribuem para o processo de reificação”. Por essa razão, “tempo livre” e racionalização econômica formam um par imperfeito na perspectiva dos interesses dos trabalhadores (PADILHA, 2000).

Os “Shopping Centers híbridos”, por estrategicamente oferecerem uma “alternativa” reificada de lazer para grupos de médio e alto poder aquisitivo¹¹¹, forjando a unidade entre lazer e consumo (mercadorias, serviços, alimentação, distinção social, segurança, “o modo americano de viver” e a ilusão da felicidade), merece status de símbolo de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer mercadoria (PADILHA, 2006, p. 179-190). Configurando uma nova forma de

¹¹¹ O envolvimento dos estratos inferiores ocorre pelo “feitiço” do desejo de frequentá-lo ou de comprar suas mercadorias.

apropriação do espaço público, é expressão da privatização do lazer. Essas “catedrais das mercadorias”, que em seu interior incorporam salas de cinema, jogos eletrônicos, praças de alimentação, eventos artísticos padronizados, brinquedos etc.), favorecem o enfraquecimento do ser social ao ocultar as contradições da vida social.

Identificamos nessa tendência um duplo processo com inúmeras repercussões. Ao impor a mera adaptação passiva ao meio ambiente espetacular das mercadorias, o capital opera uma sinistra desefetivação do ser genérico do homem: 1) um processo de dessubjetivação humano-genérico e, por conseguinte, processo de dessubjetivação de classe no sentido de corrosão do sujeito histórico, capaz de fazer história e; 2) um processo de subjetivação fetichizado no sentido de formação de “individualidades humanas abstratas” afetadas de negação (ALVES, 2010, p. 83-84). Desse modo, o desenvolvimento das capacidades humanas potencializa não as capacidades humano-genéricas, mas as capacidades singulares do homem que trabalha, promovendo a “desfiguração e o aviltamento da personalidade humana”, a “formação de personalidades imersos em particularismos¹¹².” Essa manipulação controla a consciência no trabalho e no consumo (consciência entendida pelo autor como subjetividade: Consciente, Inconsciente e Pré-consciente, nos termos da psicanálise freudiana). Seja no consumo ou na produção, a densidade da manipulação impede que se possa despertar no homem necessidades reais do desenvolvimento da personalidade, constituindo a “subjetividade em desefetivação”.

Compondo o conjunto de inovações sociometabólicas do “novo” complexo de reestruturação produtiva temos uma “plethora de valores-fetice, expectativas e utopias de mercado” (ALVES, 2011, p. 90). Tais inovações se disseminam na forma de signos e imagens por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural (com destaque para a literatura de autoajuda) e igrejas, que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social – conteúdo vocabular-locucional do imperialismo simbólico –, e que constituem o ambiente psicossocial da “captura” da subjetividade como nexos essenciais do toyotismo.

¹¹² Equipamentos urbanísticos e recursos tecnológicos que organizam nosso estilo de vida burguês contribuem para a formação de capacidades singulares ou dispositivos egoísticos-particularistas dos indivíduos (Ex. Os automóveis ao invés do transporte público, o *home theater* ao invés da sala de cinema etc.).

Na medida em que sob o toyotismo o corpo não se emancipa da disciplina do capital na produção, constitui-se uma relação psicocorporal que busca preservar o componente essencial do capital: um corpo útil, produtivo e submisso (ALVES, 2011, p. 149). Experiências de ginástica laborais nas empresas, nas quais a postura corporal (subjetiva) do trabalhador tende a tornar-se indispensável para a obtenção da produtividade, materializa o esforço de “administração” do estresse que aflige o assalariado nas condições de intensificação do trabalho. No que envolve a reprodução social, por meio de “valores-fetice, expectativas e utopias de mercado”, se disseminam a corpolatria e as utopias do corpo. Nos dois casos, trata-se de simulacros de emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital.

Como ocorre em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura. Este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida dos homens reais, porém, são “condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas” (ENGELS e MARX, 2007a, p. 93-94). De acordo com os autores, a produção de ideias, representações e da consciência está entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, correspondendo, portanto, a uma emanção direta de seu comportamento material. Nesse sentido,

“A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.” (2007a, p.47).

Do mesmo modo,

“A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais,

transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (*idem*, 2007a, p. 94).

Sob a vigência do mercado e das políticas neoliberais, agudiza-se o fenômeno do fetichismo da mercadoria e a ideologia da empresa como ideologia dominante. Sua lógica, no entanto, é paradoxal: impregna nos operadores atitudes de colaboração, mentalidade “pró-ativa” (o que gera como tendência o incentivo a estratégias sindicais neocorporativas de caráter propositivo, como sugere a concepção de sindicato cidadão) e dissemina relações de concorrência nos locais de trabalho. Critérios de produtividade e desempenho passam a extrapolar o universo da empresa e se espalham pela sociedade, invadindo até as relações afetivo-existenciais. A difusão da ideologia de mercado é potencializada em intensidade e amplitude a partir da internet, TV a cabo, celulares, tablets entre outros. De acordo com Alves,

“A tempestade de ideologias parece acompanhar a presença totalizadora do trabalho abstrato, que se virtualiza, sai do local de trabalho e preenche espaços de lazer e do lar. O tempo de vida tornou-se mera extensão do tempo de trabalho. Na medida em que o espaço da empresa se desterritorializou, ele se estendeu, ao mesmo tempo, para além do local de trabalho, com as novas tecnologias de comunicação e informação contribuindo para que as tarefas do trabalho estranhado invadissem a esfera doméstica. As inovações organizacionais (e tecnológicas) do novo complexo de reestruturação produtiva que atinge as grandes empresas, imbuídas pelo espírito do toyotismo, levam à intensificação do trabalho, que avassala o tempo de não trabalho de operários e empregados, inclusive do alto escalão administrativo, que ficam totalmente à mercê da empresa. O impacto na vida social e familiar e na saúde física e mental é deveras significativo.” (2011, p. 93).

As “saídas” implementadas para a crise estrutural do capital, portanto, têm levado as pessoas a trabalharem cada vez mais, resultados da intensificação do trabalho e ampliação das jornadas. Como parte dos esforços para associarem à imagem do capitalismo alguns traços de humanidade, no contexto da denominada “empresa cidadã”, multiplicam-se os ditos programas de lazer e qualidade de vida, implementados durante o próprio expediente de trabalho como medida de precaução e combate ao *stress* causado pela rotina do trabalho (MASCARENHAS, 2005, p. 81-82). No entanto,

doenças associadas ao ritmo e as condições de trabalho como LER, DORT, depressão entre outras, ainda que constituam um problema para o conjunto da humanidade, são invocadas à responsabilização individual.

Sem ter como horizonte a mudança nas condições de trabalho, para não dizer o projeto socialista, resta ao trabalhador otimizar seus poucos momentos de lazer. Talvez por termos cada vez mais tempo de trabalho, nunca se tenha falado tanto em tempo livre, ócio, turismo, lazer, diversão e entretenimento como nos dias de hoje. No entanto, é de acordo com as exigências e conveniência do capitalismo que são estruturadas as práticas hegemônicas do turismo, do esporte, do lazer e as diversas formas de entreter-se. Os “antigos” limites e fronteiras que demarcavam com certo grau de nitidez os períodos de tempo livre do *final do dia*, do *fim de semana*, do *fim de ano* (férias) e do *final da vida* (aposentadoria), resultados de quase dois séculos de enfrentamentos entre capital e trabalho, são também flexibilizados¹¹³ (MASCARENHAS, 2005, p. 83). Os tempos dedicados ao lazer são cada vez mais curtos, fragmentados, descontínuos, incertos ou inexistentes, induzindo o indivíduo ao prazer e ao consumo instantâneo dos objetos despejados no mercado.

A hegemonia do toyotismo é construída pela instauração de um novo nexo psicofísico capaz de sustentar as inovações organizacionais e tecnológicas do método *Just in time/Kanban*. Em síntese, podemos afirmar que ao depender da apropriação da participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho são incorporados: a) valores da vida do trabalho na produção do capital (*bussiness é vida*)¹¹⁴ e b) valores fetiche da produção do capital na instância da reprodução social (a vida é *bussiness*)¹¹⁵. Evidenciando as contradições da administração por *stress*, busca-se realizar o impossível: a “unidade orgânica entre o ‘núcleo humano’, matriz da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho como atividade significativa, e a

¹¹³ De acordo com Mascarenhas (2005, p. 83), a flexibilidade atual dos períodos de tempo livre não invalida a classificação proposta por Dumazedier no livro *Sociologia Empírica do lazer*, muito menos admite que a oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, tão cara aos trabalhadores, tenha sido já superada, conforme muitos autores sugerem.

¹¹⁴ A produção como totalidade social expõe a constituição de uma sociedade do trabalho cada vez mais social (divisão social e trabalho socializado). Porém, sendo a produção do capital produção destrutiva e pautada pelo trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho.

¹¹⁵ A partir da coletivização do valor, que caracteriza o capitalismo tardio, são corroídas as delimitações entre o espaço da produção e o espaço da circulação e da reprodução social. Sendo assim, o discurso do empreendedorismo universal e empregabilidade reduz a sociabilidade social à esfera de homens-mercadorias.

‘relação-capital’ que preserva a dimensão do trabalho estranhado e os mecanismos de controle do trabalho vivo” (*idem*, 2011, p. 114). Completando esse processo, a reestruturação geracional, com a destruição (e reconstituição) dos coletivos de trabalho (promovido pelos PDV’s), incorpora uma juventude com maior porosidade à assimilação da linguagem empresarial e impõe o esquecimento das experiências passadas e o apagar da memória das lutas e resistências.

Conclusões semelhantes são alcançadas por Silveira (2002, p. 106). A globalização e o neoliberalismo conseguiram, através da recriação contínua de formas de acumulação de capital desconectar ainda mais os caminhos da economia dos registros do social e subsumir os componentes de nosso psiquismo e subjetivação à ordem mercantil. O “mal estar” se generaliza entre os trabalhadores a partir de mudanças em várias frentes. O retraimento do Estado na produção de formas de subjetivação e de gestão de laços sociais, por meio de instituições que operavam, não só como centro de ordenação social, mas também de disciplinamento; a fragilização dos partidos que funcionavam como campos ideológicos e de força no âmbito das diferenciações de classe e nos antagonismos sociais; nos sindicatos e movimentos sociais que vêm perdendo tanto em ofensividade, como na qualidade de campos coletivos que referenciem os setores subalternizados na sociedade. Há, portanto, não só uma fragmentação social imensa, mas essa é acompanhada de fragilização de valores substantivos e referenciais coletivos.

Birman *apud* Silveira (2002, p. 107) destaca as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. O *desamparo* enunciado por Freud foi sendo substituído pelo *desalento*, se materializando na depressão, no vazio, na neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. As “saídas” individuais para seu enfrentamento se proliferam através da ingestão de drogas terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria ou compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia.

Outra importante manifestação desse processo é o estreitamento da relação entre consumo de droga, diversão e lazer. Particularmente no lazer desenvolvido em eventos noturnos, “baladas”, festas e demais modalidades, encontramos um contexto privilegiado para o uso de drogas lícitas e ilícitas (ROMERA, 2014, p. 319). Embora

essa aproximação contribua para o distanciamento das abordagens estigmatizantes e da marginalidade dos usuários, exigindo olhares e estudos mais próximos da atual realidade que envolve os diferentes usos, identificamos nessa entrega vertiginosa aos interesses hedonistas a busca por uma “felicidade instantânea”, resultado de uma suposta ausência de alternativa de organização da vida social.

Como sob o capitalismo contemporâneo o valor de troca acaba por determinar a produção-consumo do lazer, esvaziando seu conteúdo de sentido humano, a “*subsunção real do lazer* ao capital implicou na mudança do que antes nele era *qualitativo-concreto* pelo que hoje é apenas *quantitativo-abstrato*” (MASCARENHAS, 2005, p. 201-202). O predomínio do valor de troca sobre o universo das práticas de lazer, ou sua reificação, resultou no que o autor denomina *êxtase-lazer*¹¹⁶, forma mais desenvolvida e elaborada do *mercolazer* (2005, p. 205). Sua manifestação está não só na imagem dos esportes de aventura, mas também através da compra divertida, na cultura das saídas, no passeio aos *shoppings*, na euforia do espetáculo esportivo, nas baladas do circuito noturno, na drogadição que é a marca das *raves*, nas atrações, brinquedos e divertimentos do parque temático, na violência simbólica que cerca o mundo dos jogos eletrônicos, na pirotecnia de efeitos visuais que se tornou a mercadoria cinema, na pornografia sonora patrocinada pela indústria fonográfica, no sexo pago comercializado pelas empresas especializadas no ramo da prostituição, dentre outros.

Como a única necessidade considerada do capital é a valorização do valor e não as necessidades verdadeiramente humanas, o *êxtase-lazer* representa “uma experiência altamente fragmentada e reiterativa, no interior de certa margem, mais formal, mais repetitiva e mais previsível, de conteúdo cada vez mais pobre no que diz respeito ao seu valor social e ao tipo de sociabilidade produzida”. Os antigos valores de uso sociais atribuídos ao lazer por alguns autores – *diversão, descanso e desenvolvimento (3D)* – são substituídos por aqueles quatro elementos (4S) que deveriam compor o ideal de férias ou de lazer: *sport, sun, sex and sea*. O turismo-aventura, os esportes californianos

¹¹⁶ Não consideramos adequado atribuir o termo “êxtase” ao fenômeno do lazer. A opção por reproduzi-lo em toda a pesquisa é consequência de nossa concordância com a análise da essência do fenômeno realizada pelo autor. Insistimos aqui na ponderação realizada ao problematizarmos a questão do “mercolazer”. Trata-se de um aprofundamento de características anteriores, mas que não expressam uma nova categoria social. Cabe destacar ainda que, conforme Saviani (2015, p. 6), o termo alienação em português, desde sua gênese, era utilizado para expressar um estado de transfiguração da mente, coincidindo com o “êxtase”. Portanto, a categoria alienação, recorrente nas análises dos estudos do lazer, já envolveria o que o autor buscou expressar com a categoria “êxtase-lazer”.

(surfe, asa delta) e os esportes radicais (*bungee jumping*, escaladas livres, *raftings* e a infinidade de outras práticas que pululam nas agências de turismo e propagandas dos mais variados produtos) compõem o conjunto de atividades que valorizam o “prazer imediato, a ‘sensação pura’ e as *performances individuais*” (SANT’ANNA, 2001, p. 58).

O processo acima apontado por Sant’Anna, componente do “direito ao prazer total” e que integra a “massificação do lazer” não é uma via de mão única (2001, p. 59). Pelo contrário, decorre na busca por mais prazer, diversão, saúde, turismo e esporte. Sendo assim, resulta: 1) numa intervenção cotidiana e intensa sobre o corpo e um massivo investimento no estilo esportivo (descontração das aparências), assim como na inserção e naturalização da lógica competitiva do esporte no mundo do trabalho e; 2) na domesticação dos espaços naturais¹¹⁷, como são exemplos os resorts e outros espaços-cidades voltados ao consumo e na reconstrução da natureza em espaços fechados.

Carente de tempo livre, alegria, diversão, jogo, prazer etc. apela-se à relação custo-benefício representada pelo preço, puramente representativo de um valor de troca (MASCARENHAS, 2005, p. 203-206). É avaliada a quantidade e intensidade de prazeres que podem lhe proporcionar cada atividade, efetivando o par valor–prazer como única qualidade objetiva e possível do lazer, convertendo os homens em

“elementos passivos ante uma prática social cujo objetivo maior, senão único, é o de liberar *adrenalina*, recarregando a excitação, faz da intensificação do prazer – isto é, do *êxtase* – o atributo abstrato e quantitativo que hoje, ao lado do preço, é o que mais conta na hora da opção e consumo de um determinado serviço. [...]

A pretexto de divertir, distrair, recrear, relaxar, descansar, *desestressar* ou até mesmo “educar”, mascarando o que há de histórico e humano no lazer, o *mercolazer* opera mesmo é na razão arrebatadora do *êxtase*. A diversão fantasiosamente arriscada, aquilo que, por exemplo, predomina nos *esportes de aventura*, não foge à regra. Altera-se a prática – seja ela a escalada, a tirolesa, o *rappel*, o *bóia-cross*, o *rafting*, o *trekking*, o *canyoning*, o *mountain bike*, o pára-quedismo, o vôo-livre etc. –, mudam os estímulos sensoriais, aumentam ou diminuem as doses de *adrenalina*, porém, a busca frenética pelo *êxtase*, na procura

¹¹⁷ Como afirma a autora, quem paga a conta pela falta de natureza e de espaço público na cidade é a natureza e os espaços distantes dela, pois, o turista carrega além de roupas e equipamentos de diversão dentro da mala, seus valores, expectativas e intolerâncias (SANT’ANNA, 2001, p. 62).

da excitação máxima, esta não tem fim. Atadas à lógica do “demais”, da superação e da repetição sucessiva, tais práticas estão sempre voltadas para o ilimitado.

Conforme exposto, a possibilidade da experiência lúdica autônoma é apenas a aparência do fenômeno lazer. O sujeito particular não perceber no lazer algo “interessado, altamente servil às demandas emanadas a partir do sistema de metabolismo social estruturado pelo capital” não altera em nada sua verdade. (MASCARENHAS, 2005, p. 231-232). Analisaremos a seguir um conjunto de importantes implicações políticas do lazer sob o domínio da subjetividade estranhada.

2. Implicações políticas do lazer sob o domínio da subjetividade estranhada

Como vimos, o lazer só foi atingir a condição formal de direito social no contexto brasileiro ao final da década de 1980. Desse modo se instituiu um *antivalor* ou uma *antimercadoria*, com potencial para “disputar” uma parcela do financiamento público, ainda que fosse para a reprodução da força de trabalho, incrementar a produtividade e preservar o salário para o consumo em massa de bens-duráveis. Entretanto, a posição de *subordinação real* do lazer ao capital o alçou nos anos seguintes rapidamente à condição de um *não-direito*, manifestando-se como objeto de conquista no mercado. Conforme Marcarenhas (2005, p. 106-107) esse processo instituiu uma pirâmide do acesso ao lazer:

“de um lado, os ricos e endinheirados, os *com-lazer*, aqueles que podem pagar pelo melhor das mercadorias e estilos de vida, tendo acesso ao *primeiro mundo do lazer*; no meio, sob a constante pressão gerada pelo empobrecimento e influência determinada pelo mimetismo e pelo simulacro, localiza-se a classe média, com frequentes escapadas ao *primeiro mundo*, afundando-se em dívidas ou liquidando suas economias, contudo, em sua maioria, tendo contato somente com o mais barato, com passaporte apenas para o *segundo mundo do lazer*, cópia inferior do *primeiro mundo*, onde pululam as ofertas de *lazer-genérico* e crescem as apropriações do já descartado *lazer de segunda-mão*; e, na base da pirâmide, o *terceiro mundo do lazer*, dos pobres e dos miseráveis, dos *quase sem* e dos *sem-lazer*, a maioria da população, os que somente tem acesso ao pouco de *lazer-aberto* que ainda restou, ou mesmo, aqueles que são assistidos por programas do tipo *lazer-solidário* ou *lazer-filantrópico*, iniciativas geralmente funcionalistas, mantidas por ONG’s, Igrejas, organizações comunitárias, associações de

moradores, fundações empresariais, sociedades beneficentes etc., em grande parte, subvencionadas pelo Estado ou recebendo apoio de organismos internacionais.”

Compõe os fundamentos dessa pirâmide a aceitação acrítica, como premissa implícita ou explícita, porém inquestionada, tanto da sociedade da escassez como da crise fiscal do Estado. Conforme analisamos em outro estudo (OLIVEIRA et. al. 2004, p. 8-9), existindo escassez de recursos, o Estado não poderia castigar o mercado (particularmente as empresas num contexto de concorrência global) e a sociedade civil com elevação dos impostos. Mediante o déficit financeiro para sustentar políticas e serviços sociais e assistenciais, está justificada a precarização das políticas sociais estatais, sua desconcentração e sua focalização, bem como sua passagem, ora para a “iniciativa privada”, ora para o “terceiro setor”.

O *lazer-solidário* ou *lazer-filantropico*, componente do chamado “terceiro setor”, portanto, representa a aceitação declarada ou velada do sistema do capital. Diferentemente do que ocorria em outros momentos, sob orientação ideológica do “terceiro setor” se abdica da luta pelo poder estatal e/ou do mercado, pois ele seria inatingível. Resta, assim, o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum, o “micropoder” foucaultiano criado nas associações e organizações comunitárias. Almeja-se a desmobilização mediante a resignação frente a fenômenos supostamente naturais, irreversíveis, inalteráveis. Naturaliza-se, desistoriciza-se o social, além de operar a segmentação e fetichização do real para torná-lo ininteligível e inalterável.

Essa funcionalidade ao capital e ao projeto neoliberal também são observáveis nas parcerias, forma encoberta de privatização tão comum no caso do *lazer-filantropico* ou *lazer-solidário*. Como é mais barato que as ONGs “parceiras” prestem serviços precários e pontuais/locais, “exclui-se” parcialmente a necessidade do Estado, da “lógica democrática” e de políticas sociais universais permanentes e de qualidade. O objetivo da parceria é claramente ideológico: desresponsabiliza o Estado das respostas às seqüelas da “questão social”, elimina o sistema de solidariedade social, esvazia o direito a serviços sociais de qualidade e universais, implantando em seu lugar a aparência de um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática, participativa e eficiente (o “terceiro setor”).

A alteração de um padrão de resposta social à “questão social”, com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou

funcional a ele) carrega inúmeras implicações para a constituição da subjetividade. Diante da passagem das políticas estatais (espaço democrático e de luta de classes) para o “terceiro setor” (supostamente supraclassista), desenvolve-se um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de “conquista” e de “direito” das políticas sociais, encobrendo estas com o “manto sagrado” da concessão. Processa-se também uma anulação das identidades de classe subsumidas a identidades particulares ou supraclassistas.

A coincidência entre a fase mais violenta da exploração capitalista e a crise das formações sociais que lhe faziam frente são somadas à tentativa, até aqui, bem sucedida de manipulação das consciências. Constituindo o momento hegemônico, “a burguesia opera ideologicamente fazendo com que a sua forma específica de ser seja convertida na forma de ser de toda humanidade” (HUNGARO, 2008, p. 17). Avareza, egoísmo, ganância, indiferença e desamor são naturalizados. Tudo é efêmero quando se trata de demonstrar que “aquilo que se lhe opunha já foi ultrapassado”. Porém, quando se trata daquilo que interessa à reprodução do capital, tudo parece imutável.

A *presentificação crônica*, por meio da destruição do passado através de mecanismos que desvinculam nossa experiência às das gerações passadas configura um dos fenômenos mais marcantes do final do século XX [e início XXI] (HOBSBAWN, 1995, p. 51). Silveira (2002, p. 109) identifica nesse processo a naturalização da brutal desigualdade humana, contribuindo para o enrijecimento dos componentes de tensão presentes na sociedade, fortalecendo o congelamento da memória histórica e refreando a dimensão de porvir. Essa reificação do presente reforça a perspectiva de manutenção do ordenamento capitalista e investe na destruição de vínculos que ocasionem a humanização dos sujeitos. São forjadas subjetividades numa perspectiva de imediatez, na qual o efêmero e o fragmentário, a produção de curto prazo, a insensibilidade perante o outro, a descrença nas esferas coletivas, o egoísmo, a competitividade e a eficiência são componentes fundantes.

O movimento operário, apesar de sua tradição de luta, foi diretamente atingido por esse processo. O “novo” complexo de reestruturação produtiva afetou sua objetividade (materialidade), mas também sua subjetividade, influenciando na *forma de ser* da classe operária e gerando consequências para a consciência de classe e suas estratégias de luta (HUNGARO, 2008, p. 238-239). A diminuição da sindicalização, o

crescimento da dessindicalização, a redução do número de greves e, principalmente, a crise do ideário que se contrapunha à lógica produtiva burguesa (o socialismo) são expressões e determinações desse fenômeno.

A erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e a substituição pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo" e "trabalho voluntário" atingiu em cheio os trabalhadores do lazer¹¹⁸, apesar de já não gozarem de direitos presentes em outras esferas da economia. Seja nas fabriquetas ou na grande indústria do lazer (MASCARENHAS, 2005), estão presentes os modos de ser da informalidade.

Conforme Alves e Tavares *apud* Antunes (2011c), a informalidade pode ser encontrada em diferentes modalidades. A primeira modalidade corresponde aos *trabalhadores informais tradicionais*, divididos entre os “menos instáveis” e os “mais instáveis”, trabalhadores “ocasionais” ou “temporários” que realizam atividades informais paralelamente ou quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado e que contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. Além de uma renda muito baixa, não possuem garantias do acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos (aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade). A segunda modalidade envolve os *trabalhadores informais assalariados sem registro*¹¹⁹. Estes passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, sendo, portanto, abandonados pela legislação trabalhista ou pelos acordos coletivos de sua categoria. “Forçadas” pela racionalidade instrumental do capital as empresas flexibilizam o trabalho, a jornada, a remuneração, aumentam a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho. Por fim, a terceira modalidade são os *trabalhadores informais por conta própria*. Variante dos produtores simples de mercadorias, contam apenas com sua própria força de trabalho ou de familiares, frequentemente, subcontratando força de trabalho assalariada.

¹¹⁸ Consideramos um desafio fundamental para o desenvolvimento dos estudos do lazer o aprofundamento da investigação da realidade daqueles trabalhadores.

¹¹⁹ Entre os *trabalhadores informais assalariados sem registro* e *informais por conta própria*, no caso do lazer é recorrente a naturalização do trabalho infantil. Os *buffets* e salões de festa, cada vez mais presentes nas grandes cidades, contam com inúmeros adolescentes que são contratados a partir do aliciamento dos “empreendedores”. Em outros termos, enquanto se comemora o aniversário dos amigos (as), filhos (as), sobrinhos (as) e netos (as), lamentavelmente, também se celebra a exploração do trabalho infantil.

A retórica da *Qualidade Total / Total Quality Manager (TQM)*, ocultando a dimensão histórica das coisas, busca mobilizar os esforços conjugados de todos em uma organização, na satisfação de seus clientes pela melhoria contínua de seus processos, produtos e operações, operando comportamentos colaborativos e atitudes pró-ativas com os valores do capital¹²⁰ (ALVES, 2011). Os novos mecanismos de contrapartida salarial (as novas formas de pagamento: bônus de produtividade e participação nos lucros e resultados - PLR) e de gestão da organização do trabalho (o trabalho em equipe como estímulo psíquico fundamental, no qual o trabalhador é carrasco do outro trabalhador) compõem os elementos mediativos da “captura” da subjetividade. Por medo do desemprego, o assalariado “consente” maior nível de exploração da sua força de trabalho, renunciando até mesmo a direitos.

Transformações importantes no chamado mundo da cultura¹²¹ tornam as coisas ainda mais complexas. Sob direção do movimento ídeo-cultural que se autodenomina Pós-Modernidade e que tem como eixo o questionamento da razão moderna e das supostas impossibilidades de compreensão da totalidade social e transformação radical do mundo, fragiliza-se o projeto revolucionário. Nesse contexto, assumindo o lazer como um tempo de liberdade e escolha em contraposição ao trabalho estranhado, desviando o foco da exploração do trabalho na produção, a melhor alternativa, aparentemente, é nos entregarmos aos nossos interesses hedonistas em busca de uma “falsa impressão de felicidade” (HUNGARO, 2008, p. 240). Justamente pela centralidade que a temática assume no imaginário social e nos estudos do lazer, discutiremos brevemente sobre a felicidade.

A noção de felicidade é “uma forma de consciência social, que por sua vez reflete as condições de vida material da sociedade, sendo, portanto, uma noção histórica”¹²² (BARBOSA, 2006, p. 155). Ao dominar também a produção de normas

¹²⁰ A figura do inspetor é “introjetada” nos operários e empregados, numa administração por panóptico, mais poderosa, que objetiva alcançar novos ganhos de produtividade a partir do envolvimento estimulado.

¹²¹ Como vimos, no cenário cultural contemporâneo a criação de uma espetacular indústria dita os padrões de expressão cultural. As modificações nos hábitos, modas e comportamentos são ditados a partir dos meios de comunicação de massa (e o principal deles é a televisão). A lógica do capital consome o espaço cultural (produção, divulgação e consumo) que, historicamente, foi um importante espaço de resistência ao capital. Temos assim um espetacular desenvolvimento de formas culturais socializáveis por meios eletrônicos (televisão, vídeo, multimídia etc.) (HUNGARO, 2008, p. 239).

¹²² De acordo com Barbosa (2006, p. 148), “a noção de felicidade engendrada pela aliança entre utilitarismo e capitalismo coloca-se acima de todas as outras concepções de felicidade surgidas até então, e se mostra como a mais sedutora no mundo globalizado contemporâneo. Assim, a estreita relação que se estabeleceu entre o utilitarismo e as doutrinas da nascente ciência econômica liberal no

morais, o capital influencia na constituição de uma noção de felicidade pautada pelo “ter”, pela propriedade ou pelo prazer imediato, noção comprometida com os princípios éticos da burguesia.

Numa vida organizada de modo a exigir que a dependência direta dos outros seja a menor possível, o ideal de felicidade surge associado à noção de individualidade (BARBOSA, 2006, p.158-159). Na obra marxiana e engelsiana, como vimos, temos exatamente o oposto. Parte-se de que os homens fazem coletivamente a sua história e as relações sociais - “via consciência social predominante” - formam o indivíduo que nasce e vive no seio de uma dada sociedade. Sendo assim, mudanças nas condições econômicas e/ou culturais poderiam produzir desejos opostos.

Essa definição do homem como ser social, conjunto das relações sociais, indica que o indivíduo se põe, na concepção marxiana, como um sujeito histórico e social (SAVIANI, 2015, p. 13). É por meio da incorporação à sua própria vida e atividade das forças, formas de comportamento e ideias que foram criadas pelos indivíduos e seus ancestrais que o indivíduo torna-se homem, sujeito de seus próprios atos. Por essa razão, a questão da subjetividade se manifesta como indissociável da intersubjetividade.

O conhecimento sobre a natureza da exploração capitalista e a crítica das formas ideológicas que recobrem a dominação de classe burguesa, como a liberdade e a igualdade formais, possibilitam a superação dessa sociedade e a afirmação de uma noção de felicidade emancipadora das potencialidades do homem. A constituição da noção de felicidade na expressão ética do pensamento marxiano e engelsiano nos induz a uma noção estritamente fundada sobre o materialismo histórico e dialético, tendo seus fundamentos pautados na preocupação com o homem e com a realização de suas potencialidades.

Acredita-se que lutar por um mundo cidadão ou mesmo pela totalidade da emancipação política, equivale a lutar por uma sociedade efetivamente livre. Por suas origens e seu desenvolvimento histórico funcional para a reprodução do ser social, esta representa uma forma importante, porém, *essencialmente* limitada (TONET, 2013). Uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Para que a luta social seja orientada

visando à superação dessa forma desumanizadora de sociabilidade fundamentada no capital é preciso atribuir um desafio superior.

Em tempos de neoliberalismo, o lazer exprime uma máxima subserviência ao capital, porém, “tal subserviência não retira do fenômeno uma sua determinação ontológica que, também, aparece no trabalho: sua estreita ligação com a Emancipação Humana” (HUNGARO, 2008, p. 242).

3. Lazer, projeto histórico e emancipação humana

Como vimos, cada indivíduo só se constitui como homem se incorporar em sua própria subjetividade formas de comportamento e ideias criadas pelas gerações anteriores e retrabalhadas por ele e por aqueles que com ele convivem. É o processo educativo, seja ele formal ou informal, que possibilita a integração ao gênero humano. De acordo com Saviani (2008, p.06), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

No caso dos estudos do lazer que estabelecem o diálogo com o referencial marxista, invariavelmente, estão presentes referências à temática da educação. O mesmo ocorre com a maioria dos clássicos dos estudos do lazer brasileiros, onde prevalecem as teses da educação para o tempo livre e educação pelo tempo livre, manifestações da “disputa política em torno do que será feito do tempo livre da classe trabalhadora, predominando as posições que visam sempre determinar o caráter deste tempo” (PEIXOTO, 2007, p. 268). Diante do exposto, julgamos fundamental começarmos debatendo os limites e possibilidades da educação visando a emancipação humana.

A reivindicação do direito ao acesso universal do conhecimento científico socialmente produzido é pressuposto para se projetar a emancipação humana. No entanto, a crise estrutural do capital intensifica a divisão social do trabalho, dificulta o acesso à educação, desenvolve conteúdos cada vez mais fragmentados e alienados, submetendo o processo educativo às regras do mercado. O resultado desse processo é “uma formação dos indivíduos cada vez mais unilateral, deformada e empobrecida” (TONET, 2015, p. 134). Curiosamente isso ocorre ao mesmo tempo em que o discurso sobre a educação se distancia de sua realidade, prevalecendo o sentido da fragmentação,

da oposição entre os indivíduos, da guerra de todos contra todos, do aumento das desigualdades sociais, apesar da intensificação do apelo por uma educação humanista, solidária, integral, cidadã, democrática e participativa. Tal discurso, quando não aponta para as bases materiais do sociometabolismo, afirma uma suposta incapacidade da consciência de compreender a lógica do processo social. Resta apenas apontar o dedo acusador para os seus efeitos.

Tanto o tempo livre para uma atividade livre quanto o acesso à educação de qualidade socialmente referenciada dependem da superação das condições que impedem a classe trabalhadora de se apropriar dos frutos de seu trabalho (PEIXOTO, 2007, p. 269-270). Seria ingenuidade admitir a possibilidade de superação do modo capitalista de produção, exclusivamente, pela via da atuação no âmbito da educação. Como o trabalho estranhado se refere ao trabalho sob o modo capitalista de produção, a noção de tempo livre para o lazer “é o constitutivo contraditório e dialético desta noção, superável apenas pela revolução da totalidade das condições que viabilizam esta contradição, uma revolução que só pode surgir no seio e no movimento desta relação contraditória.”. Decorre desta afirmação a importância de se ter no horizonte a perspectiva do projeto histórico comunista e a emancipação humana.

O que distingue a educação de todas as outras atividades¹²³ - embora possa também produzir objetivações -, é o fato dela se apropriar daquilo que é realizado por outras atividades. Conforme Tonet (2015, p. 140), através da educação – entendida em um sentido amplo, que inclui tanto a educação direta quanto a educação indireta –, o indivíduo se torna capaz de se apropriar do universo contido na obra de arte, por exemplo. Sendo assim, a atividade educativa assume a perspectiva emancipatória quanto mais e melhor exercer o seu papel específico, possibilitando ao indivíduo a apropriação daquelas objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade. Obviamente,

¹²³ Em sentido ontológico a educação não é trabalho, mas, uma atividade humana. Assim como o trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. Indiretamente, o trabalho medeia a relação entre o indivíduo e a sociedade, e a educação medeia a relação entre o homem e a natureza. Entretanto, “a educação não é a única atividade a mediar aquela relação. Outras também, como a linguagem, a arte, a política, o direito, etc, cumprem esta função.” (TONET, 2015, p. 139-140). Possibilitar ao indivíduo a apropriação das objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade é sempre o momento determinante da atividade educativa. As atividades sindicais, lutas econômicas, políticas, etc., apenas em certas circunstâncias podem assumir o papel de momento predominante (TONET, 2015, p. 152).

“isso envolve a luta pelas condições que permitam atingir o mais plenamente possível este objetivo. Com isto o indivíduo se constituirá como um ser pertencente ao gênero humano e contribuirá para a reprodução deste. **Neste momento histórico, porém, em direção à forma mais plenamente humana possível para o ser social.** Vale lembrar, porém, que o exercício deste papel específico poderá ser tanto melhor quanto mais articulado estiver com o conjunto das atividades de caráter emancipatório.” (TONET, 2015, p. 152) (*grifos nossos*).

Toda ação pedagógica deve ser guiada por uma teleologia e, frente ao embate entre classes antagônicas que marca o modo capitalista de produção, torna-se urgente que reconheçamos que toda a ação pedagógica vai contribuir para a consolidação do capitalismo ou para sua superação, não sendo diferente para as ações no lazer (PEIXOTO, 2007, p. 260). Os proprietários dos meios de produção diariamente impõe a teleologia que delimitou ser central para seus interesses particulares. Nesse sentido, trabalhar pela garantia de acesso ao lazer como direito social democrático, enquanto política pública a ser garantida pelo Estado, porém, abdicando da perspectiva revolucionária nos marcos da elaboração marx-engelsiana, impõem severos limites à capacidade humana “de projetar e efetivar seu futuro” (teleologia).

As considerações aqui apresentadas a respeito das relações entre educação e lazer fundamentam a necessidade de uma *Pedagogia crítica do lazer*, capaz de se contrapor as perspectivas conservadora (ação comunitária) e reformista (animação sociocultural), conforme sugerido por Mascarenhas¹²⁴ (2005, p. 270). Podemos ampliar essas reflexões para pensarmos a questão da formação profissional. Conforme Marin (2001) parece incoerente, num cenário de contradições geradas pelas diferenças sociais, que possui sua face na barbárie que assola nosso cotidiano, no desemprego, no trabalho alienado, na exclusão social, na desumanização das relações, na situação planetária caótica, entre muitas outras, que as universidades, especialmente as públicas, possuam

¹²⁴ O ponto de partida para essa elaboração, de acordo com o autor, seria o legado das formulações *freirianas*, ponto mais alto das elaborações visando a educação não-formal e de várias outras que compõem a *educação popular*. Envolveria, assim, “um lazer problematizador, reclamando o ambiente, a disponibilidade e as condições para que a reflexão elaborada e gerada a partir da vivência da cultura lúdica busque assegurar às classes populares a apropriação de um saber correspondente às suas experiências e reais necessidades, possibilitando-lhes o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como sujeito coletivo.” (MASCARENHAS, 2005, p. 272). Conforme sugerido por Saviani (2009), ponderamos que a escola é a forma mais desenvolvida de educação e, portanto, contém a chave para compreender as outras formas educativas. Embora não seja o objetivo desse trabalho, indicamos a necessidade de explorar as inúmeras contribuições da *Pedagogia histórico-crítica* para constituição de uma *Pedagogia crítica do lazer*.

como referência o projeto histórico capitalista e formem profissionais do lazer preocupados em atender a demanda do mercado de trabalho.

O lazer reúne atributos para ter seu reconhecimento como direito¹²⁵ sustentado sobre “princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico.” (MASCARENHAS, 2005, p. 249-250). Enquanto instrumento político e pedagógico de transformação social baseia-se na “educação informal, alegre e lúdica”, com potencial para “se manifestar pelas mais diferentes práticas, nos mais diversos ambientes, como tempo e espaço de organização da cultura”.

Em síntese, apesar de todas as contradições de nossa época, “o lazer repõe – mesmo às consciências reificadas – à questão da “felicidade” e da “liberdade” (HÚNGARO, 2008, p. 257-258). A luta pela constituição, manutenção e ampliação do direito ao lazer, se não tomadas como fim em si, mas a serviço do aprofundamento da organização dos trabalhadores com vistas a constituição de uma alternativa real para além do capital, tem potencial revolucionário. No caso das reivindicações visando o direito ao lazer, devemos nos atentar para o conteúdo dessas atividades¹²⁶:

“elas devem em seu conteúdo serem respostas efetivas à cultura de massa, ao imperialismo cultural, ao resgate da cultura popular-nacional (em seu sentido Gramsciano), enfim, devem estar articuladas com um projeto histórico revolucionário, pois o lazer como vimos, não tem uma essência espontânea que por si só emancipa.”

¹²⁵ Mascarenhas desenvolverá o conceito de *lazerania* para se referir ao direito ao lazer. Entendemos que o autor contrapõe a perspectiva da cidadania à defesa da rápida tomada do poder como estratégia de transformação social. No entanto, ao reconhecer que a política social “é apenas uma dimensão da política pública” e que requer uma “política econômica condizente com o projeto de desenvolvimento humano que se preconiza” (2005, p. 254), fica evidente que cabem somente às lutas concretas o reconhecimento dos limites conjunturais e o estabelecimento de seus horizontes. É baseando-se “na análise concreta de situações concretas”, considerando as alternativas possíveis de cada momento histórico, que se definem os limites da disputa. Concordamos que por conta do lazer não compor historicamente a pauta mais imediata de reivindicações dos trabalhadores - embora frequentemente se faça presente nas lutas da juventude -, o aumento dos programas e espaços públicos voltados para o lazer agiria como contraponto “à pressão pelo trabalho e à venalidade generalizada no terreno da fruição e dos divertimentos”, muito embora a ofensiva neoliberal tenha delimitado (provisoriamente e de maneira bastante instável como demonstra as lutas desse início de século) os limites para o avanço dos direitos sociais.

¹²⁶ Mascarenhas aponta para a mesma direção ao reivindicar uma “articulação que busque pautar as políticas de lazer pela organização de diferentes formas de sociabilidade, forjando práticas, valores e comportamentos verdadeiramente solidários, buscando, a partir da especificidade do trabalho e da intervenção que se operam no e pelo lazer, contribuir para o desenvolvimento de uma humanidade renovada.” (2005, p. 251).

Cabe ainda observar que a *busca pelo ócio perdido* não representa alternativa ao capital, pelo contrário (2005, p. 208). Nem na sua vertente idealista, o elogio ao ócio, nem na forma da racionalidade produtiva, a exaltação do ócio. A primeira, “ao denunciar o afastamento do lazer da noção clássica de ócio, dá sua humanidade como perdida, reclamando modos de vida do passado como chave para a autodeterminação do indivíduo no presente”. No segundo caso, remetendo a antiguidade clássica, busca “na atividade e no pensar criativos do homem livre daquela época argumentos para legitimar o aproveitamento utilitário do ócio como panacéia para os problemas econômicos da sociedade atual”.

Essas “pseudoalternativas” desarmam as potencialidades do lazer na perspectiva do projeto histórico comunista. Subaproveitam a ideia de que o ócio cultiva “acesa a possibilidade de um tempo e espaço em que o homem possa reconciliar-se consigo e com a natureza” e entregar-se “integralmente ao desenvolvimento multilateral de suas capacidades físicas e intelectuais” (MASCARENHAS, 2005, p. 233), enquanto ocultam a colonização contemporânea do tempo livre pelo tempo de trabalho e não denunciam o pouco tempo livre que dispõem os trabalhadores envolvidos em ocupações de maior dimensão intelectual. Desse modo, desconsideram o lazer como um “tempo e espaço **possível** para exercício da participação, da autoconsciência, da liberdade e da igualdade, aceito como importante dimensão da educação, da ação política e da relação hegemônica, prática social determinante para a emancipação humana.” (MASCARENHAS, 2005, p. 213, *grifo nosso*).

Mediante as considerações aqui apresentadas, a redução da jornada de trabalho – se não entendida isoladamente -, mas combinada à luta pelo controle (e redução) do tempo opressivo do trabalho e da sociedade comunista apresenta-se como um mecanismo importante para a minimização do desemprego estrutural e, conseqüentemente, para a organização dos trabalhadores. De acordo com Antunes (2005, p. 174-175), entendida como ponto de partida, permite uma reflexão sobre o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida, além de possibilitar uma vida dotada de sentido fora do tempo de trabalho, desde que articule efetivamente a ação contra as formas de opressão, exploração do trabalho e formas contemporâneas de estranhamento que se realizam na esfera do consumo material e simbólico.

Uma vez que o modo capitalista de produção em seu estágio atual abrange as esferas da vida *fora do trabalho*, para ir à *desfetichização da sociedade do consumo* é indispensável a *desfetichização do modo de produção capitalista*. Conforme Antunes,

“Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade* humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido, autodeterminada, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente* e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Uma sociabilidade tecida por *indivíduos* (homens e mulheres) *sociais e livremente associados*, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. *Em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente*. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e *decisivamente*) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

[...] Desse modo, a luta imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem excludentes tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento *societal por um trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível para o trabalho* e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho* – ambos, portanto, fora do *controle e comando opressivo do capital* – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema do metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação. [...] (ANTUNES, 2002, p. 177-178)

Conforme procuramos demonstrar, a emancipação humana abarca a possibilidade de um momento histórico para além do capital, “fim mais alto da humanidade” e “espaço indefinidamente aperfeiçoável de uma autoconstrução humana plenamente livre” (TONET, 2015, p. 154-155). Assumindo o trabalho como o fundamento ontológico do ser social, reconhecemos no trabalho associado uma sociabilidade efetivamente livre, forma de atividade na qual “os indivíduos põem as

suas forças em comum e elas permanecem diretamente comuns do início ao fim do processo”. Trata-se da “matriz da forma mais aperfeiçoada possível da liberdade humana” que possibilita ao gênero humano tornar-se “cada vez mais criativo, mais social, mais livre, mais consciente e mais universal”.

V. Considerações finais

Em nosso estudo buscamos estabelecer as relações entre lazer e subjetividade. Nosso primeiro passo foi reconhecer no processo histórico a constituição das condições objetivas e subjetivas do sociometabolismo do capital. Por essa razão, partimos da exposição da subordinação do trabalho ao complexo do sociometabolismo do capital.

Contrariando o funcionamento dos modos de produção anteriores, constatamos que a satisfação das necessidades sociais são relegadas a segundo plano em detrimento da *autorreprodução* do capital. Tem sido assim desde a fase clássica do imperialismo, passando pela Era do Ouro do capital e chegando aos dias atuais. A organização científica *taylorista* do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o *fordismo* - baseados na separação entre trabalho intelectual e execução, decomposição das tarefas, entre outros -, representou a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho até as primeiras décadas do século XX. Aplicados também em outros ramos da produção pelo globo possibilitou um crescimento econômico sem precedentes e a proposta do Estado social como resposta do capital às conquistas dos trabalhadores (avanços na sua organização e, principalmente, a constituição da URSS). No entanto, a partir da década de 1970 manifestações de esgotamento daquele modelo ganham relevância, influenciando enormemente a cultura (haja vista a pós-modernidade), a economia e a política.

A crise do *taylorismo-fordismo* e do modelo *keynesiano* teve sua origem na *tendência decrescente da taxa de lucro*, conteúdo da *crise estrutural do capital*. Desse modo, tem início um processo de “restauração” do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação a partir da ideologia neoliberal, da financeirização e do “novo” complexo de reestruturação produtiva. Decorre daí a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo e o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, reduzindo, conseqüentemente, a demanda de trabalho vivo.

O toyotismo corresponde ao “momento predominante” desse “novo” complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2011). A produção ocorre via redes de colaboradores, terceirização, redes de subcontratação, trabalho em domicílio, trabalho

temporário, equipes e máquinas polivalentes, fim dos postos fixos e especializados. No entanto, é com o envolvimento pró-ativo do operário ou empregado, seu engajamento estimulado, sintetizados na expressão “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar a série de dispositivos técnico-organizacionais da produção. Por fim, o incentivo a flexibilização do salário direto, a alteração por mecanismos de natureza concorrencial, a nova precariedade do trabalho (trabalho parcial, temporário), e o desemprego em massa são elementos de heterogeneização e de cisão de classe e de sua consciência.

O cenário exposto, combinado a queda do socialismo realmente existente, parece tornar a realidade imutável, enfraquecendo as concepções comprometidas com os interesses dos trabalhadores. No entanto, é a obra marxiana, fundamentada nos princípios da modernidade – razão dialética, humanismo e historicismo –, abandonados pela burguesia em sua fase decadente e substituídos pelo irracionalismo e a “miséria da razão”, que “possui a chave” para a compreensão da sociedade do capital.

Componente da teoria social de Marx, a teoria da alienação foi desenvolvida num movimento de sucessivas aproximações e superações dos estatutos anteriores. Todas as vezes que a economia política é o ambiente em que se põe a crítica de Marx, põe-se também a problemática do fetichismo. O fetichismo da mercadoria provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. Tão logo estas são produzidas, adere a elas o fetichismo, algo inseparável de sua produção. As mercadorias passam a refletir aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, assumindo forma fantasmagórica, como propriedades naturais sociais dessas coisas e refletindo a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Desse modo, a *socialização da sociedade* promovida pela burguesia e seus *processos alienantes* redundam na *reificação* das relações sociais, algo que só marginalmente comparecia nas formas anteriores.

Indistintamente, os espaços da vida social, incluindo a existência individual, são preenchidos pelo capital na contemporaneidade. A manipulação ultrapassa a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e induz comportamentos dos agentes sociais particulares, dominando instâncias que o indivíduo acreditava reservar como áreas de autonomia (a família, o lar, a fruição estética, o erotismo, a criação dos

imaginários, o lazer, etc.). Tal movimento é identificado nas manifestações da indústria cultural. A aparência das objetivações do ser social obscurece a sua negatividade e constitui a positividade que integra o conjunto das caóticas e autonomizadas relações sociais reificadas numa aparência unitária.

O mecanismo da manipulação social constitui-se um “processo de subjetivação” que articula produção e reprodução social ao processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana. Fundamentados no último Lukács, identificamos que o capital procura manipular para vender e realizar a mais-valia. Esse aparato que manipula os desejos do consumidor para o consumo sem necessidade (irracional) transforma o “tempo livre” em tempo de consumo. Em outros termos, no capitalismo monopolista a passividade é generalizada à esfera do lazer, proporcionando o empobrecimento do gênero humano.

O que tem sido o lazer e o seu vir-a-ser demandam, assim, o estudo do trabalho, complexo fundamental do ser social. Qualquer pesquisador que ignore esse fato está condenado ao fracasso. Isso se confirmou no reconhecimento da divisão social do trabalho, na formulação clássica acerca do reino da necessidade e da liberdade e da propriedade privada como determinantes desse complexo. Apenas sob o modo de produção capitalista surge a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade através de um sistema de produção social, a satisfação das necessidades materiais e o completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e intelectuais (PEIXOTO, 2007).

Marx e Engels elaboram as condições teóricas (e políticas) que possibilitam o desvelamento das razões pelas quais o ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** esteve e permanece historicamente restrito a uma parcela da sociedade. Como na produção capitalista o desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva a redução da jornada de trabalho, mas, reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias, o tempo livre é produzido para uma classe mediante a transformação de todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho.

Por outro lado, se considerarmos o trabalho não em sua forma abstrata e estranhada, mas concreta, a constituição ontológica do trabalho é o ponto de partida

genético de uma questão vital: a liberdade. Se o homem não tivesse se convertido numa essência genérica de ordem social através e no trabalho, se a liberdade não fosse fruto da sua própria atividade, de sua autossuperação em relação à sua própria constituição meramente orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade efetiva.

Conforme as disputa em torno da jornada de trabalho – guerra civil mais ou menos oculta entre proprietários e trabalhadores – possibilitou o aumento do “tempo livre” e o lazer da classe trabalhadora, diversos mecanismos inviabilizaram o reconhecimento da situação de exploração e a consciência da necessidade da revolução política e social. A taxa de utilização decrescente das mercadorias (MÉSZÁROS, 2011) e os efeitos da relativização do luxo e da necessidade sob o lazer, conforme observado por Mascarenhas (2005), são componentes decisivos de uma sociedade ideologizada pelo consumo e que converte a busca do prazer – incluindo a busca corporificada ou coisificada nas práticas de lazer – num poderoso instrumento para a autovalorização do capital. O consumo diversificado e segmentar colado às necessidades e desejos individuais impactam significativamente a cultura contemporânea, possibilitando produtos e serviços cada vez mais personalizados, desintegrando a *cultura da casa* e repondo em seu lugar a *cultura das saídas*.

De modo geral, nos estudos do lazer brasileiros prevaleceu a ausência do enfrentamento teórico da problemática, inviabilizando uma análise crítica e radical na perspectiva da superação do capital. A dispersão de expressões, por exemplo (lazer, recreação, ócio, tempo livre etc), acaba por ocultar o problema da forma do trabalho no modo capitalista de produção da existência, organizado sob uma complexa divisão social, toda ela voltada para a produção da mais valia e pela total exclusão e desprezo das necessidades daqueles que o realizam, marcada pelo total impedimento ao homem de uma vida plena de sentido (PEIXOTO, 2007).

Desde seus primeiros registros, nos manuais de recreação de fins do século XIX até meados do século XX, os estudos do lazer no país visavam a conformação moral e ideológica da classe trabalhadora e de seus filhos ao projeto burguês de desenvolvimento da industrialização. Por outro lado, concepções subjetivistas e hedonistas de lazer eram combatidas por representarem um entrave à formação do operário-massa. O conteúdo desse enfrentamento se expressou na legislação trabalhista, na reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na

racionalização taylor-fordista até a racionalização do repouso e tutela do tempo livre. Nesse período, o lazer estava muito mais ligado a uma orientação ideológica e instrumental - critério de identificação e pertencimento de classe através do associativismo nos círculos e clubes sociais - do que a uma orientação mercantil (MASCARENHAS, 2005).

A partir do final da década de 1960, a preocupação com a promoção de certos usos do tempo livre denuncia o caráter de urgência que investiu as questões relacionadas a ludicidade e o descanso do trabalhador. Ocorre assim um salto quantitativo e qualitativo na produção dos estudos do lazer que corresponde a conotação científica e racionalizada que vai acentuar-se na produção desse conhecimento.

Somente na década de 1980 o caráter funcionalista daqueles estudos foi alvo de críticas mais consistentes, resultado de uma primeira incorporação da tradição marxiana e de outros autores vinculados à teoria crítica dos estudos do lazer. Porém, logo no início da década de 1990, são dissolvidas as fronteiras que antes impunham limites para a expansão e livre circulação do *capital divertido*, constituindo a *grande indústria do lazer* no país e combinadas as mudanças no mundo do trabalho operadas desde a década de 1970. O reflexo dessas mudanças - somadas às diretrizes da CAPES/CNPq para a produtividade em pesquisa -, promoveram uma verdadeira *refuncionalização* do lazer, na qual o valor e utilidade sociais hegemônicos das décadas anteriores, são agora subordinados aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer, parte de um complexo com relativa autonomia.

A *refuncionalização* do lazer confere nova vida às concepções subjetivistas pela afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado, operando como simulacros de emancipação do capital. Por trás dessa aparente liberdade, temos o sistema mundial do capital e a subsunção real do trabalho, fundamento material de uma subjetividade (estranhada) atravessada por contradições objetivas da produção social (o trabalho estranhado).

Como sistema sociometabólico o capital se reproduz constituindo (e instituindo), cada vez mais, nexos de subjetividade e formas de subjetivação (ALVES, 2006). Ocorre, porém, que a “demasiada subjetividade” ou “subjetividade complexa”, resultado do desenvolvimento das capacidades humanas, não produz obrigatoriamente o

desenvolvimento da personalidade humana. Em outros termos, o desenvolvimento do gênero humano em-si não se desdobra (e se explicita) como desenvolvimento do gênero-humano para-si, podendo se desfigurar, aviltar, etc a personalidade humana potencializando capacidades singulares. O lazer corresponde, assim, a um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada.

Durante o século XX, a luta de classes se mostrou cada vez mais como uma disputa pela subjetividade e pelas formas de subjetivação. A luta pelo ***direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre*** foi progressivamente disciplinada via corrupção de segmentos do proletariado; a reestruturação dos processos de produção, o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels, e a configuração da socialdemocracia; o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais; a preocupação com a formação do trabalhador e com a ocupação do “tempo livre” (PEIXOTO, 2007).

A regulamentação da jornada de trabalho foi acompanhada do esforço para determinar suas finalidades pela burguesia, por meio de uma diversidade de conteúdos fúteis que deveriam ocupar o tempo do trabalhador. O consumo sob a forma de consumo estranhado, a exemplo do que ocorre com o trabalho estranhado, de meio de vida torna-se fim em si mesmo, ampliando a esfera da alienação social. Desse modo, os espaços de consumo correspondem a “espaços da pedagogia da mercadoria”, no qual se “ensina” que o ato de viver deve ser reduzido a mero ato de consumo.

Num movimento sem precedentes na história, a mercadoria deixa de ser uma exceção, no caso do *lazer*, para alcançar a condição de regra geral. A subsunção real do lazer à forma mercadoria encontra seus fundamentos na relativização do luxo e da necessidade. Estes são estimulados pelo relaxamento do *puritanismo* e do *proibicionismo* de cariz fordista, pelo crescente apelo ao consumo e pela constante redefinição dos chamados estilos de vida (MASCARENHAS, 2005). Temos, assim, um lazer que é experiência e mercadoria em si, mas também *valor de uso prometido* e *palco de vivências*. Símbolo de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria, os “Shopping Centers híbridos” possibilitaram a unidade entre lazer e consumo (PADILHA, 2006). Num cenário ainda pior, temos um lazer que corresponde ao “direito ao prazer total”, uma experiência altamente

fragmentada e reiterativa, de conteúdo cada vez mais pobre no que diz respeito ao seu valor social e ao tipo de sociabilidade produzida.

Ambos favorecem o enfraquecimento do ser social ao ocultar as contradições da vida social. Ao impor a mera adaptação passiva ao meio ambiente espetacular das mercadorias, o capital opera uma sinistra desefetivação do ser genérico do homem. Identificamos nessa tendência um duplo processo com inúmeras repercussões: 1) um processo de dessubjetivação humano-genérico e, por conseguinte, processo de dessubjetivação de classe no sentido de corrosão do sujeito histórico, capaz de fazer história e; 2) um processo de subjetivação fetichizado no sentido de formação de “individualidades humanas abstratas” afetadas de negação (ALVES, 2010).

No terreno das inovações sociometabólicas do “novo” complexo de reestruturação produtiva temos uma “plethora de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado” (ALVES, 2012). Tais inovações se disseminam na forma de signos e imagens por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural (com destaque para a literatura de autoajuda) e igrejas, que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social e que constituem o ambiente psicossocial da “captura” da subjetividade como nexos essenciais do toyotismo. Como o corpo não se emancipa da disciplina do capital na produção, constitui-se uma relação psicocorporal que busca preservar o componente essencial do capital: um corpo útil, produtivo e submisso. No que envolve a reprodução social, por meio de “valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado”, se disseminam a corpolatria e as utopias do corpo, simulacros de emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital.

A intensificação do trabalho pelo recurso das tecnologias da informação avassala o tempo de não trabalho de operários e empregados, inclusive do alto escalão administrativo, que ficam totalmente à mercê da empresa. O impacto na vida social e familiar e na saúde é muito significativo. Por outro lado, os indivíduos são responsabilizados por doenças associadas ao ritmo e as condições de trabalho como LER, DORT, depressão entre outras.

Não se sabe mais onde se encerra a jornada, quando será a folga, as férias ou a aposentadoria. As conquistas alcançadas por gerações durante quase dois séculos de

enfrentamentos entre capital e trabalho parecem escorrer entre os dedos dos trabalhadores. Como os tempos dedicados ao lazer são cada vez mais curtos, fragmentados, descontínuos, incertos ou inexistentes, o indivíduo é induzido ao prazer e ao consumo instantâneo dos objetos despejados no mercado. O caminho é apelar à relação custo-benefício representada pelo preço (MASCARENHAS, 2005). É avaliada a quantidade e intensidade de prazeres (adrenalina, por exemplo) que podem lhe proporcionar cada atividade, efetivando o par valor–prazer como única qualidade objetiva e possível do lazer.

A *subordinação real* do lazer ao capital alçou o lazer, logo após 1988, à condição de um *não-direito*. Desse modo se constituiu uma pirâmide do acesso ao lazer: os ricos pagam e acessam o melhor das mercadorias e estilos de vida; a classe média, afundando-se em dívidas ou esgotando suas economias, alcança somente uma cópia inferior do melhor e do que já foi descartado e; os pobres e miseráveis, a maioria da população, acessam somente o lazer-aberto ou de programas mantidos por ONG's.

Esse *lazer-solidário* ou *lazer-filantropico*, componente do chamado “terceiro setor” representa a aceitação declarada ou velada do sistema do capital. Abdica-se da luta pelo poder estatal e/ou do mercado, pois ele seria inatingível. As parcerias, forma encoberta de privatização, possuem outro componente ideológico: desresponsabiliza o Estado, elimina o sistema de solidariedade social, esvazia o direito a serviços sociais de qualidade e universais repondo, em seu lugar, a aparência de uma simples transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática, participativa e eficiente (o “terceiro setor”).

A passagem das políticas estatais (espaço democrático e de luta de classes) para o “terceiro setor” (supostamente supraclassista), desenvolve um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de “conquista” e de “direito” das políticas sociais, encobrendo estas com o “manto sagrado” da concessão. Processa-se também uma anulação das identidades de classe subsumidas a identidades particulares ou supraclassistas.

A *presentificação crônica*, por meio da destruição do passado, através de mecanismos que desvinculam nossa experiência às das gerações passadas, configura um dos fenômenos mais marcantes da passagem do século XX ao XXI (HOBSBAWN,

1995). Essa perspectiva de manutenção do ordenamento capitalista destrói vínculos capazes de promoverem a humanização dos sujeitos.

São forçadas subjetividades numa perspectiva de imediatividade, na qual o efêmero e o fragmentário, a produção de curto prazo, a insensibilidade perante o outro, a descrença nas esferas coletivas, o egoísmo, a competitividade e a eficiência são componentes fundantes. A retórica da *Qualidade Total / Total Quality Manager (TQM)*, os novos mecanismos de contrapartida salarial (bônus de produtividade e participação nos lucros e resultados - PLR) e de gestão da organização do trabalho (o trabalho em equipe como estímulo psíquico fundamental, no qual o trabalhador é carrasco do outro trabalhador) compõem os elementos mediativos de uma “captura” da subjetividade. Por medo do desemprego, o assalariado “consente” maior nível de exploração da sua força de trabalho, renunciando até mesmo a direitos.

Ao dominar também a produção de normas morais, o capital influencia na constituição de uma noção de felicidade pautada pelo “ter”, pela propriedade ou pelo prazer imediato, noção comprometida com os princípios éticos da burguesia. No entanto, o conhecimento sobre a natureza da exploração capitalista e a crítica das formas ideológicas que recobrem a dominação de classe burguesa possibilitam a superação dessa sociedade e a afirmação de uma noção de felicidade emancipadora das potencialidades do homem: a emancipação humana.

A subsunção real do lazer ao capital não retira do fenômeno sua estreita ligação com a emancipação humana, tal como ocorre com o trabalho. (HUNGARO, 2008). Porém, trabalhar pela garantia de acesso ao lazer como direito social, enquanto política pública a ser garantida pelo Estado, deve ter no horizonte a perspectiva revolucionária, nos marcos da elaboração marx-engelsiana, o que compreende projeto histórico comunista.

O lazer assume a perspectiva emancipatória quanto mais e melhor exercer o papel de uma atividade educativa, possibilitando ao indivíduo a apropriação daquelas objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade. Desse modo, envolve a luta pelas condições que permitam atingir o mais plenamente possível este objetivo, podendo ser o exercício deste papel específico tanto melhor quanto mais articulado estiver com o conjunto das atividades de caráter emancipatório.

Entendemos que a constituição, manutenção e ampliação do direito ao lazer devem estar a serviço do aprofundamento da organização dos trabalhadores com vistas a construção de uma alternativa real para além do capital. Sendo assim, o conteúdo dessas atividades deve envolver respostas efetivas à cultura de massa, ao imperialismo cultural e ao resgate da cultura popular-nacional (em seu sentido Gramsciano) (HUNGARO, 2008). É nesse contexto que ganha importância a luta pela redução da jornada combinada à luta pelo controle (e redução) do tempo do trabalho.

Refletindo sobre as possibilidades de análise das relações entre subjetividade e lazer, consideramos fundamental a ampliação dos estudos sobre a obra de maturidade de Lukács. Um bom exemplo é a investigação do autor sobre as *reificações inocentes* e as *reificações estranhadas (ou alienantes)*, muito diferentes das teorias sobre a sociedade do ócio ou do tempo livre. Nos setores de ponta (“máquinas inteligentes”), as formas modernas da *reificação* afastam a subjetividade ainda mais do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (*reificações inocentes*), enquanto a precarização ou o risco do desemprego para a ampla maioria conduz à perda (quase) completa da dimensão de humanidade (*reificações estranhadas*). Consideramos ainda de grande valor a observação do cotidiano proposta pelo autor por possibilitar a distinção entre as objetivações relacionadas ao lazer que constituem o gênero humano em-si, em contraposição daquelas que compõem o gênero humano para-si, identificando as mediações concretas que permitam romper as reificações alienantes e realizar a emancipação humana.

Por fim, a sistematização de uma Pedagogia crítica do lazer é tarefa urgente. Reconhecemos nos fundamentos da Pedagogia histórico-crítica um importante caminho para essa empreitada, desde que não sejam desconsideradas as especificidades do complexo do lazer. Para que não parem dúvidas, insistimos que a formação profissional, bem como a constituição, manutenção e ampliação do direito ao lazer devem estar a serviço do aprofundamento da organização dos trabalhadores com vistas a constituição de uma sociedade que permita uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, baseada no trabalho associado e que possibilite uma sociabilidade efetivamente livre.

VI. Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodoro W.; HORKHEIMER, Max. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas**. In: ADORNO, Theodoro W. Indústria cultural e sociedade. Paz e terra, 5.ed., 2002.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global**. In: Dialética do lazer. Valquíria Padilha (Org.). São Paulo: Cortez, 2006.

ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI: Trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir.; GENTILLI, Pablo A. A. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo Coltro. Apresentação In: **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ANTUNES, Ricardo Coltro. **Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011b.

ANTUNES, Ricardo Coltro. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc. no.107 São Paulo July/Sept. 2011c.

BARBOSA, Claudio Luis de Alvarenga. **A fundamentação da felicidade em Marx**. Educ. e Filos., Uberlândia, v. 20, n. 39, p. 147-162, jan./jun. 2006.

BIANCHI, Álvaro. **A parábola do pós-modernismo**. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=2736>. Acessado em: 13/06/2015.

BRAGA, Ruy. **Velhas ideologias para a “nova esquerda”**. Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. Revista Outubro, ed. 2, 1998.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador**. São Paulo, Annablume, 2009.

CHAGAS, Eduardo F. **O pensamento de Marx sobre a subjetividade**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. 2ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Newton. **A Felicidade Imaginada: a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUSTÓDIO, Mariana Lopes. **Trabalho, Tempo Livre e Lazer: as possibilidades de liberdade no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2012.

DALLA VECHIA, Roberta; RUIZ, Tania; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; José CORRENTE, Eduardo. **Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo**. Rev. bras. epidemiol. vol.8 no.3 São Paulo Sept. 2005.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)**. Campinas, Autores Associados, 1993.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>. Acessado em: 15 de abr. de 2014.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007a.

FONTENELLE, I.A. **O fetiche do eu autônomo**: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. *Psicologia & sociedade*, 22(2), 215-224, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A financeirização do capital e a crise**. *Revista Outubro*, n. 19, p. 10-41, 2009.

FREITAS, Palmira Scvegnani. **Lazer e subjetividade**: a mútua determinação esquecida nos currículos de educação física. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2000.

GILENO, Carlos Henrique. **Breves considerações sobre a questão do realismo em Gyorgy Lukács**. *Revista de Ciencia Política*. Disponível em: achegas.net. Acesso em: 02 de dez. de 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana:** os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

KOFLER, Leo. **Conversando com Lukács:** Segunda conversa. In: ALVES, Giovanni. Lukács e o século XXI: Trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

LAPYDA, Ilan. A “**financeirização**” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Sociologia do trabalho.** Curitiba: IESDE S.A., 2009.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

LUKÁCS, György. **O Trabalho.** in: Ontologia do ser social. Ivo Tonet. Disponível em: www.afoiceemartelo.com.br/.../Lukacs.../O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf. Acessado em: 15 de abr. de 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade.** 2. ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação.** Campinas: Papirus, 1998.

MARIN, Elizara Carolina. **Currículo e formação do profissional de lazer.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 23, n. 1, p. 123-130, set. 2001.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre**. Licere, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago./2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito). In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 1-48.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. cd. São Paulo: Nova Cultural, volume III, Livro Terceiro. Tomo 2 (parte Segunda), 1986. (Os economistas, vol. V).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, volume I, Livro Primeiro. Tomo I, 1996. (Os economistas, vol. V).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, volume I, Livro Primeiro. Tomo II, 1996a.

MARX, Karl. **Trabalho estranhado (extrato)**. Ideias: revista do IFCH, Campinas, SP, Ano 9, n.10, p.455-472, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia**. 2.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, KARL. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, v.1.)

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. **Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista**. Disponível em: www.pcb.org.br/fdr/docs/jose-paulo-netto-manifesto.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2014.

OLIVEIRA, Bruno Assis de; HÚNGARO, Edson Marcelo; SOLAZZI, José Luis Solazzi. **Terceiro setor, saúde, envelhecimento e atividade física no Brasil: uma análise crítica sobre o projeto “FELIZIDADE”**. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e Capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

PATRIARCA, Amanda Corrêa. **A decadência ideológica contemporânea e a Educação Física**: as incidências sobre a pós-graduação. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Estudos do lazer no Brasil:** apropriação da obra de Marx e Engels. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Notas introdutórias sobre a teoria e as categorias centrais para a pesquisa da problemática do lazer.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 332-346, abr. 2011.

PINHEIRO, Kátia Flôres; RHODEN, Ieda; MARTINS, José Clerton de Oliveira Martins. **A experiência do ócio na sociedade hipermoderna.** Rev. Mal-Estar Subj. vol.10 no.4 Fortaleza dez. 2010.

RANIERI, Jesus. In: **Trabalho estranhado (extrato).** Ideias: revista do IFCH, Campinas, SP, Ano 9, n.10, p.455-472, 2003.

RHODEN, Ieda. **O ócio como experiência subjetiva:** contribuições da psicologia do ócio. Rev. Mal-Estar Subj. vol.9 no.4 Fortaleza dez. 2009.

ROMERA, Liana. **As drogas e os cenários de lazer.** Licere, Belo Horizonte, v.17, n.3, set/2014.

SÁ, Kátia Oliver de. **Pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer no Brasil - 1972 a 2008:** realidades e possibilidades na pós graduação e graduação em Educação Física. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem:** ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SAYÃO, Marcelo Nunes. **O culto (in)quieto do eu eficaz.** Rev. Bras. Ciênc. Esporte vol.37 no.1 Porto Alegre Jan./Mar. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista: “A educação fora da escola”**. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XI - Nº 20 - 1º Semestre/2009.

SAVIANI, Dermerval. **Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade**. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Flavia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural**. Psic. da Ed., São Paulo, 28, 1º sem., pp. 169-195, 2009.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Revista Outubro, Nº. 7, p. 103, 2002.

TERTULIAN, Nicolas. **O pensamento do último Lukács**. Revista Outubro, n.16, 2º semestre, 220-248, 2007.

TONET, Ivo. **Cidadania ou emancipação política?** Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em: 20 de out. de 2015.

VIANA, Helena Brandão. **Avaliando a qualidade de vida de pessoas idosas utilizando parâmetros subjetivos**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 149-158, maio 2004.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WELMOVICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

ZACARIAS, Rachel. **Sociedade de consumo ou ideologia do consumo:** um embate. Jornal eletrônico. Faculdades Integradas Vieira Junior. Ano V –Edição I –Maio 2013.